



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



-----Ata nº 7/2024-----

-----4ª Sessão Ordinária de 2024 – 1ª Mandato 2021-2025-----

-----Reunião de 30 de setembro de 2024 -----

-----Aos trinta dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e quatro, em cumprimento da convocatória emanada, nos termos da Lei número setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro, reuniu a Assembleia Municipal de Portimão em Sessão Ordinária, no Salão Nobre dos Paços do Município, sito na freguesia e concelho de Portimão, sob a Presidência da sua Presidente, Excelentíssima Senhora **Isabel Andrez Guerreiro**, coadjuvada por **Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café**, Primeiro Secretário e **José Júlio de Jesus Ferreira**, p/la Segunda Secretária da Mesa.-----

NOMES DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO	FORÇA POLÍTICA
Isabel Cristina Andrez Guerreiro Bica	Partido Socialista
Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café	Partido Socialista
Marina de Carvalho Costa Sanches Esteves	Partido Socialista
José Manuel Figueiredo Santos	Partido Socialista
José Júlio de Jesus Ferreira	Partido Socialista
Pedro Jorge Marques Moreira	Partido Socialista
Ana Sónia de Oliveira Vicente da Conceição	Partido Socialista
Andreia Filipa Muchacho de Sousa	Partido Socialista
Cristiano Damaso Malha Gregório	Partido Socialista
José Luis Mateus Barbudo	Partido Socialista
Alzira Maria Maças Calha	Partido Socialista
Márcia Filipa Nunes Duarte	Partido Socialista
Maria da Luz Cabeça Garrancho Santana Nunes Presidente da Junta de Freguesia de Portimão	Partido Socialista
Francisco Manuel Vicente Correia Presidente da Junta de Freguesia de Alvor	Partido Socialista
José Vitorino da Silva Nunes Presidente da Junta de Freguesia da Mexilhoeira Grande	Partido Socialista
Carlos Eduardo Gouveia Martins	Partido Social Democrata
Natalino António Gomes Alves	Partido Social Democrata
Vítor Manuel Campos Couto	Partido Social Democrata
Ricardo Jorge da Silva Viana	Partido Social Democrata



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



Ilídio Bernardo Martins	Partido Social Democrata
Ângela Cristina Sintra Ramos Venâncio Quadros	Independente
Mário Nelson de Barradas Espinha	CHEGA
Jorge Daniel Alves Carneiro de Melo	CHEGA
Rui Alberto Pires	CHEGA
Pedro Miguel Sousa da Mota	Bloco de Esquerda
Marilu Veiga Correia Batista Santana	Bloco de Esquerda
João Pedro Gonçalves Marques Caetano	Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS-PP/Nós Cidadãos/Aliança)
Marta Patrícia Gonçalves Marques Caetano	Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS-PP/Nós Cidadãos/Aliança)
Maria de Lurdes Sousa Vales de Melo Nogueira	CDU (PCP/PEV)
Ricardo Nuno da Conceição Cândido	PAN

-----Apresentaram pedido de substituição, que foi apreciado e aceite pelo Plenário da Assembleia Municipal nos termos do artigo 78º e 79º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, o qual, *a contrario*, se mantém em vigor por força do disposto na alínea d) do n.º1 do artigo 3º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, os seguintes Membros Municipais: -----

FORÇA POLÍTICA	NOME DOS MEMBROS	PERÍODO DE SUBSTITUIÇÃO	DATA INÍCIO/FIM	NOME DO MEMBRO SUBSTITUTO
BE	Marco Paulo Rodrigues Pereira	1 dia	30/09/2024	Marilu Veiga Santana
PSD	Raquel Gonçalves Bernardino	1 dia	30/09/2024	Ricardo Jorge Silva Viana
PS	Joaquim Paulino Pacheco Duarte	1 dia	30/09/2024	José Luis Mateus Barbudo
Chega	Paulo Jorge Nascimento Canha	1 dia	30/09/2024	Jorge Daniel Alves Melo
Chega	Patrícia Alexandra Ferro	1 dia	30/09/2024	Rodrigo Jorge Jeremias
Chega	Rodrigo Jorge Jeremias	1 dia	30/09/2024	Anabela Nunes Chaves
Chega	Anabela Nunes Chaves	1 dia	30/09/2024	Rui Alberto Pires



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



PAN	Daniela Marlene Duarte	1 dia	30/09/2024	Ricardo Nuno Cândido
PS	Rui Miguel da Silva Algarve	1 dia	30/09/2024	Alzira Maria Maças Calha
PSD	Américo da Conceição Mateus	1 dia	30/09/2024	Bruno Miguel Candeias
PSD	Bruno Miguel Candeias	1 dia	30/09/2024	Maria Augusta Rodrigues
PSD	Maria Augusta Rodrigues	1 dia	30/09/2024	Filipa Maria Marques
PSD	Filipa Maria Marques	1 dia	30/09/2024	Rui Filipe Duarte Norte
PSD	Rui Filipe Duarte Norte	1 dia	30/09/2024	Susete Madalena Santos
PSD	Susete Madalena Santos	1 dia	30/09/2024	Miguel Afonso Pereira
PSD	Miguel Afonso Pereira	1 dia	30/09/2024	Rita Sofia de Barros Reis
PSD	Rita Sofia de Barros Reis	1 dia	30/09/2024	Eduardo Jorge Gonçalves
PSD	Eduardo Jorge Gonçalves	1 dia	30/09/2024	Hélder Giroto Paiva
PSD	Hélder Giroto Paiva	1 dia	30/09/2024	Ana Maria Figueira Garcia
PSD	Ana Maria Figueira Garcia	1 dia	30/09/2024	Rachid Said Ali
PSD	Rachid Said Ali	1 dia	30/09/2024	Elisabete Marreiros Bicho
PSD	Elisabete Marreiros Bicho	1 dia	30/09/2024	Cremilde Maria Cruz Pratas
PSD	Cremilde Maria Cruz Pratas	1 dia	30/09/2024	Bruno Daniel Lobato
PSD	Bruno Daniel Lobato	1 dia	30/09/2024	Ana Carolina da Purificação
PSD	Ana Carolina da Purificação	1 dia	30/09/2024	Dora Custódio Sequeira
PSD	Dora Custódio Sequeira	1 dia	30/09/2024	João Ferreira Raposo
PSD	João Ferreira Raposo	1 dia	30/09/2024	Guilherme Cabral Teixeira
PSD	Guilherme Cabral Teixeira	1 dia	30/09/2024	Lara Margarida da Silva
PSD	Lara Margarida da Silva	1 dia	30/09/2024	Ilídio Bernardo Martins
PS	Sheila Gassin Tomé	1 dia	30/09/2024	João Pedro Rosa
PS	João Pedro Rosa	1 dia	30/09/2024	Paulo Jorge Riscado
PS	Paulo Jorge Riscado	1 dia	30/09/2024	Maria de Lurdes Reis
PS	Maria de Lurdes Reis	1 dia	30/09/2024	António Alves Pereira
PS	António Alves Pereira	1 dia	30/09/2024	Dário Pereira dos Reis
PS	Dário Pereira dos Reis	1 dia	30/09/2024	Ana Isabel Vieira
PS	Ana Isabel Vieira	1 dia	30/09/2024	João Ramos Catarino
PS	João Ramos Catarino	1 dia	30/09/2024	Avelino Borges Varela
PS	Avelino Borges Varela	1 dia	30/09/2024	Ana Catarina Sousa
PS	Ana Catarina Sousa	1 dia	30/09/2024	Nuno Filipe Monteiro
PS	Nuno Filipe Monteiro	1 dia	30/09/2024	Luis Carlos Paiva



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



PS	Luis Carlos Paiva	1 dia	30/09/2024	Ana Filipa da Cruz Correia
PS	Ana Filipa da Cruz Correia	1 dia	30/09/2024	Paulo Fernando Silva
PS	Paulo Fernando Silva	1 dia	30/09/2024	Márcia Filipa Nunes Duarte

-----A Câmara Municipal de Portimão esteve representada pelos seguintes elementos do Executivo: -----

NOMES	CARGO/FORÇA POLÍTICA
Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila	Presidente – Partido Socialista
Teresa Filipa Dos Santos	Vice-Presidente – Partido Socialista
José Pedro Cardoso	Vereador – Partido Socialista
Sandra Pereira	Vereadora – Partido Socialista
Eduardo Catarino	Vereador – Partido Socialista
Rui Miguel da Silva André	Vereador – Partido Social Democrata
Ana Maria Chapeleira Fazenda	Vereadora – Partido Social Democrata
Pedro Humberto Castelo Terras Xavier	Vereador - CHEGA
Luís Manuel de Carvalho Carito	Vereador – Coligação “Portimão Mais Feliz” (CDS PP/Nós Cidadãos/Aliança)

-----Quando eram vinte e uma horas e oito minutos, constatada a existência de quórum, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, declarou aberta a **4ª Sessão Ordinária de 2024**, cumprimentando todos os presentes e dizer que vão iniciar a Quarta Sessão Ordinária de 2024. -----

-----Em seguida, começou por explicar que foi rececionada duas inscrições, para o **ponto 1) da ordem de trabalhos, designado para a intervenção dos cidadãos**. -----

-----Assim, começou por conceder o uso da palavra, ao primeiro cidadão inscrito, **Ricardo Jorge Chaves Sintra**, cuja intervenção se transcreve na íntegra: « Olá, muito boa noite a todos. Eu estou aqui com, com um pedido de esclarecimentos acerca de habitações de custos controlados. De acordo com o aviso 11321 de 2021, regulamento para a atribuição de habitações, a regime de venda a custos controlados de acordo com o estabelecido na portaria 65/2019 de 19 de fevereiro, entretanto retificada pela declaração de retificação de 19/ 2019 de 17 abril. Onde existe a fórmula do cálculo dos valores das habitações de custos controlados. Esclarecimento acerca do qual, o teto máximo do valor da, de habitações, de acordo com as tipologias apresentadas e dimensões, para sabermos se o valor que a “Beliving” nos apresenta se está dentro dos



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



parâmetros das habitações de cursos controlados. Este projeto iniciou-se no município, cedência de terrenos e dos investimentos dos dinheiros europeus através do plano de recuperação e resiliência "PRR", verbas que vêm da Europa a fim de mitigar situação de crise, sendo que deverá este projeto estar concluído talvez em 2026. Empresa privada GFH construtora ou "Beliving" recebeu a atribuição dos terrenos para desenvolver o projeto e os montantes atribuídos pelo PRR para a construção do projeto. A diferença entre os valores provisionais e os valores apresentados são de quase o dobro do valor estimado em 2021. A "Beliving" pede e de acordo com o aviso, os 10% de adiantamento e pretende saber se os candidatos elegíveis por este município sob critérios assentes no aviso mencionado, serão aceites pela simulação através da entidade privada financeira. "Twinklloo", onde se pode verificar as parcerias existentes com as várias entidades bancárias quando este município recebe os apoios para o projeto através do PRR e cedeu os terrenos, a entidade financeira de crédito não deveria ser o Estado português da CGD talvez? Qual a finalidade do projeto que começou a ser todo tramitado pelo município e agora nesta fase de financiamento estamos a ser abordados por uma entidade privada ou imobiliária. A fase seguinte da decisão e atribuição é de domínio privado, já não cabe ao município ou ao Estado português, se o candidato é excluído ou não, com o aumento significativo do valor e uma taxa igual à do mercado? O projeto é Público ou privado? Segundo o que vinha em Aviso o que venderam aos jovens portimonenses foi uma coisa e agora é nos apresentada outra. Se é uma entidade privada que pode mudar as regras a qualquer momento? Os senhores sabem que mais de 90% dos jovens portimonenses auferem o vencimento mensal, pouco mais do que o vencimento mínimo, sendo que para estarmos elegíveis a este projeto e sermos candidatos de acordo com o estipulado no Aviso, o rendimento mensal ilíquido do agregado familiar não pode exceder os limites máximos por cada elemento em função da RMMG. Isto senhores, se a tipologia T1 a custos controlados tem o valor 147 Mil Euros, isto vai influenciar todo o mundo imobiliário, à volta, se está já inflacionado por conta dos estrangeiros que têm capacidade de investir. Os jovens de forma geral não podem. Têm que, recorrer a projetos como estes, que lhes foi apresentado em 2021. Qual é a solução? Não podemos concordar que, com o investimento do PRR, os terrenos decididos por este município sirvam para os estrangeiros e pessoas com vencimentos acima da média para adquirirem habitações que estavam destinados aos jovens Portimonenses e que, votam neste município. Obrigado.» -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, muito obrigado. Portanto, há mais um outro cidadão que vai fazer a intervenção e depois se o executivo entender que tem condições para responder, responderá. Se não tiver condições neste momento para poder responder, será respondido depois e será dado conhecimento da resposta aos senhores por escrito. -----

----- Queria também fazer aqui mais um, tendo feito um cumprimento especial ao senhor Ilídio Martins, queria também fazer aos senhores presidentes de Junta, como é normal, os três presidentes de Junta que aqui estão hoje, senhora Presidente da Junta de Freguesia de Portimão, Maria da Luz Santana, o senhor



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



Presidente da Junta de Freguesia da Mexilhoeira Grande, o senhor José Vitorino Nunes e um cumprimento especial ao senhor Presidente da Junta de Freguesia, ao novo Presidente da Junta de Freguesia de Alvor, Francisco Correia. Eu queria ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alvor dar-lhe um cumprimento especial, desejar-lhe as maiores felicidades para aquilo que resta do mandato do próximo ano e também um agradecimento especial ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alvor, ao ex-Presidente que agora renunciou às suas funções, o senhor ex-Presidente Ivo Carvalho e, portanto, deixo aqui o desejo à população de Alvor que o acolha, que o receba e também que vossa excelência possa cumprir o mandato com a responsabilidade que se pede. Obrigada. -----

-----Em seguida, concedeu o uso da palavra, à segunda cidadã inscrita, **Josué Deodato António Marques Martins** cuja intervenção se transcreve na íntegra: «Boa noite a todos da Assembleia Municipal e os presentes. É, eu vou-vos perguntar aqui sobre 3 coisas, uma delas sobre na Avenida Miguel Bombarda, nas travessias de peões que eu já tinha sugerido há uns tempos, atrás, sobre a iluminação das travessias de peões. Há uns belos tempos e na altura até espalharam uns candeeiros por vários sítios e muito bem aqui, a Câmara de Portimão, ficou mais visível. Entretanto, esses candeeiros avariaram-se e eu já expus já também já uns longos meses a alguém aqui da Câmara sobre esse sucedido e sobre os perigos desta Avenida Miguel Bombarda, que é por trás do Continente, que é muito escura. Principalmente nesta altura que vem, do Inverno com chuvas e os condutores que têm perícia e não conseguem tocar, pronto esta parte e provavelmente pode surgir lá acidentes, que já houve bastantes, não é? Portanto, se calhar é bom de retificar isso o quanto antes. Em vez depois aparecerem nas notícias esses casos. Depois venho falar aqui também sobre o custo controlado, também aconteceu comigo, estar nessa esperança de ter esse imóvel. E os preços aumentarem drasticamente por volta no, dos 37 Mil Euros, não é, um pouco mais, 37 a 67. O tal T1. Tendo em conta que, pelo que, pelo que eu tenho ouvido falar dos preços da construção andam a baixar. Não seria, facto de tentar rever aqui os valores e tendo em conta que na Boavista está a ser construído um T1 por 156 mil, sem ajudas do Estado, sem terrenos, sem descontos no IVA, sem, sem essas coisas todas, não é. Portanto, ainda, ainda, mais que eles prometem construir em 2 anos, enquanto na Câmara, para além do tempo que já passou. Que tem uma previsão por volta de 2021, portanto, desde que começou até agora, serão uns bons anos. Se não houver atrasos, não é. Portanto, é para ver se há possibilidade de isso ser mais rápido. Em relação aos 10% também se há possibilidade de só na conclusão ou mais próximo da conclusão, é que estar a dar entrada, por estarmos a entrar num valor onde supostamente as casas podem depois baixar e estarmos limitados a essa compra e não podermos escolher outras habitações que encontram disponíveis, não é? E ficar 3 anos ou mais, porque no Público a gente sabe que muitas das vezes há atrasos e derrapagens e afins que atrasam e gostava também de saber sobre o que me disseram ao telefone que eu disse que, isto era da Câmara e que supostamente, após compra, não se podia vender os terrenos durante um período de 10 anos. E o senhor disse não, isso somos nós que estamos a vender. E vocês podem logo vender. Também



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



queria saber sobre esse assunto. Se é mesmo como foi dito? Aqui em reunião uma vez e publicado ou se efetivamente depois pode-se logo vender. Também gostava de saber se o dinheiro investido pela Câmara na construção disto em troca de 23 fogos, 2 Milhões e quatrocentos não é, que dá em média, por volta dos 104 Mil Euros por habitação e tendo em conta que a Câmara vai adquirir T1, T2 e T3, não é? Este preço parece-me bem mais caro do que o próprio T1 para nós cidadãos. Saber se este valor também foi aumentado ou não ou se mantem-se nestes 2 Milhões e quatrocentos, porque nesse sentido, quer dizer, a Câmara que cede o terreno consegue este valor e os outros valores não, não é. Também queria saber se o valor de 23 Milhões e Trezentos que se, que falavam na habitação no total do, da construção das 227 habitações, se é custo total da obra? Porque, tendo em conta isso mais uma vez, a dividirmos por 227 habitações, dá por volta de 102 Mil Euros, portanto nesse sentido. Se o valor ainda é o mesmo, esses 23 Milhões e Trezentos se dividíssemos através de 227 habitações em média, T1s e fazendo tudo ao mesmo preço ficava por volta dos 102 Mil e Seiscentos. Queria saber se esse valor também foi aumentado ou se é mesmo este o valor? Neste sentido, acho um bocado estranho tendo o terreno. Tendo adquirido o terreno por parte da Câmara, que a Câmara, aquele terreno se calhar está por volta de, vamos ver, volta de 600 Mil Euros avaliados, não é? Portanto, neste caso, estou a ver que aqui as contas ficam bastante mais caras do que, ter dado só ajudas de custos aos cidadãos para comprarem a privados, não é? E seria até ser, mais rápido. E por último assunto, venho pedir aqui, embora seja, não, não são obrigados, por lei, mas venho pedir que esta divulgação das, das reuniões sejam feitas nos vossos postos de Facebook e afins sociais que vocês têm a página de Internet e não só nos termos legais, porque alguns deles até falham, nomeadamente no Mercado, muitas das vezes as Atas publicadas e isso tudo chegam à posterior a reunião já terminado. Ou pode haver pessoas que tirem ou que ponham atrás. Portanto, seria se calhar bom de todos os que estão aqui presentes, tentarem divulgar o máximo possível estas reuniões nesses meios, que os cidadãos também estão mais aptos por causa do trabalho de chegarem a essa atenção para poderem estar cá presentes. Obrigado.» -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, relativamente só à matéria da divulgação, enquanto Presidente da Assembleia Municipal sou eu que faço a convocatória, então permita-me só um esclarecimento. Portanto, o que a lei obriga é que seja pelo menos num jornal local, ele é publicado em dois jornais locais, portanto neste caso o Barlavento e o Sul Informação, é publicado também no site do município e, portanto, e é publicado cá fora no edital da Câmara. Nós percebemos que esses editais que são transmitidos às Juntas de Freguesia e aos equipamentos públicos às vezes pode haver alguma situação de quem afixa, mas normalmente estão sempre afixados, mas de qualquer forma o meio mais seguro, estes dois jornais locais há sempre a publicação do edital e há sempre a divulgação da notícia, normalmente eles divulgam, além de publicar também divulgam. E depois temos o site do município, portanto temos aquilo, cumprimos religiosamente aquilo que a lei obriga e está sempre afixado



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



nos locais públicos. De qualquer forma, portanto cada um é livre de fazer a publicação se assim o entender, mas não é nos termos da lei. A lei obriga e nós cumprimos. -----

----- Relativamente às questões que foram colocadas, eu volto a referir o mesmo de há pouco, portanto se houver condições para que o executivo responda, responderá a algumas, pelo menos a algumas, se não, depois serão respondidas por escrito, mas o senhor Presidente está a pedir a palavra, faça favor senhor Presidente. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e explicar que gostava de referir em primeiro lugar que deve haver aqui qualquer confusão com o PRR. O PRR não apoia para venda de casas. O PRR o que aprovou e é isso que vamos trazer à próxima reunião para lançar o concurso, à próxima reunião, não é nesta é já quarta-feira daqui a quinze dias de Câmara, é para a construção com a renda apoiada, não é para venda. -----

----- O que aconteceu neste caso foi que o município depois de uma avaliação daqueles terrenos comprou aqueles terrenos, foi a tribunal de contas, os terrenos foram avaliados e depois foi visto quantos apartamentos é que tinham que ser cedidos à autarquia para a autarquia com esses, sim, depois trazer um regulamento conforme já dissemos, para técnicos de saúde, para forças de segurança e para outras profissões. Todo o resto foi um concurso que existiu e foi aquela empresa que ganhou a custos controlados e com preços aprovados pelo IRU. Portanto, aquilo que está aqui em causa nada tem a ver com o PRR nem com aquilo que falaram. Portanto, a autarquia o que fez foi comprar um terreno, avaliar, foi dito que eram necessários x apartamentos, foi a tribunal de contas, foi aprovado, quem concorreu sabia que tinha que dar aqueles apartamentos à autarquia com a use que a autarquia depois vai-lhes dar. Nada tem a ver com as rendas acessíveis, o PRR não apoia para venda de apartamentos, mas se me dá licença, passava aqui à senhora Vice-Presidente que tem estado com este processo desde o início. Está bem, senhora Presidente? -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Senhora Vice-Presidente da Câmara Municipal **Teresa Filipa dos Santos Mendes**, que iniciou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que relativamente a este processo, como já a senhora Presidente disse, houve um processo de compra, há a cedência daqueles apartamentos que depois serão cedidos, serão para renda apoiada, não vão ser vendidos. Todos os outros foram alvo de um concurso que foi o sorteio, não sei em julho, ou a seleção das pessoas a quem vai que concorreram segundo os critérios que lá estão, a prioridade é jovens, têm que viver cá cinco anos, portanto não há estrangeiros a comprar estes apartamentos. -----

----- Quanto à venda, pelo menos durante dez anos não pode haver venda destes apartamentos porque foram feitos a custos controlados, por isso não pode haver venda nem pode haver, tem que ser para primeira habitação e não pode haver subarrendamento. É o que irá ficar no contrato de arrendamento. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Quanto aos preços, os preços já foram homologados pelo IRU, foram homologados na semana passada, o que significa que não podem, a partir de agora não podem subir mesmo que a fórmula mude, porque a fórmula é revista anualmente. No entanto, se a fórmula ao ser revista, o preço baixar, o preço de venda final tem de ser mais baixo. Portanto, ele não pode subir, mas pode vir a baixar. -----

----- A questão dos dez por cento, a questão dos dez por cento é porque é uma exigência da entidade bancária. Todas as entidades bancárias exigem os dez por cento de entrada, sendo que depois o resto do, e isso foi a reunião de Câmara e foi aprovado, o restante do valor que nós tínhamos no regulamento que era entregue de forma faseada, passou a ser entregue só no ato da escritura. Portanto, há uma entrega de dez por cento no contrato de promessa compra e venda, onde estão todas estas questões explanadas no contrato e depois no final é que será pago, mas por isso não há nem venda a estrangeiros que têm que ter os cinco anos, nem a possibilidade de venda que também estará no contrato e só pode ser para primeira habitação. Portanto, não pode haver a possibilidade de subarrendamento. -----

----- Depois, dizer ainda que, estava-me a recordar de outra coisa. Ah! Relativamente aos jovens, o primeiro concurso, o primeiro sorteio é para jovens dos dezoito aos trinta e cinco anos. Só depois de todos os jovens dos dezoito aos trinta e cinco anos escolherem as suas habitações, neste momento ainda está no prazo do poder que tem noventa dias para dizer se tem a possibilidade de compra ou não, ou com fundos próprios, ou com a possibilidade de recorrer a entidade bancária. No fim de noventa dias se disserem que não que desistem ou que não têm a possibilidade de comprar, passámos à segunda fase, se tivermos apartamentos ainda disponíveis às outras idades, que é depois dos trinta e seis aos quarenta e cinco e depois mais de quarenta e cinco. Quando tudo isto terminar, quando todas essas fases terminarem e se ainda tivermos apartamentos disponíveis, vamos lançar um segundo aviso e aí sim podem concorrer pessoas com dois anos de residência em Portimão e nos concelhos limítrofes, ou seja, Lagoa, Silves, Monchique e Lagos. Essas pessoas podem e que trabalhem aqui em Portimão, portanto essas pessoas podem também vir a concorrer e só depois caso ainda existam apartamentos disponíveis é que vão para o mercado livre, mas não acreditamos que isso vá acontecer, que neste momento já estão, já existe um número considerável de pessoas que deram resposta afirmativa à compra, mas vamos de certeza ainda ao segundo sorteio. Penso que esclareci todas as dúvidas. -----

-----Em seguida, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, agradeceu a intervenção e informou que iriam entrar no período antes da Ordem do Dia, começando por colocar à votação a ata nº. 1/2024 referente à 1ª Sessão Extraordinária de 2024, realizada em 15 de Fevereiro de 2024. -----

-----**A ata nº 1/2024 foi aprovada por unanimidade dos presentes dessa reunião.** -----

-----Em seguida, colocou à votação a ata nº.2/2024 referente à 1ª Sessão Ordinária de 2024, realizada em 21 de Fevereiro de 2024. -----

-----**A ata nº. 2/2024 foi aprovada por unanimidade dos presentes na reunião.** -----

-----Em seguida, informou que iria abrir o debate para a discussão e votação das **Moções/Propostas de**



Recomendação apresentadas pelas várias bancadas, declarando abertas as inscrições relativamente, às **Moções/Propostas de Recomendação**, apresentadas pelas várias bancadas, declarando abertas as inscrições relativamente, ao **Voto de Pesar – “Pelas Sete Vítimas dos Fogos Florestais no Centro e Norte de Portugal Continental” - (subscrito pela bancada da CDU (PCP/PEV)**, cujo teor se transcreve na íntegra: « O fogo voltou a lavrar em Portugal, particularmente no Centro e Norte do País com uma intensidade e dimensão dramática.-----

Queremos manifestar a nossa solidariedade às vítimas destes incêndios e a todos aqueles que estão envolvidos no seu combate nas operações de proteção e socorro das populações. -----

A ação abnegada e corajosa dos Corpos de Bombeiros/as mostrou-se, uma vez mais, insubstituível e merecenos, como sempre, o mais reconhecido agradecimento e louvor. Foram muitos os milhares de operacionais no terreno, em permanente rendição, incluindo 2 equipas de 12 e 11 operacionais, cada e 3 viaturas, do nosso concelho, integradas no Grupo de Reforço de Combate a Incêndios Rurais do Algarve. -----

Expressamos nosso apreço e gratidão pelo empenhado trabalho dos agentes de Proteção Civil, que continuam a proceder a operações de rescaldo e de defesa das populações. -----

A dimensão trágica destes incêndios refletida desde logo pela perda de vidas humanas, pelos feridos, desalojados, pela destruição de habitações, de empresas, equipamentos coletivos, explorações agrícolas, pecuárias, florestais, e património natural, exige apoios amplos, simplificados e de rápida concretização. -----

Muitos destes Municípios estão ainda em situação de calamidade, a chorar a perda dos seus familiares, camaradas e amigos, a lutar pelas vidas e pelo seu património natural e edificado, apoiados por corporações de bombeiros de todo o país, proteção civil, forças de segurança, forças armadas e populares. A todos eles queremos expressar a nossa solidariedade e lamentar todas as vidas perdidas nestes incêndios. -----

A eleita da CDU - *Coligação Democrática Unitária – PCP - PEV* propõe que a Assembleia Municipal de Portimão reunida em 30 de setembro de 2024 delibere: -----

1. Expressar a sua consternação e profundo pesar pelo falecimento dessas pessoas vítimas dos incêndios registados no Centro e Norte do País em 2024. -----

2. Guardar um minuto de silêncio em sua memória. -----

3. Manifestar o seu pesar por esta situação calamitosa. -----

4. Apresentar, em particular, publicamente, as suas mais sentidas condolências às famílias, camaradas e aos amigos de todas as vítimas mortais. -----

5. Manifestar, publicamente, um agradecimento e uma homenagem a todos os que se empenharam no combate às chamas, nomeadamente às corporações de bombeiros, proteção civil, às autoridades locais, forças de segurança, forças armadas e populares. -----

6. Expressar solidariedade e apoio a todos os municípios portugueses envolvidos no combate aos incêndios.-----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



7. Dar conhecimento deste voto ao Sr. Primeiro Ministro, ao Ministério da Administração interna, à Associação Nacional de Municípios, Liga dos Bombeiros Portugueses, Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Portimão e aos órgãos de comunicação social.»-----

----- Ficou com o uso da palavra, a líder da bancada da CDU (PCP/PEV) **Maria de Lurdes Sousa Vales Melo Nogueira**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e referir que perante a tragédia ocorrida com os incêndios florestais que mais uma vez atingiram o nosso país, vimos manifestar nesta Assembleia a nossa solidariedade às vítimas destes incêndios e a todos aqueles que estão envolvidos no seu combate nas operações de proteção e socorro das populações. É difícil encontrar palavras para exprimir o nosso pesar pela morte de sete vítimas, (três bombeiros e quatro civis) destes fogos florestais, que deflagraram no Centro e Norte de Portugal Continental. -----

----- Prestamos aqui uma sentida homenagem a todos os homens e mulheres que diariamente arriscam a vida em defesa da comunidade sem receber nada em troca, bem como aos civis que lá pereceram. -----

----- Esse pesar é comum a todos nós, e a essas homenagens, todos nos associamos. Por isso, propomos que esta Assembleia delibere sobre todos os itens explanados neste voto, convidando aqui todos os presentes a **«guardar um minuto de silêncio em sua memória»**. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer que não sabe se alguma força partidária quer fazer alguma intervenção relativamente a esta moção. Não querendo, eu queria só referir que o governo efetivamente decretou um dia de luto nacional pelas vítimas, que ocorreu no dia 20 de setembro, que para além destas sete vítimas mortais houve cento e sessenta e seis feridos, dezenas de casas destruídas, dos hectares que foram ardidos este ano, cerca de oitenta e três por cento foram nestes incêndios no Centro e Norte, nos distritos de Viseu, Aveiro, Vila Real, Porto, Braga, Coimbra e, portanto, foram mais de cem mil hectares de área ardida. Tivemos apoio do mecanismo europeu, portanto tivemos países como Espanha, Itália e França que nos apoiaram e, portanto, foi uma situação dramática que nos devemos todos associar enquanto país e procurar as melhores soluções para este tipo de situação. Queria agora, portanto fazer um minuto de silêncio e, portanto, vamo-nos todos levantar. Obrigada.

----- Não havendo mais intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal submeteu à votação o **Voto de Pesar – “Pelas Sete Vítimas dos Fogos Florestais no Centro e Norte de Portugal Continental” - (subscrito pela bancada da CDU (PCP/PEV))**, tendo sido obtido o seguinte resultado: -----

VOTAÇÕES	PS	PPD/ PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU (PCP/PEV)	PAN	DEPUTADA INDEPENDENTE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	15	5	3	2	2	1	1	1	30
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	0	0	0	0	0



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



VOTOS	0	0	0	0	0	0	0	0	0
CONTRA									

(*) Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança). -----

----- **O Voto de Pesar foi aprovado por unanimidade.** -----

-----Em Seguida, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, informou que se seguia para debate, a **Proposta de Recomendação – Pela Criação de Creches Municipais - (subscrita pela bancada do Bloco de Esquerda**, cujo teor se transcreve na íntegra: « Considerando que:A Recomendação nº 3/2011 do Conselho Nacional de Educação sobre "A educação dos 0 aos 3 anos" considera que a concretização do direito das crianças à creche é "um fator de igualdade de oportunidades, de inclusão e coesão social". O mesmo documento sustenta que a responsabilização primeira pela educação dos 0 aos 3 anos pertence às famílias, não devendo a frequência da creche ser obrigatória, mas devendo "ser universal, de modo que as famílias disponham de serviços de alta qualidade a quem entregar os seus filhos, serviços esses que devem estar geograficamente próximos da respetiva residência ou local de trabalho". E, no mesmo sentido, defende que "o Ministério da Educação deve assumir progressivamente uma responsabilização pela tutela da educação da faixa etária dos 0-3". -----

A partir de 2022 entrou em funcionamento o programa "Creche Feliz" que garante a gratuidade. Uma medida positiva dada que a universalidade do acesso à creche permite uma sociedade mais justa e inclusiva. E, como é dirigida a crianças até aos 3 anos, é um importantíssimo serviço para a sua sociabilização, aprendizagem. Esta é uma medida positiva a debelar insuficiências, carências e menores fatores de desenvolvimento que as crianças possam ter.-----

É essencial cumprir a Constituição no que se refere aos direitos constitucionais das crianças ao desenvolvimento integral (artigo 69.º) e à Educação (artigo 73.º). O acesso gratuito universal à creche é uma medida de toda importância para a efetividade destes direitos. As crianças, no caso em apreço até aos 3 anos, nunca devem ser castigadas ou discriminadas em função do seu contexto social ou dos seus progenitores. --- Em consequência do programa "Creche Feliz", aumentou naturalmente a procura de vagas em creches. O que torna mais premente ao aumento de capacidade de resposta. Como medida de aumento do número de vagas, o programa "Creche Feliz" foi alargado também ao setor privado, de forma subsidiária. Igualmente para aumentar o número de vagas foram alterados os critérios referentes à organização e reconversão das salas. - Em dezembro de 2023 houve uma alteração importante ao programa "Creche Feliz", estendendo-o às autarquias locais e de outras instituições públicas. As creches não estão inseridas no sistema de ensino e existe uma grave falta de vagas em creches no concelho de Portimão. -----

Note-se, aliás, que o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) aponta precisamente para a necessidade de se investir no alargamento do número de lugares em creches. Precisamente devido à sua reduzida taxa de



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



cobertura. Houve já autarquias que concorreram às verbas do PRR para a criação e/ou construção de creches municipais, assim como outras que as criaram fora desse programa. -----

A Assembleia Municipal de Portimão, na sua sessão ordinária de 30 de setembro de 2024, delibera recomendar à Câmara Municipal de Portimão: -----

Iniciar esforços para a criação de creches municipais no concelho de Portimão.» -----

----- Ficou com o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer o título da moção, «Criação de creches municipais». Eu vou só ler o primeiro parágrafo e o último, porque é um pouco extenso e não tenho muito tempo. «Considerando que: A Recomendação nº 3/2011 do Conselho Nacional de Educação sobre “A educação dos 0 aos 3 anos” considera que a concretização do direito das crianças à creche é “um fator de igualdade de oportunidades, de inclusão e coesão social”. O mesmo documento sustenta que a responsabilização primeira pela educação dos 0 aos 3 pertence às famílias, não devendo a frequência da creche ser obrigatória, mas devendo “ser igual, ser universal, de modo que as famílias disponham de serviços de alta qualidade a quem entregar os seus filhos, serviços esses que devem estar geograficamente próximos da respetiva residência ou local de trabalho”. E, no mesmo sentido, defende que “o Ministério da Educação deve assumir progressivamente uma responsabilização pela tutela da educação da faixa etária dos 0-3”.

----- Em dezembro de 2023 houve uma alteração importante ao programa “Creche Feliz”, estendendo-o às autarquias locais e de outras instituições públicas. As creches não estão inseridas no sistema de ensino, mas existe uma grave falta de vagas em creches no concelho de Portimão. -----

----- Note-se, aliás, que o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) aponta precisamente para a necessidade de se investir no alargamento do número de lugares em creches. Precisamente devido à sua reduzida taxa de cobertura. Houve já autarquias que concorreram às verbas do PRR para a criação e/ou construção de creches municipais, assim como outras que as criaram fora desse programa». Por isso, o Bloco quer «iniciar esforços para a criação de creches municipais no concelho de Portimão». Tenho dito. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer que está agora a moção à discussão. Como compreenderam, a unanimidade relativamente à anterior, não houve sequer votação e, portanto, mas estas obviamente são eminentemente político-partidárias e, portanto, serão votadas. Esta é uma explicação mais para o público obviamente. -----

----- Pediu o uso da palavra, a senhora deputada Independente **Ângela Cristina Sintra Ramos Venâncio Quadros**, para dizer que não percebeu se creches municipais ou creches públicas? Não percebi bem, municipais? É que há uma diferença. Aqui não sei no concelho se há algumas creches municipais. Municipais como? Não são públicas? Quem cria as creches? -----

----- Ó senhora Presidente da Assembleia Municipal, deixe-me falar se faz favor e deixe-me acabar as frases. Quando eu acabar o tempo, a senhora tem todo o direito de me retirar a voz ou interromper. Agradeço.



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer que fica registado que a senhora deputada agora é que dirige os trabalhos e a sua intervenção. É isso que fica? -----

----- Ficou com o uso da palavra, a senhora deputada Independente **Ângela Cristina Sintra Ramos Venâncio Quadros**, a senhora Presidente da Assembleia Municipal entende o que tiver por entender e por conveniente. Eu estou a intervir, portanto os seus trabalhos, os seus trabalhos em relação à deputada municipal, eu já sei que os seus trabalhos à deputada municipal, primeiro até lhe sai um certo desconforto, porque para a senhora Presidente da Assembleia Municipal nem a deputada municipal estava aqui que nem devia existir os deputados municipais e certamente está sempre a interromper as minhas intervenções. Não sei o que se passa, mas eu agradeço que tenha maior respeito. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, colocada a questão passamos agora à próxima intervenção. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, só para responder à deputada Independente, quando se diz públicas ou municipais, públicas poderá ser as que são intervencionadas pelo estado, pela "Creche Feliz", e se for pela Câmara será pública também e gerida pela Câmara como já são as escolas. Não vejo assim grandes diferenças. Tenho dito. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do PS **José Manuel Figueiredo Santos**, que principiou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que queria dirigir um cumprimento inicial muito especial ao querido amigo Ilídio Martins, quem muito prezam e naturalmente também justificar cumprimento ao senhor Francisco Correia, novo Presidente da Junta de Alvor. Indirectamente a esta matéria, é óbvio que o PS e isso é sabido tem como convicção a política que é a importância do investimento na área social, na área social do município, demonstra de facto a real preocupação dos governantes para com as pessoas. Portanto, isto é simples e claro. -----

----- O PS não tem dúvidas quanto à necessidade do fomento da natalidade e obviamente a criação de condições sociais para a conciliação do trabalho com a vida profissional dos nossos concidadãos. E foi nessa linha que o governo anterior incrementou exactamente a gratuidade da creche, enfim, e uma política que o PS gostaria de saber se efetivamente vai ser ou não aprofundada por este governo. Bem, independentemente desse aspeto, importa observar o seguinte. Uma creche tem que ter uma justificação técnica precisa, rigorosa, uma vez que a atribuição do financiamento pelo PRR não é casuística, ou seja, o PRR define como prioridade os projetos indicados para o Alto Tâmega, para a área metropolitana de Lisboa e Porto, para o Tâmega e Sousa, para o Médio Tejo e Oeste, uma vez que estes territórios apresentam as menores taxas de cobertura. Isso vem descrito na carta social. -----

----- Portimão tem uma taxa de cobertura de creches de trinta e oito por cento, enquanto a taxa do continente é de quarenta e oito ponto quarenta por cento, portanto inferior à taxa do continente. Portanto,



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



a autarquia apoia, enfim, sem hesitação a criação de creches e tem naturalmente em marcha projetos para dezassete salas de creches e mais três, portanto três do domínio público de gestão pública e as outras que é propósito da Câmara entregar a iniciativa social. Portanto, neste contexto, portanto independentemente da trajetória desta iniciativa, o PS é apologista de que havendo na nossa cidade um setor social e solidário forte, não fará muito sentido a creche ser objeto de gestão municipal. Portanto, naquilo que nós diferimos da proposta do Bloco de Esquerda, uma proposta respeitável, enfim e salutar, diferindo justamente na questão da matéria que respeita à gestão que deverá ser feita a nosso ver pelo setor social e solidário e não pelo setor lucrativo. Porquê? Porque efetivamente o setor lucrativo não tem abraçado a política da “Creche Feliz”, e é só por isso. Nós não temos nada a observar em relação à iniciativa privada, enfim, não há nada que desabone a iniciativa privada. Portanto, o PS não apoia a mobilidade das creches municipais e é essa a circunstância que não recomenda, digamos a votação favorável da proposta. Portanto, sim às creches, mas desde que a proposta fosse orientada de forma diferente. Se não tivesse digamos o cunho da gestão municipal, obviamente que nós abraçaríamos a vossa proposta, coisa que nesta circunstância não irá acontecer. Disse, senhora Presidente, muito obrigado. -----

----- Pede o uso da palavra, o líder da bancada do Chega **Mário Nelson de Barradas Espinha**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e referir que sobre esta proposta de recomendação, ele diria que visa a universalização do acesso, a qualidade do ensino, a redução de desigualdades, o apoio às famílias, como, por exemplo, uma maior conciliação entre a vida familiar e profissional. -----

----- Os desafios inerentes à transferência implicarão infraestruturas, formação de profissionais e coordenação, gestão e implementação gradual calendarizada aos mecanismos. -----

----- A bancada municipal do Partido Chega aprova e votará favoravelmente. Obrigada. -----

----- Pede o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Vítor Manuel Campos Couto**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que o PSD revê-se muito nesta moção. De facto, há muitas famílias desesperadas, que os pais querem ir trabalhar e não têm onde deixar os seus filhos. Socorrem-se muitas vezes de instituições de concelhos limítrofes, porque Portimão não responde às necessidades dos portimonenses. Por isso, nesse sentido, seja privado, seja público, o que o PSD quer é que as coisas se resolvam e que trabalhem nesse sentido. -----

----- Quanto às promessas que aqui são feitas de dezassete novas salas ou novas escolas, novos projetos para esta área, fez-me recordar a revisão da carta educativa que tivemos aqui em 2019, em que foram prometidas também alguns novos complexos escolares, necessidades essas que também temos, porque não é só para a infância, para as creches que nós precisamos de equipamentos e de respostas. Infelizmente em Portimão precisamos para quase todos os ciclos, e como eu estava a dizer, em 2019, foram aqui aprovados nesta sala vários novos equipamentos. Quantos é que foram construídos? Zero. É preciso dar resposta e por isso vamos apoiar muito bem esta iniciativa do Bloco de Esquerda e apelamos também a que o executivo de



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



facto faça as coisas acontecerem e não se limite a prometer ou a dizer que há projetos ou que vai-se fazer um dia. Precisamos delas para ontem! Hoje já é tarde. Muito obrigado. -----

----- Pediu o uso da palavra, a líder da bancada da CDU (PCP/PEV) **Maria de Lurdes Sousa Vales Melo Nogueira**, é bem conhecida a nossa posição na Assembleia da República, com diversas propostas para a criação de redes públicas de creches, que no nosso entender é a melhor forma de garantir a universalização da gratuitidade e do alargamento das vagas necessárias à nossa população, e representa o cumprimento de uma função social do estado, cuja gestão e funcionamento deve chamar a si, permitindo criar as condições e alterar os critérios de admissão e colocação das crianças nos equipamentos de apoio à infância em verdadeira articulação com as necessidades das famílias. -----

----- Não podemos concordar com esta proposta da municipalização, porque a nosso ver a disponibilidade financeira de recursos humanos e materiais é muito diversificada de município para município, sendo que para uma rede pública, cuja resposta é educativa, essa mesma rede não pode estar dependente da disponibilidade de cada autarquia, e a tutela terá sempre que ser do Ministério da Educação. Muito obrigada. Por isso, iremos votar contra. -----

----- Não havendo mais intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal submeteu à votação a **Proposta de Recomendação – Pela Criação de Creches Municipais - (subscrita pela bancada do Bloco de Esquerda)**, tendo sido obtido o seguinte resultado: -----

VOTAÇÕES	PS	PPD/ PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU (PCP/PEV)	PAN	DEPUTADA INDEPENDENTE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	0	5	3	2	2	0	1	1	14
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	0	0	0	0	0
VOTOS CONTRA	15	0	0	0	0	1	0	0	16

(*) Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança). -----

----- **A proposta de Recomendação foi reprovada por maioria.** -----

----- **No Seguimento desta votação, a bancada da CDU (PCP-PEV), apresentou uma declaração de voto que a seguir se transcreve na íntegra:** «As crianças, as famílias e o país precisam de uma rede pública de creches, que assegure que todas crianças têm acesso a equipamentos de qualidade, que as famílias têm vaga garantida e que seja parte das estratégias para a Educação e para o combate ao défice demográfico.-----

A disponibilidade financeira, de recursos humanos e materiais é muito diversificada de município para município, sendo que para uma rede publica cuja resposta é educativa, essa mesma rede não pode estar



dependente da disponibilidade de cada autarquia.-----

Defendemos que a implementação de uma rede pública de creches é a melhor forma de garantir a universalização da gratuidade e do alargamento das vagas necessárias à nossa população, e representa o cumprimento de uma função social do Estado cuja gestão e funcionamento deve chamar a si, permitindo criar as condições e alterar os critérios de admissão e colocação das crianças nos equipamentos de apoio à infância em verdadeira articulação com as necessidades das famílias. -----

Daí o nosso voto contra.»-----

-----Em seguida, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, informou que se seguia para debate, a **Proposta de Recomendação – Pela Alteração imediata do horário das obras de manutenção da “Ponte Nova” de Portimão - (subscrita pela bancada da Coligação “Portimão Mais Feliz” (CDS-PP/Nós Cidadãos))**, cujo teor se transcreve na íntegra: « Considerando que:-----

- a) Desde o passado dia 17 de Setembro estão a ser realizadas obras de manutenção na “ponte nova” de Portimão, que têm levado, durante todo o dia, à circulação alternada de veículos automóveis no respectivo tabuleiro; -----
- b) O horário em que a referida intervenção está a ser levada a cabo, ao coincidir com as horas de maior fluxo de veículos a circularem na ponte, tem provocado inúmeros constrangimentos no trânsito automóvel diário entre os concelhos de Portimão e de Lagoa, com inevitáveis consequências negativas na vida diária de milhares de habitantes dos dois concelhos; -----
- c) Em consequência do que se deixou referido, percursos diários que demoravam 20 a 25 minutos (em média), levam hoje muitas vezes quase uma hora a serem realizados, obrigando assim muitos Portimonenses e Lagoenses a fazerem uma verdadeira gincana diária para fugirem aos engarrafamentos na “ponte nova”, optando ou pela “ponte velha” de Portimão (com todos os constrangimentos ou dificuldades que isso acarreta) ou pela A22, com os inevitáveis encargos em taxas de portagem e mais combustível, fruto da maior distância percorrida;-----
- d) Mostra-se incompreensível e inaceitável o motivo que terá levado a concessionária da Estrada Nacional 125 a realizar as referidas obras no horário em que, consabidamente, circulam mais veículos naquela infraestrutura, em detrimento do horário nocturno (nomeadamente a partir das 20h), durante o qual as mesmas obras e as restrições de circulação teriam um impacto significativamente menor na vida das populações que utilizam a ponte;-----
- e) Mais do que endereçar cartas ao Sr. Ministro das Infraestruturas, solicitando isenções que, ou não dependem da acção do Governo ou envolverão sempre o pagamento de indemnizações à concessionária da A22, urge que os autarcas dos concelhos afectados solicitem à concessionária da EN 125 a alteração imediata do horário das restrições de trânsito na “ponte nova” de Portimão, instando a mesma a desenvolver os trabalhos de manutenção a partir das 20h, se necessário for,-----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



Os eleitos da Coligação PORTIMÃO MAIS FELIZ (CDS-PP/Nós, Cidadãos!/ Aliança) propõem que a Assembleia Municipal de Portimão, reunida na sua 4ª Sessão Ordinária de 2024, realizada em 30 de Setembro, delibere recomendar ao Executivo Permanente da Câmara Municipal de Portimão que, em conjunto com a Câmara Municipal de Lagoa, solicitem à concessionária da EN 125 a alteração imediata do horário das restrições de trânsito na “ponte nova” de Portimão, instando a mesma a desenvolver os trabalhos de manutenção na mesma infraestrutura diariamente, a partir das 20h.-----

Mais foi deliberado remeter cópia da presente proposta de recomendação ao Município de Lagoa, ao Sr, Ministro das Infraestruturas e à concessionária Rotas do Algarve Litoral, S.A..»-----

-----Ficou com o uso da palavra a deputada municipal da bancada Coligação “Portimão Mais Feliz” (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **Marta Patrícia Gonçalves Marques Caetano**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e explicar que esta proposta de recomendação é muito clara, é sintética e é autoexplicativa quase. O que visa é basicamente a alteração imediata do horário em que são realizadas as obras de manutenção da ponte nova de Portimão. Obviamente não somos contra as obras, sabemos que todas as obras implicam algum constrangimento e alguns empecilhos para quem tem que circular nessa via rodoviária, entendemos sim, é que esta obra poderá ser feita em horários que atrapalhem o menos possível e estrangulem o menos possível o trânsito que lá circula. Há muitas pessoas que utilizam essa ponte diariamente para se deslocar entre concelhos, portanto é uma ponte que serve maioritariamente o concelho de Portimão e o concelho de Lagoa. Como alternativa, as pessoas tendem a utilizar a ponte velha, o que provoca também imenso constrangimento de trânsito na parte antiga da cidade, ou a A22, o que implica um dispêndio financeiro e económico pelo uso dessa via. Portanto, queremos somente a alteração do horário de realização das obras. Disse. -----

-----Pedeu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PAN **Ricardo Nuno do Nascimento Vieira Cândido**, que iniciou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que pela forma concordam com esta moção, mas têm aqui algumas questões. A informação que temos relativamente àquilo que vai ser feito naquela ponte, à intervenção que vai ser feita é relativamente reduzida, e a informação que encontrei foi da Câmara Municipal de Lagoa, indicando que seriam feitos trabalhos de inspeção. Não uma intervenção, mas trabalhos de inspeção. -----

-----A minha questão vai para o executivo, saber se o executivo foi devidamente informado que tipo de trabalhos é que iriam ser desenvolvidos, quando é que os mesmos foram informados ao executivo que iriam ocorrer e se não existia possibilidade de ter antecipado alternativas para estes constrangimentos que aqui temos e que são uma realidade dos nossos municípios. Disse. -----

-----Pedeu o uso da palavra, o líder da bancada do PS **José Manuel Figueiredo Santos**, para dizer que, com efeito, a recomendação do “Portimão Mais Feliz”, enfim, tem como objetivo dar um contributo positivo para a ultrapassagem deste problema, enfim, no fundo consubstancia no estrangulamento da via e



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



consequentemente nas dificuldades que causa ao trânsito local. Acontece que a ponte ficou apenas com uma faixa de circulação disponível para todo o tráfego automóvel, tendo os automobilistas que circular apenas, enfim, de forma alternada, não é, não há outro jeito. Portanto, quer isto dizer que a disposição das baias de proteção instaladas, e se os senhores já lá passaram, enfim, perceberão que é fidedigna a nossa, enfim, apreensão dos acontecimentos, elas de facto sugerem a inoperância de qualquer horário e, portanto, o problema não é de horários, porque o constrangimento está lá e ele verifica-se a qualquer hora, porque as baias de proteção e naturalmente exigem e a disposição é feita de maneira a ter em conta a segurança de quem trabalha, caso contrário não o fariam e nesta medida, portanto nós não ficamos elucidados, porque fazer abeirar a Câmara de uma negociação, enfim, com a empresa concessionária ou concessionada pelo governo, parece algo absolutamente caprichoso, não nos parece que solucione o que quer que seja. Portanto, o PS acredita que a posição de defesa dos munícipes encetada pelo Presidente da Câmara é aquela que melhor se adequa, digamos à natureza do problema que temos aqui em pauta. Portanto, não é seguramente a alteração dos horários de trabalho que altera, que modifica o constrangimento físico lá instalado. Portanto, não nos parece operativa, não é que não seja bem intencionada esta proposta, mas não nos parece operativa de todo em todo e, portanto, é essa a circunstância... não, não é isso que está em causa. O que está em causa, é que os constrangimentos na ponte são constantes, não têm horários os constrangimentos, são constantes, porque só há uma faixa de circulação e isso não fica obviado com os trabalhos à noite, é só isso que nós queremos explicitar, não é mais do que isso. Portanto, a proposta é bem intencionada a nosso ver, mas não é exequível. Muito obrigado, senhora Presidente. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, era só para responder a esta intervenção, o senhor deputado Figueiredo Santos elogiando a boa intenção da proposta falou em absurdo, nós diríamos que o absurdo aqui é ter circulação alternada ao domingo, por exemplo, durante o dia, como aconteceu ontem de manhã, em que não havia trabalhos a decorrer e havia filas de um lado e de outro à espera que o semáforo ora estivesse vermelho ou verde. Quando o senhor deputado Figueiredo Santos fala em baias, não é, e que aquilo só tem uma faixa para circular, as baias são amovíveis. São, são, senhor deputado, são. Se for medir a extensão da intervenção e onde está os cabos, aquilo é perfeitamente amovível e, portanto, em todo o lado neste país e no estrangeiro, em todo o lado quando há intervenções que implicam constrangimentos de trânsito, são feitas durante a noite nas horas de menor fluxo. Aqui, parece que é uma exceção à regra, pois faz-se a intervenção exatamente na hora em que há maior fluxo de trânsito e, portanto, nós não estamos contra a iniciativa do senhor Presidente da Câmara, achamos é que ela é, para já não é exequível porque depende de uma indemnização a pagar à concessionária da A22, que não é o senhor Ministro que vai dizer à concessionária, «isente lá esse troço da A22 de portagens». Portanto, tem que pagar à concessionária da A22 que não é a mesma da 125 e, portanto, é mais realista se calhar as duas câmaras



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



juntarem-se e solicitarem à concessionária da 125 que altere o horário daquela intervenção. É isto que é o absurdo no seu ponto de vista, para nós é o que faz sentido. Disse. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, foi levantado aqui se a Câmara foi informada daquela obra. A Câmara não foi informada daquela obra, portanto que fique aqui bem logo notado que a Câmara não foi informada daquela obra. Dado os constrangimentos que causou, o que pedi foi que perante a Proteção Civil víssemos também com o concessionário se havia maneira de minimizar o transtorno causado e só com uma faixa. O que nos foi dito é que a obra vai decorrer até dezembro, a manutenção da ponte e que enquanto estiverem a montar os andaimes, que é isso que vão fazer nos pilares, é impossível estarem a tirar todos os dias e a colocar aquelas baias delimitadores, aquilo não são baias são em plástico e, portanto, por questões de segurança é impossível estarem a tirar aquilo. -----

----- O que pedi aos serviços da Proteção Civil também, é para com eles estarem atentos para verem se é possível depois do andaime estar montado, os trabalhos a decorrer e dado que já não tem que estar lá o camião a descarregar, ainda hoje fui lá passar com a grua para ter a certeza que a viatura lá estava, se depois podem só utilizar as bermas e não utilizar as faixas de rodagem e, portanto, é disso que estamos à espera, porque na realidade os constrangimentos que têm causado têm sido muitos. Vamos estar atentos, foi-nos solicitado também para fazermos o simulacro na ponte e nos pilares da ponte, pode haver algum acidente e é isso que vamos fazer também nesta altura e vamos estar, mas neste momento ainda não pode ser alterado. Enquanto os andaimes, ó senhor deputado, enquanto os andaimes não forem todos descarregados e montado à volta dos pilares, o que nos dizem os encarregados da obra e quem está responsável pela segurança daquela obra, é que não podem ser alterados, e por isso é este o trabalho que tem estado a ser feito. Tenho dito, senhora Presidente. -----

----- Pediu o uso da palavra, a líder da bancada da CDU (PCP/PEV) **Maria de Lurdes Sousa Vales Melo Nogueira**, desconhecemos se o preponente desta proposta conhece o contrato de empreitada que viabilize esta alteração, sem que onere substancialmente os custos da obra. O dono desta obra é o estado, a ponte serve dois municípios. -----

----- É uma obra necessária e no nosso entendimento quanto mais depressa forem as mesmas concluídas menos onerada ficam as populações por elas servidas. Embora entendemos a questão aqui levantada pela bancada do Servir, não poderemos por esta razão acompanhar esta recomendação. -----

----- Não havendo mais intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal submeteu à votação a **Proposta de Recomendação - Pela Alteração imediata do horário das obras de manutenção da "Ponte Nova" de Portimão - (subscrita pela bancada da Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS-PP/Nós Cidadãos)**, tendo sido obtido o seguinte resultado: -----

VOTAÇÕES	PS	PPD/	CHEGA	PORTIMÃO	BE	CDU	PAN	DEPUTADA	TOTAL
----------	----	------	-------	----------	----	-----	-----	----------	-------



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



		PSD		+ FELIZ (*)		(PCP/PEV)		NDEPENDENTE	
VOTOS A FAVOR	0	5	0	2	0	0	0	1	8
ABSTENÇÕES	0	0	3	0	2	1	1	0	7
VOTOS CONTRA	15	0	0	0	0	0	0	0	15

(*) Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança).

A Proposta de Recomendação foi reprovada por maioria.

Ficou com o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, para dizer que queria apresentar uma declaração de voto agora, via oral. Pode ser?

Quanto às obras da ponte nova e o pedido do senhor Presidente da isenção de portagens no troço de Portimão Lagoa, custa para a classe um quarenta e cinco centimos mais taxas, é um não assunto para o Bloco de Esquerda. Basta-nos os deputados do PS na Assembleia da República terem votado o fim das portagens, estes entre 2015 e 2021. Quinze propostas de abolição de portagens feitas pelo Bloco de Esquerda na Assembleia da República e mesmo o projeto de resolução para atribuir as portagens em 2020 do Covid o mesmo não foi feito, e o mesmo digo ao CDS que trouxe esta proposta que é armadilhada, porque o próprio foi ele que pôs as portagens com o PSD e o CDS. Tenho dito.

Em Seguida, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro**, informou que se seguia para debate, a **moção – Os hospitais do Algarve não podem ficar sem Blocos de Partos e serviços de Pediatria e Obstetrícia - (subscrita pela bancada da CDU(PCP/PEV))**, cujo teor se transcreve na íntegra: « A contínua degradação do SNS, em particular nos hospitais algarvios, com sucessivos encerramentos dos serviços de Obstetrícia e de Pediatria, assim como do Bloco de Partos e Maternidade no Hospital de Portimão, tem que ser travada e exigidas soluções para o funcionamento permanente e continuo daqueles serviços de saúde.

Situação insustentável e completamente inaceitável que dura há muito tempo, mas que este Verão se agravou, em particular nos meses de agosto e setembro.

-Os sucessivos encerramentos da Urgência Pediátrica, do Bloco de Partos e dos serviços de Obstetrícia do Hospital de Portimão tem posto em causa a segurança dos bebés e das grávidas que sem alternativa percorrem dezenas e centenas de quilómetros até chegarem ao Hospital de Faro, sendo grandes os constrangimentos já sentidos nos serviços desse Hospital, devido à receção das grávidas de todo o Algarve e Baixo Alentejo.

Bebés estão a nascer em ambulâncias, a caminho de Faro!

Não podemos aceitar que se coloque em causa a segurança das grávidas e dos bebés.



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



-----Não podemos aceitar que não existam pediatras nem serviços de Pediatria para que as crianças da nossa região aqui sejam tratadas.-----

----- Os profissionais, médicos e enfermeiros andam num vai e vem entre Portimão e Faro.-----

-----Não é a solução! Os profissionais estão desmotivados e exaustos. -----

-----Apelamos que esta Assembleia Municipal se posicione firmemente contra o encerramento dos serviços de urgência de obstetrícia e ginecologia bem como de pediatria, e exigimos medidas estruturais no SNS para garantir o direito à saúde da mulher e da criança na nossa região. -----

--O encerramento de urgências de maternidades, que se tem vindo a agravar ano após ano, constitui uma expressão de violência institucional que coloca a saúde e a vida de mulheres e crianças em sério risco. -----

- A situação crítica que, mais uma vez, estamos a viver no hospital de Portimão, representa o claro desrespeito, discriminação e violência contra as mulheres, crianças e famílias da região. -----

É vergonhoso assistir às ações de propaganda e aos comentários do “empurra responsabilidades” de todos os que têm responsabilidades políticas e que, ao longo de anos, governaram e governam, a reboque dos interesses dos privados que se dedicam ao negócio da doença, constantemente favorecidos pelas opções políticas do atual e anteriores Governos, empenhados em fazer crescer o negócio da saúde e em estrategicamente destruir a capacidade de resposta do SNS.-----

--Enquanto não se apostar efetivamente nas condições para a fixação de médicos, enfermeiros e outros profissionais, enquanto não se reforçar e dirigir o investimento público para os hospitais públicos, não se cumpre o princípio consagrado na Constituição da República Portuguesa que é o direito que a população do Barlavento Algarvio tem de acesso aos cuidados e serviços do Serviço Nacional de Saúde.-----

- O SNS precisa de medidas para reforçar e para fixar os profissionais de saúde no Algarve!-----

---Exigimos um Serviço Nacional de Saúde mais forte, universal e tendencialmente gratuito, com financiamento adequado e gestão pública eficiente.-----

---Assim, a eleita da CDU -Coligação Democrática Unitária PCP-PEV propõem que a Assembleia Municipal de Portimão, reunida em 30 de setembro de 2024 delibere:-----

-Apelar e exigir ao governo:-----

- 1. A contratação urgente e imediata de profissionais de saúde: médicos (pediatras e obstetras), enfermeiros, auxiliares, técnicos superiores, que garantam o funcionamento dos vários serviços de saúde de Obstetrícia e Pediatria nos Hospitais de Portimão e Faro; -----**
- 2. Que garanta o funcionamento permanente da Maternidade/Bloco de Partos no Hospital de Portimão; -----**
- 3. O reforço dos recursos nos cuidados de saúde primários e hospitalares do Algarve, garantindo um acompanhamento seguro e de qualidade na gravidez, parto e pós-parto. -----**
- 4. O investimento adequado no Serviço Nacional de Saúde a fim de evitar o colapso dos serviços; -----**



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



Que a presente moção seja enviada ao Presidente da República, à Assembleia da República, ao Governo, aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República, à ULS-Algarve e aos órgãos de comunicação social.» -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer que a CDU não tem tempo, tem duas hipóteses. Ou não é votada sequer, ou é votada sem discussão. Então, se quer pôr à votação, não sei se há alguma intervenção, pode haver intervenções dos outros partidos que tenham tempo. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Chega **Mário Nelson de Barradas Espinha**, para dizer que sobre esta moção dos hospitais algarvios, diria que a grande dificuldade de fixar profissionais de saúde em regiões afastadas dos grandes centros urbanos além da falta de investimentos públicos na infraestrutura de saúde da região, a própria falta de habitações, são os motivos desincentivadores da falência clínica no Algarve. -----

----- A bancada do Partido Chega corrobora positivamente com esta moção. Obrigado. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do PS **José Manuel Figueiredo Santos**, bom, relativamente a esta proposta, o PS admite que esta fórmula mágica encontrada pelo PC como solução para os problemas de saúde tipo contratação urgente e imediata dos profissionais de saúde, enfim, como médicos, psiquiatras e obstetras, etc. enfim, como se se tratasse de um problema que se resolvesse com um estalinho nos dedos, nós supomos que esta forma de mobilização do descontentamento já não pega muito bem e já não, enfim, já não incentiva de facto os indivíduos, fruto do conhecimento exato da atual situação da saúde em matérias de quadros técnicos. -----

----- O hospital de Portimão assegura, continua a assegurar partos programados. Em bom rigor, só não estão assegurados os partos não programados obviamente e, portanto, nesta circunstância o que é desejável, é que o executivo se mantenha preocupado e vigilante e naturalmente tente ir dialogando com a administração regional de saúde e com o próprio hospital, no sentido de tentar otimizar os serviços para os estender a esses partos não programados, que nós sabemos que hoje em dia, nomeadamente por parte da população emigrante, há muitas grávidas que não se fazem acompanhar por vários motivos, até culturais, que não se fazem acompanhar de uma vigilância periódica e consequentemente, portanto essas preocupações levam exatamente a que o PS se abstenha relativamente a esta proposta do PCP, Portanto atendendo aos argumentos por nós aqui expedidos. Muito obrigado, senhora Presidente. -----

----- Não havendo mais intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal submeteu à votação a **moção – Os hospitais do Algarve não podem ficar sem Blocos de Partos e serviços de Pediatria e Obstetrícia - (subscrita pela bancada da CDU(PCP/PEV))**, tendo sido obtido o seguinte resultado: -----

VOTAÇÕES	PS	PPD/ PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU (PCP/PEV)	PAN	DEPUTADA NDEPENDENTE	TOTAL
----------	----	-------------	-------	-------------------------	----	------------------	-----	-------------------------	-------



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



VOTOS A FAVOR	0	5	3	0	2	1	1	0	12
ABSTENÇÕES	15	0	0	2	0	0	0	1	18
VOTOS CONTRA	0	0	0	0	0	0	0	0	0

(*) Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança). -----

-----**A moção foi aprovada por maioria.**-----

----- Ficou com o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, a bancada do "Portimão Mais Feliz" embora concorde genericamente com a substância desta moção da CDU, não a votou favoravelmente e não acompanha integralmente porque a parte expositiva simplifica demasiado aqui as questões. Parece que as soluções passam imediatamente por contratar mais médicos, mais enfermeiros e passam por muitas outras coisas, nomeadamente o reforço dos cuidados primários que aqui está referido, mas se calhar numa lógica e numa ótica que não é aquela que a CDU defende e que nós pensamos que será a melhor. -----

----- Depois, há aqui uma questão que a CDU aqui refere que para nós tem alguma importância também, que é a parte mais política, digamos assim e que nos fez optar pela abstenção. Fala-se aqui no jogo do empurra das responsabilidades, que embora não nomeie quem são as forças que empurram... -----

----- Interveio a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer ao senhor deputado que isso não é uma declaração de voto. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, é, é! -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, não, não é. É outra coisa. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, para dizer que está a explicitar o sentido de voto da bancada, senhora Presidente. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, até o público sabe que não é uma declaração de voto. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, para dizer que está a explicitar o voto da bancada. E para terminar, portanto, a senhora deputada da CDU esquece-se aqui que neste jogo de empurra de responsabilidades o PCP também está presente, porque apoiou durante cinco anos um governo que é



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



responsável pelos investimentos do SNS que levou à situação que temos hoje. Portanto, por estas razões nós abstinemo-nos. Disse. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, senhora deputada, vamos na conferência de líderes definir o que é que é uma declaração de voto? Pronto, mas a declaração de voto é uma declaração de voto e não é aquilo que está a acontecer. -----

-----Em Seguida, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro**, informou que se seguia para debate, a **Saudação – 45 Anos do Serviço Nacional de Saúde - (subscrita pela bancada do Bloco de Esquerda)**, cujo teor se transcreve na íntegra: « Foi em 15 de setembro de 1979 que pelo ministro António Arnaut e com base no artigo 64º da Constituição da República, foi criado o Serviço Nacional de Saúde (SNS), através da Lei nº 56/79 que nunca chegou a ser completamente regulamentada.-----

O que era a situação sanitária no país antes da madrugada libertadora do 25 de Abril fica bem demonstrada nas memórias de Francisco Neto de Carvalho, ministro do regime fascista de Salazar entre 1963 e 1968:

“tempos em que não se falava no direito à saúde, cada um tratava de si e o Estado ou outras instituições como as misericórdias acudiam graciosamente, numa base de caridade, aos mais necessitados. Por isso a saúde estava integrada na Subsecretaria da Assistência do Ministério do Interior”. Em 1962 tinha sido criada a Direção Geral dos Hospitais, mas sem quadro de pessoal. Em 1965, um Plano Nacional de Vacinação contra algumas doenças infecciosas na infância só avançou com o subsídio da Fundação Calouste Gulbenkian.-----

Apesar das forças políticas da extrema-direita defenderem o regime salazarista, a verdade é que num relatório elaborado por Melo Caeiro em abril de 1966 sobre uma epidemia na Maternidade Magalhães Coutinho foi escrito: ***“não há berços suficientes, a roupa das camas das mães não é mudada diariamente, a sala de banhos das crianças esteve sem água quente durante meses por avaria do termoacumulador, há fraldas a serem usadas durante 24 horas, faltam utensílios de cozinha e seringas, pelo que são usadas em vários doentes”*** (in “Correspondência do Ministro da Saúde e Assistência dirigidas a Salazar” - Arquivo Nacional da Torre do Tombo). Em 1968 as dívidas dos três principais hospitais centrais, Santa Maria, S. João e Civis de Lisboa eram superiores a 65 mil contos. Em 1971 o Decreto-Lei nº 413 definiu um Sistema Nacional de Saúde que incluía as empresas privadas. Só em 1973 é que surgiu pela primeira vez um Ministério da Saúde dotado de lei orgânica. A mortalidade infantil era das mais elevadas da Europa. -----

A lei que criou o SNS há 45 anos dizia: **“incumbe prioritariamente ao Estado disciplinar e fiscalizar as formas empresariais e privadas da medicina, articulando-as com o SNS”** (artº 64º nº3 d). -----

Mas a Lei de Bases da Saúde nº 48/90 do governo PSD trocou tudo: **“o Estado apoia o desenvolvimento do sector privado de prestação de cuidados de saúde ... em concorrência com o sector público”** (Base 37 nº 1). E com tais orientações, os serviços e os recursos públicos foram facilmente capturados pelo “negócio privado da doença”: de cada 10 euros do orçamento da saúde, mais de 4 euros passaram a ser gastos



em faturas dos privados. Os meios complementares de diagnóstico e terapêutica (MCDT) nas mãos dos privados custaram 489 milhões € em 2019, a que se somaram 262 milhões € em hemodiálises. Foram desenvolvidas parcerias público-privadas (PPP) e criadas deduções fiscais para o setor privado. A acessibilidade condicionada em certos subsectores de saúde conduziu ao número brutal de 6 milhões de episódios de urgência/ano nos hospitais do SNS. A financeirização da saúde passou a ser a marca do setor. E aos médicos, enfermeiros e outros profissionais do setor público não foram aplicadas carreiras e salários motivadores. -----

A questão central sobre o futuro de SNS é a relação entre o Estado e o setor privado empresarial. Com a aprovação da nova Lei de Bases da Saúde em 2019 (Lei nº 95/2019) foi explicitada na sua Base 6 que a responsabilidade do Estado pela realização do direito à proteção da saúde concretiza-se **primeiramente através do SNS e de outros serviços públicos**, podendo de forma **supletiva e temporária** ser celebrados acordos com entidades privadas e do setor social, **em caso de necessidade fundamentada**. -----

A Assembleia Municipal de Portimão reunida em sessão ordinária em 30/9/2024, DELIBERA:-----

- **Saudar a criação há 45 anos do SNS como serviço público de saúde, geral e universal;**-----

- **Manifestar todo o apreço e reconhecimento aos seus profissionais pelo empenhamento e dedicação;**-----

- **Pugnar pela implementação dos valores e princípios da nova Lei de Bases da Saúde (Lei 95/2019).**»-----

----- Pede o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, para dizer que não vai ler a recomendação porque é extensa, a saudação. «Foi em 15 de setembro de 1979 que pelo ministro António Arnaut e com base no artigo 64º da Constituição da República, foi criado o Serviço Nacional de Saúde (SNS), através da Lei nº 56/79 que nunca chegou a ser completamente regulamentada».

----- A lei que criou o SNS há 45 anos dizia: “**incumbe prioritariamente ao Estado disciplinar e fiscalizar as formas empresariais e privadas da medicina, articulando-as com o SNS**” (artº 64º nº3).

Mas a Lei de Bases da Saúde nº 48/90 do governo PSD trocou tudo: “**o Estado apoia o desenvolvimento do sector privado de prestação de cuidados de saúde ... em concorrência com o sector público** (Base 37 nº 1). E com tais orientações, os serviços e os recursos públicos foram facilmente capturados pelo “negócio» da privatização da doença: em «cada 10 euros do orçamento da saúde, mais de 4 euros passaram a ser gastos em faturas dos privados. Os meios complementares de diagnóstico e terapêutica nas mãos dos privados custaram 489 milhões € em 2019, a que se somaram 262 milhões € em hemodiálises». Praticamente as hemodiálises são feitas pelos privados, não pelo público. -----

«Foram desenvolvidas parcerias público-privadas (PPP) e criadas deduções fiscais para o setor privado. A acessibilidade condicionada em certos subsectores de saúde conduziu ao número brutal de 6 milhões de episódios de urgência/ano nos hospitais do SNS. A financeirização da saúde passou a ser a marca do setor. E



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



aos médicos, enfermeiros e outros profissionais do setor público não foram aplicadas carreiras e salários motivadores». -----

----- Para a qual questão sobre o futuro do Serviço Nacional de saúde, é «a relação entre o Estado e o setor privado empresarial. Com a aprovação da nova Lei de Bases da Saúde em 2019 (Lei nº 95/2019) foi explicitada na sua Base 6 que a responsabilidade do Estado pela realização do direito à proteção da saúde concretiza-se **primeiramente através do SNS e de outros serviços públicos**, podendo de forma **supletiva e temporária** ser celebrados acordos com entidades privadas e do setor social, **em caso de necessidade fundamentada**. -----

Saudar a criação há 45 anos do SNS como serviço público de saúde, geral e universal». -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do PPD/PSD **Carlos Eduardo Gouveia Martins**, que principiou por cumprimentar todos os presentes, e dizer para lhe permitirem também, se bem que só devem ter saudades de ser autarcas quando deixam de ser e pelo menos nos últimos tempos vê isso, quem já deixou de ser tem muitas saudades, mas a prova que um dia podem sempre voltar e devem reconhecer quem foi, aqui permitam-lhe um cumprimento às pessoas que assistem, se estiver aqui alguém que tenha sido autarca, na pessoa do senhor Ilídio Martins que já foi Presidente de Junta e está aqui cheio de força numa Assembleia Municipal numa segunda-feira à noite e, portanto, permitam-lhe também dizer que é sempre bom ver que as pessoas mantêm o pendor autárquico e que gostam e que fazem questão de estar presentes quando assim são chamados. -----

----- Sobre esta moção, dizer e é engraçado termos duas semelhantes, uma seguida da outra, concordamos com o título das duas, mas é possível ver como na política quando moldamos o conteúdo à nossa quintinha, temos que ter uma posição diferente e nestas questões do SNS sinceramente permitam-me, isto já não é política eu não sei bem o que é, mas esta guerrilha ideológica contra o privado, mas depois é engraçado que eu vejo pessoas a defender estas moções aqui e já os encontrei a alguns na fila dos privados à espera de consulta, mas dizer o seguinte. Era o mesmo que eu agora chegar aqui com revanchismos e dizer, «a lei Arnaut de 79 de julho, mas em setembro o governo caiu» e quem implementou foi um governo até de Aníbal Cavaco Silva e agora dizer, não vamos com isso, o SNS resolve-se e todos podemos contribuir politicamente se for com uma base sociológica, se for para prestação de cuidados de saúde de qualidade, se nós conseguirmos no privado, no setor social que também é importante que se esquecem muitas vezes e dá uma resposta muito grande nos trezentos e oito municípios do país e no setor público naturalmente de acordo com a lei Arnaut de 79, mas também de acordo com a lei de bases da saúde que aqui está, procurar a resposta para que as pessoas tenham melhores cuidados de saúde e, portanto, sendo muito breve, para este tipo de politiquices o PSD não e votamos contra esta moção, porque o pendor ideológico não resolve nada. Disse. --

----- Pediu o uso da palavra, a senhora deputada Independente **Ângela Cristina Sintra Ramos Venâncio Quadros**, eu não percebo e certamente, «saudação aos quarenta e cinco anos do Serviço Nacional de Saúde»!



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



o Serviço Nacional de Saúde que os senhores criaram em 75 foram os próprios senhores que o destruíram. Hoje o que é que nós temos? Que Serviço Nacional de saúde temos? Eu não percebo saudação do quê? À vossa destruição que vocês fizeram ao Serviço Nacional de Saúde? Há um bocadinho estávamos a falar das grávidas, dos meios, a Esquerda, os senhores da esquerda, o BE, a esquerda deste país, o socialismo e os senhores o que fizeram foi destruir o sistema nacional de saúde. O que é que vocês fizeram durante estes anos, quarenta e cinco anos, o que é que fizeram pelo Serviço Nacional de saúde, não foi destruí-lo? Nós temos hoje um Serviço Nacional de Saúde péssimo, quando tínhamos um Serviço Nacional de Saúde de excelência e que era referência a nível de toda a Europa. Os senhores contribuíram para a destruição com as vossas politiquices. Hoje é evidente que quarenta e cinco anos, eu não fazia saudação aos quarenta e cinco anos de Serviço Nacional de saúde, eu dava os pêsames a quem o fez, a quem o destruiu. É por isso que eu não irei votar a favor desta moção, porque isto é uma hipocrisia, isto é uma falta de realidade, de ver a realidade do sistema nacional de saúde do país. Portanto... -----

-----Não havendo mais intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal submeteu à votação a **Saudação –45 Anos do Serviço Nacional de Saúde - (subscrita pela bancada do Bloco de Esquerda)**, tendo sido obtido o seguinte resultado: -----

VOTAÇÕES	PS	PPD/ PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU (PCP/PEV)	PAN	DEPUTADA INDEPENDENTE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	15	0	0	0	2	1	1	0	19
ABSTENÇÕES	0	0	3	0	0	0	0	0	3
VOTOS CONTRA	0	5	0	2	0	0	0	1	8

(*) Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança). -----

-----**A Saudação foi aprovada por maioria.** -----

-----Em Seguida, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro**, informou que se seguia para debate, a **Saudação – Ao 45º Aniversário do Serviço Nacional de Saúde - (subscrita pela bancada da CDU (PCP/PEV))**, cujo teor se transcreve na íntegra: «"O direito à *proteção na saúde* é realizado pela *criação de um serviço nacional de saúde universal, geral e gratuito (...)*" lia-se no número 2 do Artigo 64º do texto originário da Constituição da República Portuguesa de 1976, escrita no rescaldo da Revolução de Abril que libertou Portugal da ditadura e da opressão e que representou o início de uma viragem histórica da sociedade portuguesa.-----

Criado a 15 de setembro de 1979, com a publicação da Lei nº 56/79, o Serviço Nacional de Saúde, é uma conquista de Abril e uma construção coletiva de todos os seus trabalhadores, que desde o primeiro momento



contribuíram com o seu conhecimento, o seu esforço e empenho para assegurar cuidados de saúde com qualidade e proximidade. -----

A Constituição da República Portuguesa designou-o como Serviço Nacional de Saúde e inscreveu-o como instrumento da concretização da responsabilidade prioritária do Estado em garantir o direito à saúde.-----

Nestes 45 anos, o SNS demonstrou ser o instrumento e a solução para garantir o acesso de todos à saúde, não obstante insuficiências e limitações decorrentes de desinvestimento de vários Governos, que tem conduzido ao encerramento de serviços e de especialidades hospitalares, de extensões de unidades de cuidados primários de saúde, com particular incidência nos territórios do interior do País, aumentando as desigualdades sociais no ingresso e na utilização de cuidados de saúde, pelo que a sua defesa passa por uma política alternativa de reforço da capacidade de resposta do SNS, de forma a eliminar barreiras discriminatórias no acesso aos cuidados de saúde.-----

Desde o dia, da sua criação o SNS enfrentou inimigos, mas sempre teve quem o defendesse: profissionais de saúde, utentes e o povo português.-----

Todos sabem que é o Serviço Nacional de Saúde (SNS), com o investimento adequado, que garante o direito à saúde, sem discriminação, independentemente da condição socioeconómica, em todo o território.-----

Por isso, é urgente continuar a luta para salvar o Serviço Nacional de Saúde (SNS).-----

Assim a eleita da CDU - Coligação Democrática Unitária PCP-PEV propõe que a Assembleia Municipal de Portimão, reunida a 30 de setembro de 2024 delibere:-----

1. Saudar o 45.º Aniversário do Serviço Nacional de Saúde, serviço esse a que todos os portugueses têm direito em termos de igualdade e equidade, tal como determina a Constituição da República Portuguesa; -----

2. Saudar todos os trabalhadores do setor da Saúde, pela luta que desenvolvem por melhores condições de trabalho, direitos, respeito e dignidade das suas profissões, condição básica e essencial para a defesa do Serviço Nacional de Saúde e da sua qualidade; -----

3. Saudar as lutas das populações na defesa do direito constitucional à proteção na Saúde e a um acesso atempado aos cuidados médicos; -----

4. Remeter o presente voto ao Presidente da República, Presidente da Assembleia da República, Grupos Parlamentares, ao Ministério da Saúde, à Ordem dos Médicos, à Ordem dos Enfermeiros, à Associação Nacional dos Médicos de Saúde Pública, Federação Nacional dos Médicos, ao Sindde comunicação dos Técnicos



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



Superiores de Saúde das Áreas de Diagnóstico e Terapêutica, ao Sindicato dos Enfermeiros Portugueses, ao Sindicato Independente dos Técnicos Auxiliares de Saúde, ao Sindicato dos Trabalhadores da Saúde, Solidariedade e Segurança Social, à Associação de Trabalhadores dos Serviços Gerais da Saúde, Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública, e aos órgãos de comunicação social.»-----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, senhora deputada, faço a pergunta que fiz há pouco. É posta à votação sem discussão da vossa parte, do vosso partido. É isso? Sim, pronto. Então, se houver outra força partidária que queira fazer a intervenção, senhor deputado Carlos Martins, faça favor. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do PPD/PSD **Carlos Eduardo Gouveia Martins**, para dizer que é aquilo que disse, para ser consequente uma moção com uma base histórica de contextualização, em que tenta ver a resolução pelo princípio sociológico e não só ideológico de uma coisa que já viram que a ideologia não resolve e, portanto, o PSD acompanhará esta moção que é da CDU, do Partido Comunista Português e, portanto, o voto de há pouco não tem a ver com questões de direita e esquerda, tem a ver com o princípio. Portanto, aqui votamos e acompanhamos a moção da CDU. -----

----- Não havendo mais intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal submeteu à votação a **Saudação – Ao 45º Aniversário do Serviço Nacional de Saúde - (subscrita pela bancada da CDU (PCP/PEV))**, tendo sido obtido o seguinte resultado: -----

VOTAÇÕES	PS	PPD/ PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU (PCP/PEV)	PAN	DEPUTADA INDEPENDENTE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	15	5	0	2	2	1	1	0	26
ABSTENÇÕES	0	0	3	0	0	0	0	1	4
VOTOS CONTRA	0	0	0	0	0	0	0	0	0

(*) Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança). -----

----- **A Saudação foi aprovada por maioria.** -----

---- Em seguida, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, informou que se seguia para debate, a **moção – Pela transmissão de Som e Imagem em direto das Sessões da Assembleia Municipal de Portimão - (subscrita pela bancada da Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS-PP/Nós Cidadãos))**, cujo teor se transcreve na íntegra: «A sociedade portuguesa sofre, à semelhança de todos os países denominados civilizados, uma profunda crise de participação política, que tem inevitáveis e directos reflexos na fraca afluência aos actos de cariz político, como as eleições democráticas ou a presença em atos dos órgãos eleitos. É, no nosso



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



entender, consensual que há uma crise de participação democrática e que a mesma se acentua manifestamente nas camadas mais jovens da população, sendo indiscutível o afastamento e desinteresse de muitos cidadãos em geral e de jovens, em particular, relativamente à actividade política. -----

Uma das formas mais eficazes de resolver esta situação consiste numa aposta de aproximação das instituições aos cidadãos, através de um enriquecimento dos suportes através dos quais a maioria da população recebe a sua informação hoje em dia: os meios digitais. -----

Esses mesmos meios têm vindo a ser agilizados, ao ponto de ser hoje extremamente fácil e acessível a transmissão em direto de eventos institucionais (basta ver os vários programas que tal permitem como o ustream, livestream, veetle ou até o próprio Facebook). -----

Desta forma, cremos que a disponibilização das reuniões de Câmara e da Assembleia Municipal em formato digital seja uma medida de valorização democrática importante, à semelhança daquilo que as Câmaras Municipais de Leiria, Guarda, Lisboa, Peniche, Almada, Celorico da Beira e muitas outras também fazem há vários anos, sendo ainda de frisar que, na região do Algarve, Portimão é hoje praticamente o único município em que as sessões da Assembleia Municipal não são objecto de transmissão em directo no sítio institucional na Internet.-----

Assim e considerando que: -----

a) Uma moção semelhante já foi aprovada no mandato 2013/2017 (na 2ª Sessão Ordinária de 2014 da Assembleia Municipal de Portimão, realizada no dia 28 de abril de 2014, sob proposta do Grupo Municipal do Bloco de Esquerda), mas até à presente data não foi implementada; -----

b) A 14 de novembro de 2014 já foi elaborado um estudo sobre o equipamento necessário para tal transmissão, sendo referido pelos serviços técnicos da Câmara que tal despesa, na altura, ascenderia a cerca de € 200,00 (duzentos euros); -----

c) Já no mandato anterior, uma moção de idêntico teor, referente às sessões de Câmara Municipal de Portimão e proposta pelo vereador do CDS-PP, foi aprovada; -----

d) Os grupos municipais na Assembleia Municipal de Portimão que integraram eleitos do CDS-PP apresentaram, na 5ª sessão ordinária de 2020, realizada em 18 de Dezembro de 2020 e na 5ª sessão ordinária de 2021, realizada em 20 de Dezembro de 2021, moções de idêntico teor, tendo as mesmas sido rejeitadas com o voto de qualidade do/a Presidente da Assembleia Municipal de Portimão, contando assim com o apoio de todos os grupos municipais da oposição;-----

e) Na última das referidas votações um dos argumentos usados pelo grupo municipal do Partido Socialista foi a suposta necessidade de rever o regimento da Assembleia Municipal, de forma a prever tais transmissões, sendo manifesto que, desde tal data, os trabalhos da Comissão de Revisão do Regimento têm sido muitas vezes atrasados por sucessivas ausências ou indisponibilidades da Sra. Presidente da Assembleia Municipal de Portimão, que preside a tal comissão e que não se faz substituir nas suas ausências, inviabilizando assim a conclusão dos trabalhos da referida comissão, quando estamos praticamente no início do último ano do presente mandato;----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



f) A Assembleia de Freguesia de Portimão transmite há algum tempo as suas sessões públicas, não havendo notícia de qualquer constrangimento ou problema, seja de tipo for, decorrente de tal transmissão; -----

g) A importância de que se reveste a implementação desta medida para os cidadãos do município, em particular para todos quantos não podem assistir ao vivo às mesmas sessões pelas mais diversas razões, é enorme, sendo para muitos incompreensíveis os motivos que impedem ainda hoje tal transmissão, a exemplo do que já se faz há muito tempo nos concelhos vizinhos;-----

h) Este é um contributo importante para a transparência do exercício do poder autárquico, mostrando-se fundamental para aproximar os eleitores dos seus eleitos, promovendo assim uma verdadeira Democracia Participativa e contribuindo para que todos possam acompanhar, em tempo real e sem interferência de terceiros, o que é discutido e votado na Assembleia Municipal de Portimão, -----

Os eleitos do Grupo Municipal da Coligação Portimão Mais Feliz (CDS- PP/ Nós, Cidadãos! /Aliança) propõem que a Assembleia Municipal de Portimão, reunida na sua 4ª Sessão Ordinária 2024, realizada em 30 de Setembro, delibere que: -----

1) A transmissão de som e imagem em direto das sessões da Assembleia Municipal no site do Município e na página de Facebook do Município seja iniciada até ao final do corrente ano de 2024; -----

2) O Executivo Permanente seja exortado a que, no mais curto espaço de tempo, crie as condições indispensáveis para executar esta transmissão, podendo ser utilizado o mesmo equipamento para as sessões da Câmara e de Assembleia Municipal.» -----

-----Ficou com o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, telegraficamente, isto não é a primeira nem a segunda vez, creio eu, se calhar nem a terceira vez que vem aqui uma proposta deste teor, neste mandato é pelo menos a segunda vez e, enfim, estamos quase no final do mandato, estamos quase a entrar no último ano do mandato, a questão não tem sido resolvida noutra sede como era suposto e nós entendemos que é premente realmente à Assembleia que comece a ser transmitida online. Aliás, não foi por acaso que veio aqui um cidadão aqui no período do público pedir exatamente isso, é o que se houve muitas vezes lá fora, nós somos, nós se calhar e outras forças públicas somos constantemente questionados por que razão Portimão não tem a transmissão como têm outros municípios e, portanto, é nesse sentido que trazemos aqui esta proposta. Disse. -----

----- Pediu o uso da palavra, a deputada municipal da bancada do PS **Marina de Carvalho Costa Sanches Esteves**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que a bancada do PS tem vindo a analisar o tema desta moção. Conhecem todos os intervenientes nesta Assembleia, que no âmbito da Comissão do Regimento, este é um assunto que se encontra pendente por estarmos à beira de fechar o regimento. A comissão funciona ao contrário do que o "Portimão Mais Feliz" quer fazer crer. Contudo, os parênteses e



cautelas do PS nesta matéria, têm fundamento nos direitos fundamentais de quem nestas assembleias participa. -----

----- Este assunto de transmissão na internet das reuniões de órgãos autárquicos já foi objeto de pareceres da Comissão Nacional de Proteção de Dados e é objeto de discussão para legislação em conformidade que ainda não existe em Portugal. -----

----- A transmissão em rede aberta de áudio e vídeo em direto e online de reuniões dos principais órgãos autárquicos, está abrangida e obrigada a um tratamento de dados pessoais, por implicar a recolha e divulgação de informação relativa a pessoas singulares identificadas ou identificáveis. Esta informação compreende a imagem das pessoas, o local, o contexto em que se encontram em determinado momento, o conteúdo das suas declarações, os quais podem expor entre outros dados pessoais aspectos da vida privada dos declarantes, de terceiros e revelar convicções políticas filosóficas ou de outra natureza que são suscetíveis de afetar o direito à reserva da vida privada. -----

----- Daqui resultam riscos muito elevados de exposição e de reutilização indevida de imagens e de declarações proferidas pelos cidadãos divulgadas em plataformas digitais de redes sociais. -----

----- São os riscos da reutilização dos dados pessoais, imagens e declarações proferidas, sem possibilidade de controlo para finalidades diferentes e em contextos desadequados a que todos já assistimos para chamar a atenção e gerar populismos em sentido totalmente contrários aos factos a que se referem e não vou aqui enumerar, porque de certeza todos conhecem exemplos destas situações. -----

----- Estamos no âmbito de direitos fundamentais, designadamente o direito à reserva da vida privada, constantes da Constituição da República Portuguesa e em parte acautelados pelo Regime Geral da Proteção de Dados, RGPD. Mas não existindo ainda norma legal que preveja especificamente este tratamento de dados, nem norma legal que reconheça às autarquias locais uma específica função de divulgação mediática da sua atividade plenária habitual. A necessidade da publicidade dos atos autárquicos não está em perigo. Os direitos de proteção aos dados pessoais de uma forma lata, está. -----

----- Excecionalmente tivemos um período no contexto da pandemia, em que foi reconhecido às autarquias locais, e repito, excecionalmente e transitoriamente, a licitude da transmissibilidade em direto das reuniões públicas dos órgãos autárquicos até 30 de junho de 2022. Foi neste período expressamente prevista essa possibilidade, desde que a autarquia dispusesse de meios para o efeito. -----

----- Na verdade, não existe atualmente nenhuma norma que preveja ou discipline o tratamento dos dados pessoais decorrentes da transmissão online e em direto das intervenções em reuniões dos órgãos autárquicos. -----

----- O princípio da publicidade das reuniões está assegurado, mas como tecemos, os riscos da necessidade de tratamento de dados pessoais decorrentes da transmissão em redes com a reutilização de dados no contexto dessas plataformas digitais, não é ainda controlado nem regulamentado. Por isso, o PS recusa os motivos invocados para trazer esta moção à Assembleia em discussão na Comissão do Regimento, onde o autor desta



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



moção está presente, resvalando até algum desrespeito pela mesma e pelos seus membros, uma vez que sabe que por ainda não se encontrar regulada esta matéria em lei habilitante, o PS tem tido reservas que aqui se expuseram e por isso a bancada do PS votará contra esta moção, e disse. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PAN **Ricardo Nuno do Nascimento Vieira Cândido**, eu só queria relembrar o PS da lei 27 de 2021 que aprovou, que regulamenta a carta dos direitos humanos na era digital. No artigo sétimo, direitos de reunião no ponto dois, indica, «os órgãos de soberania e poder regional e local asseguram a possibilidade de exercício dos direitos de participação legalmente previstos, através das plataformas digitais e outros meios». Está legislado, é o PS fazer aquilo que a nível nacional já o fez, é um direito em 2024 da era digital. Não percebo qual é a dificuldade, mas a intervenção da membro da Assembleia do PS explica porque é que a comissão ainda não conseguiu fechar o regimento, porque este é um dos pontos que ainda não foi discutido sequer, e está esclarecido porque é que não foi discutido, porque o PS está contra. Podia ter dito logo no início e fechávamos a comissão no início e pronto acertávamos só os tempos e pronto fechávamos, o regimento estava feito. Disse. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do PPD/PSD **Carlos Eduardo Gouveia Martins**, agora enquanto estava a ouvir só esta última parte, estava a acompanhar também aqui a Assembleia Municipal de Santarém que está a dar em direto, e em baixo está a Assembleia Municipal de Vila do Conde que até tem uns tempos parecidos aos nossos, mas seguramente serão todos ilegais. -----

----- Sobre esta questão, dizer que também vi Loulé anteontem e está a dar a Tavira também em direto, mas eu estou só a dizer a de direto. A de Portimão ainda não vi, mas gostava de aparecer no Facebook para mostrar à família, mas a questão é, sobre esta matéria, permitam-me este tom de humor porque ao final de, já são seis anos a debatermos esta matéria, eu contei cinco funções de três partidos diferentes nos últimos seis anos sobre esta matéria, sendo que nas últimas três só o Partido Socialista votou contra, é uma questão local, não há nenhum impedimento jurídico sobre esta questão, há de facto um critério de conduta do RGPD sobre esta matéria que todos nós podemos constatar que inclusive numa cedência nossa de ata e de presença aqui também se cumpre, qualquer órgão autárquico local cumpre os critérios do RGPD e não seria com uma transmissão, porque senão não poderíamos fazer, por exemplo, numa comemoração do 25 de Abril, porque eu também fui filmado e tudo e nada assinei, mas dizer-vos o seguinte. Acho que é de facto uma ausência de vontade do Partido Socialista para que vá online. Eu digo pessoalmente, não tenho nenhum problema em que nenhum portimonense veja as intervenções da nossa bancada e que possa ter acesso no Facebook, no Instagram, no Tik Tok onde quiserem, no Youtube e que acompanhem. Como também houve um ponto que aproveito interessante de um cidadão que aqui falou, que dizia que poderiam anunciar nas redes do município quando há estas reuniões. Depois, a resposta foi ligeiramente diferente, mas por acaso é um ponto que subscrevo de um munícipe, porque também fui ver e de facto nas páginas oficiais do município, poderia vir uma nota a apelar a participação dos cidadãos que têm interesse, hoje estão aqui pessoas, mas era positivo



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



também, já que não há transmissão enquanto o PS não quiser e tiver esta maioria que não se percebe, mas pelo menos informarem nas redes do município de facto que o departamento de comunicação diga quando há a Assembleia Municipal, as reuniões de Câmara, as Assembleias de Freguesia, que informem, seguramente haverá pessoas que estão à espera e pelo menos isso podem fazer que não há nenhum critério de RGPD que consiga bloquear esta posição. -----

----- Sobre esta matéria e indo novamente ao ponto, tal como Santarém, Vila do Conde, Tavira à mesma hora, Loulé anteontem, dizer-vos, acho que faz falta, acho que é uma forma de aproximar as pessoas num período em que a democracia está disponibilizada. Nada tem a ver com o que se vai extrapolar daqui, porque hoje em dia tudo se extrapola, digamos ou não digamos, tudo pode ser feito. Era uma forma de aproximar os portimonenses, espero que o Partido Socialista ao contrário das últimas vezes que fez, reconsidere, podem continuar a dizer do regimento, de facto reúne, mas o que é facto é que seis anos depois e nestes seis eu acompanho, sei que há antes disso, dir-me-ão outros, eu vi imensos partidos trazerem, só vejo ultimamente o PS a dizer que não e tenho a certeza que em consciência a maioria da bancada do PS dizia que sim. Portanto, o PSD acompanha mais uma vez e que em breve possamos todos ser vistos por Portimão e por quem quiser, que pessoas de Santarém e de Vila do Conde também nos vejam. Disse. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Natalino António Gomes Alves**, que iniciou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que fica abismado sinceramente com esta atitude do Partido Socialista em se desculpar com o regimento. Eu estou nesta Assembleia, eu penso que, mais longo, não sei há uns dez anos ou mais, e nunca provavelmente um regimento continua a ser discutido, não é aprovado, continuamos a liderar com o regimento desta Assembleia de há não sei quantos anos, mas porque será senhora Presidente, por exemplo, que transmite, devia transmitir a nós, portanto o que diz respeito a esta Assembleia, a este regimento, e o Partido Socialista pega nestas questões, mas será que todos os municípios incluindo a Assembleia da República, todos estão a praticar atos ilegais? Ou o Partido Socialista em Portimão tem medo e receio que os portimonenses oiçam aquilo que aqui se passa nesta casa. Não sei, ponho dúvidas sobre isto. Senhora deputada, não há desculpa, não há desculpa. Até a Junta de Freguesia de Portimão parece que faz, portanto as suas sessões já em direto. Eu não percebo, mas qual é o problema do Partido Socialista, qual é o vosso receio? É que as verdades que aqui são ditas não sejam ouvidas pelos portimonenses? Se calhar é isso. Obrigado. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Jorge Melo**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que a decisão de transmitir ou não as reuniões de Câmara e assembleias municipais, deve considerar sempre um equilíbrio entre a promoção de transparência, respeito às particularidades locais. Será importante assegurar que os custos e as exigências técnicas não comprometam a viabilidade do projeto, que a transmissão contribua efetivamente para a melhoria da governação autárquica. Por este motivo e por outros, a bancada do Partido Chega vota favoravelmente. Obrigado. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Pediu o uso da palavra, a Presidente da Junta de Freguesia de Portimão **Maria da Luz Santana Nunes**, que principiou por cumprimentar todos os presentes, e referir que uma vez que esta moção faz referência à Junta de Freguesia de Portimão na sua alínea f), a Junta de Freguesia de Portimão, a Assembleia de Freguesia de Portimão, são dois órgãos completamente diferente senhor deputado, e não me quer dar uma lição da grandeza de cada órgão e dos poderes que cada um tem. [De certeza que não me quer dar uma lição, pois não? Obrigada.] Na política, e desculpe que me está a interromper e eu estou a gastar o meu tempo.

----- Na política, tal como na vida, tudo tem um caminho que deve ser percorrido sem pular etapas. E sobre a matéria referida nesta moção na alínea f) que menciona a Junta de Freguesia de Portimão, mais concretamente a Assembleia de Freguesia, cabe-me, [eu acabei de lhe dizer senhor deputado! está surdo?] Mais concretamente à Assembleia de Freguesia, cabe-me esclarecer que, a Junta de Freguesia de Portimão iniciou o mandato com vários compromissos, entre eles a revisão do regimento. -----

----- Interveio a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, senhora Presidente de Junta, peço que suspenda a sua intervenção só dez segundos. Vamos deixar a senhora Presidente de Junta fazer a sua intervenção. Que ela chame Junta, Câmara, Assembleia Municipal, Assembleia de Freguesia, ela tem o direito à expressão daquilo que entender e, portanto, depois... Não, peço desculpa, não estamos aqui a corrigir-nos uns aos outros. A senhora Presidente de Junta não é Presidente da Assembleia de Freguesia. ---

----- Interveio a senhora deputada Independente **Ângela Cristina Sintra Ramos Venâncio Quadros**, para dizer à senhora Presidente da Assembleia Municipal, que ela não tem o direito de injuriar os membros da Assembleia Municipal, e se a senhora Presidente tem a ordem dos trabalhos, devia só pôr, não é pelo facto de ser o PS que vai ter que passar despercebido, senhora Presidente da Assembleia Municipal. Seja isenta e imparcial. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer que é por causa disto que não há imagens. É que estas imagens para o exterior não dignificam este órgão. Não dignificam este órgão. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a senhora deputada Independente **Ângela Cristina Sintra Ramos Venâncio Quadros**, senhora Presidente, as imagens do exterior da sua intervenção e do partido não eram nada bonitas, senhora Presidente. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a senhora Presidente da Junta de Freguesia de Portimão **Maria da Luz Santana Nunes**, então, eu vou começar do princípio que é para ver se me conseguem entender. Sobre a matéria referida nesta moção na sua alínea f) que menciona a Junta de Freguesia de Portimão, mais concretamente a Assembleia de Freguesia, cabe-me elucidar e esclarecer que, a Junta de Freguesia de Portimão iniciou o mandato com vários compromissos, entre eles a revisão do regimento. Nesta revisão e em sede de reunião de líderes da Assembleia de Freguesia, foi estabelecido ser oportuno dotar o mesmo da



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



capacidade para no futuro próximo poder ser transmitido som e imagem em tempo real das assembleias de Freguesia. -----

----- Solicitado ao jurídico um parecer sobre o assunto, este deu por necessário obter pareceres de algumas entidades. Foi difícil e demorou bastante a obtenção das respostas. Aquando da obtenção das mesmas e após a sua análise, concluiu a Comissão da Revisão do Regimento, que salvaguardando algumas situações, estavam reunidas as condições para incluir no regimento os artigos que regulariam esta matéria. -----

----- Posto isto, em sede própria, foram aprovadas por unanimidade as alterações ao regimento e proposto a transmissão a partir da reunião ordinária seguinte, a qual teve a sua realização no passado dia 23 do corrente mês. - -----

----- Assim, aqui na Assembleia Municipal e salvo melhor opinião, não encontro este processo já terminado nem reunidas as condições para em consciência poder acompanhar esta moção. Todavia, assim que estejam reunidas as condições, terei muito gosto em votar favoravelmente outra moção que venha sobre esta matéria. Disse, obrigada. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, para dizer que o Bloco de Esquerda foi o primeiro partido a trazer uma moção deste teor. Foi em 29 de abril de 2014, transmissão e a disponibilização de áudio e vídeo nas sessões de Assembleia Municipal de Portimão. Só houve um voto contra, foi o de um senhor deputado ou deputada do PS. Foi votada favoravelmente. Porque é que depois de 2014 não foi posta esta moção e esta recomendação em vigor? Tenho dito. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, senhora Presidente, eu, enfim, eu oiço aqui e eu ouvi com toda a atenção as intervenções da bancada do PS, e isto fez-me lembrar um bocadinho a história do Astérix. Quer dizer, o PS julga ou usa aqui nesta questão, a ideia do Astérix, julga que Portimão é a aldeia dos gauleses e o resto são os romanos à volta e estamos cercados. Sendo que aqui a aldeia dos gauleses, leia-se o Partido Socialista de Portimão na Assembleia Municipal, é o guardião do RGPD e da legalidade, porque tudo à volta é um mar de ilegalidade e violação de direitos fundamentais dos direitos dos titulares de metades, etc., etc. só Portimão é que está dentro da lei e só Portimão é que está a respeitar a Constituição da República, o RGPD e toda a legislação em vigor, e isto salvo melhor opinião é o mundo de pernas para o ar, é literalmente o mundo de pernas para o ar, e não vou à questão da revisão do regimento, porque isso dava para uma noite aqui a discutir a questão da revisão do regimento e, portanto, o senhor deputado Natalino Alves ainda agora perguntava aqui se não haveria medo da bancada do PS em aprovar esta moção. Ó Natalino, eu vou-te responder, há medo sem dúvida nenhuma, o PS tem medo da transmissão. Aliás, tem tanto medo que ainda não concluiu a revisão do regimento, exatamente porque está lá esta questão em cima da mesa. Foi só por isso que a revisão do regimento não foi concluída ainda ao fim de três anos de mandato, três anos de mandato. Pronto e, portanto, têm tanto medo que sucessivas vezes pela mão de várias forças políticas vêm aqui



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



propostas deste tipo e o PS agarra-se a uma tábua de salvação que se chama RGPD. Eu vou dar aqui uma novidade à bancada do PS, senhora Presidente. O RGPD que vigora em Portimão é exatamente o mesmo que vigora em Loulé, em Lagoa, ou em Monchique, em Lagos, em São Brás de Alportel, em Santarém, em Freixo de Espada a Santa. Aliás, vigora no território todo da União Europeia, vejam bem isto. -----

----- Eu termino dizendo o seguinte. O argumento do RGPD e da falta de lei habilitante que existe para não sei quantos concelhos deste país já não é argumento, senhores deputados do PS e, portanto, ou bem que assumem aqui claramente que não querem por motivos que, enfim, se calhar são muito atendíveis não sei quais são que não querem a transmissão, que são contra politicamente ou transmissão, ou então têm que arranjar um argumento novo, porque este não serve e, portanto, decidam e sejam claros e objetivos naquilo que estão a dizer. Agora, não vale a pena enganar as pessoas, agitando com o RGPD e com argumentos legais que só existem em Portimão. Disse. -----

----- Pediu o uso da palavra, a deputada municipal da bancada do PS **Marina de Carvalho Costa Sanches Esteves**, eu queria apenas responder, porque os argumentos não são só legais, os argumentos são de imagem, são de utilização de imagem, são de populismos que a gente não quer e não queremos que as pessoas fiquem a pensar na utilização de coisas que aqui se dizem que foi, que daqui se reproduzem e que acabaram de se dizer e que para além disso temos um regimento que neste momento não o permite e, portanto, aqui... é omissão? Não está previsto, não é omissão, não está previsto. É isto que o regimento diz, mais nada. E o público também tem que perceber que aquilo que aqui se diz é num determinado contexto e a resposta a determinadas perguntas, não é colocado nas redes sociais com outras intenções, o que pode ser neste momento, porque não está nem legislado numa lei habilitante, nem legislado no regulamento. Disse. -----

----- Não havendo mais intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal submeteu à votação a **moção - Pela transmissão de Som e Imagem em direto das Sessões da Assembleia Municipal de Portimão - (subscrita pela bancada da Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS-PP/Nós Cidadãos))**, tendo sido obtido o seguinte resultado: -----

VOTAÇÕES	PS	PPD/ PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU (PCP/PEV)	PAN	DEPUTADA INDEPENDENTE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	0	5	3	2	2	0	1	0	13
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	0	1	0	0	1
VOTOS CONTRA	15	0	0	0	0	0	0	1	16

(*) Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança). -----

----- **A moção foi reprovada por maioria.** -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Ficou com o uso da palavra, a senhora deputada Independente **Ângela Cristina Sintra Ramos Venâncio Quadros**, para dizer que informou a senhora Presidente que quer fazer declaração de voto verbal. Posso? -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, faça favor senhora deputada. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a senhora deputada Independente **Ângela Cristina Sintra Ramos Venâncio Quadros**, obrigada, senhora Presidente. Eu vou votar contra esta moção do "Portimão Mais Feliz" com o seguinte fundamento. Qualquer aprovação neste momento era ilegal, portanto não tinha efeitos práticos. Porque é que não tinha efeitos práticos? Porque nós já vai fazer quatro anos que estamos a tentar fazer uma revisão do regimento durante este tempo que não conseguimos, não sei porquê quatro anos, quase quatro anos para fazer uma revisão do regimento engraçado, e quando se chega à disposição que é para permitir a transmissão das assembleias municipais, para. Portanto, ó senhora Presidente, nós tivemos durante três anos com a nossa agenda ao dispor da sua agenda da Assembleia da República. Marca ou desmarca, não faz, vamos para a semana, agora não dá jeito. Senhora Presidente, são quatro anos, vai fazer quatro anos que o regimento não é aprovado. Qual a causa de não ser aprovado? Eu não percebo, portanto eu só posso votar contra esta moção porque não tem qualquer apoio legal, porque os senhores do PS fazem questão de não aprovar o regimento para transmissão... -----

----- Interveio a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer à senhora deputada que isso não é uma declaração de voto. Uma coisa é dizer porque é que não vota favoravelmente. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a senhora deputada Independente **Ângela Cristina Sintra Ramos Venâncio Quadros**, para dizer que é a sua declaração de voto. A senhora Presidente não vai dizer qual é o teor que eu tenho que fazer ou tenho que apresentar na minha declaração de voto. Eu estou a fazer a declaração de voto, a senhora está a gravar, infelizmente não pode apagar a ata que fica gravada. Bem poderia se calhar tentar apagar que não era muito bonito realmente se estas assembleias municipais fossem transmitidas, uma vez que a senhora também talvez ascendesse a futura Presidente da Câmara, talvez fosse muito útil a senhora transmitir a sua atitude e a sua arrogância e falta de humildade para com os deputados municipais para a população de Portimão estar ciente na altura que iria prestar o voto. Portanto, eu não posso votar infelizmente a favor desta moção, porque o regimento não foi revisto. Portanto, o que nós estamos a pedir aqui já foi pedido há quatro ou oito anos e não sei porquê o PS não aprova o regimento. Então, não percebo, fala-se aqui em proteção de dados e eu não percebo como é que no mesmo, numa autarquia com órgãos, a Junta de Freguesia transmite, nunca houve qualquer levantamento ou colocar em causa proteção de dados e na Câmara e na Assembleia Municipal há esta falta da democracia. Não percebo.-----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, senhora deputada, temos ainda a informação escrita do senhor Presidente e temos uma série de assuntos ainda na



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



ordem de trabalhos e, portanto, eu não vou responder à senhora deputada porque a Comissão do Regimento tem as atas, tem tudo, eu vou responder de uma forma com... eu tive uma amiga açoriana que quando eu brincava, me metia com ela na faculdade, ela dizia-me assim, «eu vou-te fazer poesia», e eu neste momento é a resposta que eu tenho, eu vou-lhe fazer poesia, mais nada. Obrigada. -----

-----**No Seguimento desta votação, a Presidente da Assembleia Municipal, apresentou uma declaração de voto que a seguir se transcreve na íntegra:** «A transmissão on line das Sessões da Assembleia Municipal por não estar vertida em diploma legal que a regule não é passível de consenso. -----

Sobre esta temática incidem diversos diplomas que regulam diferentes matérias: a Constituição da República Portuguesa, o Código Civil, a Lei de Proteção de Dados Pessoais e o Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados Pessoais. Existem, ainda, pareceres das CCDR, da Comissão de Proteção de Dados e alguma Jurisprudência, sobre a aplicação concreta do quadro legislativo à temática da transmissão on line das reuniões dos Órgãos colegiais. -----

A Lei nº 1-A/2020, de 19/03, que estabeleceu medidas excepcionais e temporárias de resposta à situação criada pela Pandemia Covid-19, previu no seu art. 3º, com o intuito de assegurar a continuidade do funcionamento dos órgãos do poder local, a possibilidade de as reuniões dos órgãos colegiais se realizarem por videoconferência, ou outros meios digitais, se existissem condições técnicas para esse efeito. -----

Após a cessação de vigência da referida lei, reconhecendo o vazio legal após a caducidade de tal diploma, em 30/06/2022, foram apresentados dois projetos-lei pela IL e pelo Livre, 598/XV/1ª(IL) e 621/XV/1ª(Livre) na anterior Legislatura, viabilizados pelo PS, para discussão na especialidade, que para além de regular a comunicação à distância da realização das reuniões das autarquias locais, entretanto prevista no Código de Procedimento Administrativo no seu art.24-A, com a alteração introduzida pela Lei nº72/2020, de 16/11, pretendia também o projeto da IL legislar a competência das autarquias locais e das comunidades intermunicipais no que dizia respeito à transmissão e publicitação de gravações de reuniões. Projetos lei que não foram renovados nesta legislatura. -----

A concretização do princípio constitucional da publicidade das reuniões opera com a realização de sessões públicas. No entanto, a publicidade da reunião não significa que o público tenha a possibilidade de gravar a sessão. E tal regra vale tanto para o cidadão que assiste como para o eleito local que intervém na sessão. -----

É sabido que há quem entenda que não há lugar ao tratamento dos dados pessoais dos Membros da Assembleia Municipal e do Executivo Municipal, isto é, não depende do seu consentimento prévio, livre, informado, específico e explícito, por desempenharem funções de notoriedade e de interesse público. No entanto, já não será assim para os cidadãos que fazem a sua intervenção regimentalmente prevista no período definido para o efeito. -----
É também sabido que a comunicação social ao abrigo dos princípios da liberdade de expressão, informação e imprensa pode recolher imagens e som, sem autorização dos participantes. No entanto, também tal legitimidade não é absoluta em todos os casos. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



O Supremo Tribunal de Justiça entende no seu Acórdão de 13/07/2017 que "ocorrendo conflito entre os direitos fundamentais individuais – à honra, ao bom nome e reputação – e a liberdade de opinião e de imprensa, não deve conferir-se aprioristicamente e em abstrato precedência a qualquer deles, impondo-se a formulação de um juízo de concordância prática que valores adequadamente as circunstâncias e o contexto do caso".-----

Neste sentido, sendo certo que a Assembleia Municipal é a casa da **democracia participativa** do poder local do Município, exercendo funções de interesse público, cujos autarcas são eleitos em sufrágio direto e universal, importa que tal transmissão eletrónica seja regulada por **lei habilitante** da competência da Assembleia da República, com a audição obrigatória de entidades do poder local como a ANMP e a ANAFRE, a Comissão Nacional de Proteção de Dados, entre outras entidades como a ANAM, e personalidades académicas especialistas na matéria, que assegurem o cumprimento da Constituição e dos diplomas legais que conformam tal transmissão e gravação.-----

Diploma legal que promova também o acesso a tal funcionalidade a todas as Autarquias Locais e respetivos cidadãos em condições de igual acesso, com controle dos meios usados e financiamento adequado, que as habilite de competência legal para a divulgação mediática da sua atividade plenária, e que resolva **três aspetos fundamentais** relativos à gravação e transmissão, como operações de tratamento de dados de pessoas singulares identificadas ou identificáveis, nos termos do art. 4º nº2 e art. 6º nº1, al. e) do RGPD:-----

- as questões relativas ao fundamento e limites do tratamento de dados pessoais, tendo em conta os riscos específicos de reutilização de dados pessoais para finalidades diferentes, e as dúvidas quanto à adequação e necessidade dessa operação de tratamento de dados para a prossecução das atribuições públicas. -----
- as medidas técnicas e organizativas necessárias que assegurem igualdade de oportunidades a todos os órgãos das autarquias locais e respetivos cidadãos, na transmissão e no acesso à gravação vídeo, cumprindo os termos do art. 79º nº3 do Código Civil. -----
- o cumprimento do quadro constitucional e legal aplicável, nos diferentes períodos da ordem de trabalhos, por implicar a recolha e divulgação de informação relativa à imagem das pessoas, ao conteúdo das suas declarações, as quais podem expor, entre outros dados pessoais, aspetos da vida privada dos declarantes ou de terceiros e revelar convicções políticas, filosóficas ou de outra natureza, que possam afetar o direito à reserva da vida privada, conforme art. 26º, nº1 e art. 35º da Constituição da Republica Portuguesa.-----

A CNPD no seu parecer 2022/62 chama a atenção para o seguinte facto indesmentível: "**não existe** atualmente uma norma legal que preveja ou discipline o tratamento de dados pessoais decorrente da transmissão online e em direto das intervenções em reuniões de órgãos autárquicos, **nem se afigura necessária** para a realização do princípio da publicidade das reuniões das assembleias municipais a transmissão online das referidas reuniões e das intervenções dos membros eleitos desses órgãos. Sobretudo, porque o juízo de necessidade do tratamento de dados obriga **a considerar o impacto ou riscos** deste decorrente para os direitos dos titulares dos dados e à sua ponderação com o grau de satisfação da finalidade de publicidade, na comparação com outros meios menos



impactantes de publicitação das reuniões – e como melhor se explicará infra, o **risco de reutilização das imagens e declarações proferidas** para quaisquer finalidades, sem possibilidade de controlo, é muito elevado quando as mesmas são disponibilizadas em rede aberta”.-----

O CDS tal como o PSD, autores das Moções apresentadas neste mandato autárquico, por integrarem a Coligação Aliança Democrática que suporta o Governo têm a possibilidade de apresentar nesta Legislatura um projeto lei que regule a transmissão on line das Sessões dos Órgãos Municipais em todos estes aspetos fundamentais. ----
Dados os considerandos supra o meu voto foi de rejeição da Moção de Recomendação apresentada pela Coligação Portimão Mais Feliz.» -----

No Seguimento desta votação, a bancada da CDU (PCP-PEV), apresentou uma declaração de voto que a seguir se transcreve na íntegra: «Somos a favor da maior abertura e divulgação dos atos Públicos, cumprindo um preceito democrático, porém o método que está a ser utilizado por diversos municípios, através do recurso a redes sociais sem moderação atempada em nada dignifica esta Assembleia. - A referida divulgação afeta os direitos fundamentais à imagem e à proteção dos dados pessoais (ou direito à autodeterminação informativa). E é suscetível, em função do conteúdo das declarações proferidas, de afetar o direito à reserva da vida privada consagrado no nº 1 do artigo 26º e 35º da Constituição da República Portuguesa. Além de que pode promover ou facilitar a estigmatização e discriminação das pessoas cujos dados sejam assim divulgados, tendo em conta o risco de reutilização indevida das imagens e das declarações de todos os que participam nestas reuniões de forma a que facilmente resultem na exposição da vida privada e familiar – exposição essa irreversível. Ao optar-se por esta transmissão apenas deve ocorrer no sítio da internet da entidade pública, em conformidade com os princípios da proporcionalidade e da minimização dos dados (consagrados no nº 2 do artigo 266 da CRP e na alínea c) do nº 1 do artigo 5º do RGPD, e salvaguardando o princípio da administração aberta, assim respeitado por ser aquela a sede própria para a divulgação da atividade municipal de acordo com a legislação autárquica.-----

Por sua vez estas transmissões a acontecer deverão recolher o consentimento daqueles que no exercício das suas funções ou no exercício do direito de participação, façam declarações durante as reuniões como também em relação aos que exercem o mesmo direito de participação através da mera presença ou assistência daquelas. ---
Também em relação aos trabalhadores que prestem apoio durante a reunião será necessário a obtenção do consentimento. Pelo que, durante o momento de captação de imagem e som tem de se assegurar que não sejam captadas imagens nem declarações de qualquer das pessoas que para tal não tenham dado consentimento. ----
Privilegiamos a participação direta e ativa das populações e daí a nossa abstenção.»-----

-----Em Seguida, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro**, informou que se seguia para debate, a **Saudação – 26 de setembro – Dia Internacional para a Eliminação Total das Armas Nucleares - (subscrita pela bancada da CDU (PCP/PEV)**, cujo teor se transcreve na íntegra: «*O Dia Internacional para a Eliminação Total das Armas Nucleares, foi instituído a 26 de setembro por uma resolução da Assembleia-Geral*



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



das Nações Unidas em 2013, e estabelece o objetivo do desarmamento nuclear como condição essencial para garantir a paz e a segurança internacionais.-----

Em 2017 foi aprovado o Tratado Sobre a Proibição das Armas Nucleares (TPAN), que estabelece o objetivo de proibir as armas nucleares e a total eliminação daquelas já produzidas. Este Tratado apenas entrou em vigor em 2021, ao ser ratificado por mais de 50 países, porém "não integra nenhum dos países detentores de armas nucleares e membros da NATO". "O próprio Governo português já fez saber em várias ocasiões que não aderirá a este tratado, precisamente por estar alinhado com a política dos EUA e da NATO."-----

Portugal, como membro da ONU e em respeito pela Constituição da República Portuguesa, deve também posicionar-se em defesa da paz e pugnar pela eliminação das armas nucleares.-----

As cerca de 13000 ogivas nucleares existentes no mundo representam uma grave ameaça para a Humanidade. O constante aumento das despesas militares, a produção de armas cada vez mais sofisticadas, o reforço de meios e o alargamento da NATO e a formação de outros blocos político – militares, o abandono de tratados de desarmamento, o crescente recurso a atos de ingerência e agressão, a proliferação de sanções unilaterais, o sistemático desrespeito dos princípios da Carta da ONU e do direito internacional estão a arrastar o mundo para uma situação catastrófica.-----

O desarmamento nuclear coloca-se desta forma, como essencial para a salvaguarda da paz, da segurança e da sobrevivência da humanidade.-----

Assim o desafio para um mundo sem armas nucleares hoje passa pela adesão e implementação de dois acordos: o Tratado de Não Proliferação de armas Nucleares (TNP) de 1970, que proíbe os países signatários "não nucleares" de adquirir tais armas, e os países "nucleares" de transferir armas nucleares ou outros dispositivos nucleares explosivos para quem quer que seja; e o Tratado para a Proibição de Armas Nucleares de 2017 que estabelece o objetivo de proibir as armas nucleares e a total eliminação daquelas já produzidas.-Neste sentido, a eleita da CDU – Coligação Democrática Unitária – PCP - PEV na Assembleia Municipal de Portimão propõe que esta Assembleia Municipal, reunida em sessão ordinária no dia 30 de setembro de 2024, delibere:-----

1. Saudar o Dia Internacional para a Eliminação Total das Armas Nucleares, criado pela Assembleia-Geral da ONU, e que se assinalou a 26 de setembro.-----

2. Instar o governo português a ratificar o Tratado pela Abolição das Armas Nucleares.-----

Remeter a presente saudação ao Presidente da República, ao Governo, aos Grupos Parlamentares e às associações de defesa da Paz.»-----

-----Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer que não tem tempo. Não sei se alguém quer fazer alguma inscrição, senão passamos à votação.-----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



-----Não havendo mais intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal submeteu à votação a **Saudação – 26 de setembro – Dia Internacional para a Eliminação Total das Armas Nucleares - (subscrita pela bancada da CDU (PCP/PEV))**, tendo sido obtido o seguinte resultado: -----

VOTAÇÕES	PS	PPD/ PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU (PCP/PEV)	PAN	DEPUTADA NDEPENDENTE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	15	0	3	1	2	1	1	1	24
ABSTENÇÕES	0	4	0	1	0	0	0	0	5
VOTOS CONTRA	0	0	0	0	0	0	0	0	0

(*) Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança). -----

-----**A Saudação foi aprovada por maioria.** -----

----O Senhor Deputado Municipal Natalino Alves, da bancada do PSD, estava ausente da sala no momento da votação. -----

-----Em seguida, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro**, informou que se seguia para apreciação o **ponto 3- APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA APRESENTADA PELO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PORTIMÃO** nos termos do artigo 25º nº. 2, alínea c) da Lei 75/13 de 12 de Setembro. -----

-----Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, senhor Presidente, Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Portimão, é a primeira vez que apresenta a informação escrita, saúdo, é a primeira vez que apresenta a informação escrita formalmente enquanto Presidente da Câmara Municipal. Faça favor. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, obrigado, senhora Presidente, no entanto, ainda não faz tudo parte do meu mandato desde que sou Presidente. -----

----- Relativamente à informação escrita sobre a atividade desenvolvida pelo município nos meses de junho a agosto do corrente ano, permitam-me uma breve introdução com alguns destaques. No que concerne à situação económico-financeira da autarquia à data de 31 de agosto, impõe-se naturalmente destacar: -----

----- A deliberação de intenção de cessação do contrato relativo ao programa de ajustamento municipal, iniciando os procedimentos burocráticos para a saída das medidas de recuperação económico-financeira da receita e da despesa e implementações obrigatórias que tanto condicionaram a execução do executivo municipal nos últimos oito anos. Neste contexto, pautado pela manutenção do equilíbrio e consolidação das contas municipais, da sustentabilidade estrutural e do equilíbrio da recuperação da autonomia financeira, o



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



município apresenta à data de 31 de agosto uma situação económico-financeira estável, registando um excedente provisório face ao limite de endividamento de vinte e três ponto nove milhões de euros; -----

----- - Execução orçamental na receita na ordem dos setenta e um ponto zero dois por cento, com uma evolução positiva, face ao período homólogo de 2023; -----

----- - Redução da receita relativamente a impostos diretos em doze ponto seis milhões de euros, explicável sobretudo pela redução do IMT; -----

----- Destaque ainda para o acréscimo da receita nas rubricas taxas, multas e outras penalidades, que são respetivamente as rubricas da transferência de capital e transferências correntes, respetivamente um ponto dois, que dizem respeito à receita da taxa turística; -----

----- Evolução positiva na execução orçamental da despesa na ordem dos trinta e quatro ponto onze por cento face ao orçamento, o que resultou numa taxa de execução superior registada no período homólogo de 2023 em mais vinte e dois ponto cinquenta e três por cento. -----

----- No final do mês de agosto de 2024 não se registaram pagamentos em atraso. -----

----- Fundos disponíveis positivos cifram-se no montante de cinquenta e quatro ponto três milhões de euros. -----

----- No primeiro trimestre de 2024, o prazo médio de pagamentos do município de Portimão é de cinco dias de acordo com a metodologia de cálculo da DGAL. -----

----- Cumprimento da regra de equilíbrio orçamental em cerca de vinte e um ponto um milhões de euros, isto é, na receita corrente bruta cobrada acrescida na componente de saldo de execução orçamental de agosto de 2024. É superior à soma das despesas correntes pagas, acrescido do valor da amortização em média do empréstimo de médio e longo prazo. -----

----- Resultado líquido provisório a 31 de agosto de 2024 na ordem dos três ponto três milhões de euros negativos, menos doze ponto seis milhões de euros face ao período homólogo de 2023. Note-se mais uma vez que também tem a ver com a redução do IMT. -----

----- Temos, portanto uma situação em linha com o projetado no orçamento provisional aprovado e neste sentido em condições de concretizar as medidas de investimento previstas para o exercício de 2024. -----

----- Relativamente à função social do município e atendendo à execução de situação economicamente financeira do país decorrente de um aumento da taxa de inflação e consequente subida das taxas de juro, temos redobrado as nossas atenções para o apoio da população de maior risco em função das situações económicas. Neste sentido, é meu dever realçar os seguintes aspetos. Na educação e desporto: -----

- Continuação da medida de apoio ao fornecimento das refeições escolares, mais de sessenta mil refeições servidas no mês de junho e de onze mil quatrocentas e três refeições no mês de julho, já no período escolar; -----

----- Desenvolvimento do programa de atividades de animação em apoio à família, com um total de oitocentas e noventa e três crianças em idade pré-escolar; -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- -No apoio aos transportes para atividades desportivas educativas num total de cinco mil duzentos e sessenta e quatro passageiros num total de cento e quarenta deslocações; -----

----- -Apoio nos transportes num total de quinhentas e setenta e uma deslocações para transporte de atletas, associações do concelho, representando um investimento superior a cem mil euros. -----

----- Na área social, foram deferidos quarenta e um pedidos de apoio ao arrendamento, num universo de quatrocentos e quarenta e um apoios atribuídos. Mais vinte do que o ano passado. Permaneceram ativos um total de oitocentas e dezoito tarifas sociais, cento e setenta e três beneficiários para a aquisição de medicação e foram ainda prestados apoios pecuniários com carácter eventual a cinquenta e oito agregados familiares no montante de vinte e um mil euros. -----

----- Ainda na área social, mais concretamente no que concerne ao processo de atribuição de habitação em regime de venda a custos controlados, procedeu-se ao sorteio de atribuição das mesmas que se encontram em fase de início da empreitada, com um prazo de conclusão dos trabalhos de vinte e quatro meses. Entretanto, numa outra dimensão, a atuação só nos foi possível devido ao equilíbrio e à consolidação das contas municipais e das obras de gestão do espaço público. Gostaria de fazer um breve ponto de situação sobre as obras públicas nas suas diversas fases, em fase de projeto e em procedimento contratual. Ampliação da rota acessível de Portimão, Polidesportivo da Quinta do Amparo lançado o concurso, escola Manuel Teixeira Gomes em fase de projeto e Polidesportivo dos Montes de Alvor em fase de projeto, centro escolar do Alto Alfarrobal a finalizar o projeto, Polidesportivo do bairro do Sal e em toda a zona envolvente em fase de projeto, núcleo museológico da casa Manuel Teixeira Gomes lançamento do concurso para a obra, a reconversão do edifício Alfagar para a loja que vamos querer fazer com o IRH, escola básica de Alvor e jardim de infância de Chão das Donas a finalizar os projetos, centro escolar Alto Alfarrobal e a creche da urbanização Cosofi, entre muitos outros que permitirão dotar o município e os seus munícipes de melhores infraestruturas e equipamentos para a produção das suas atividades, aqui falamos também nas salas da creche. -----

----- A execução presentemente, ou seja, consignamos um investimento global superior a oito milhões de euros, de entre os quais passo a destacar, a requalificação paisagística do parque da juventude, o parque radical, o largo da zona envolvente à igreja matriz, a construção do parque urbano do mercado, a execução do estacionamento de urbanização da Raminha, a reabilitação da escola EB1 mais jardim de infância da Pedra Mourinha, a requalificação da urbanização da Quinta do Pinheiro, reparações e beneficiações em estradas e caminhos municipais e construção de passeios em diversos locais do concelho, bem como a requalificação das zonas das ruas Bento Jesus Caraça, Heróis da Restauração e Vale da Arrancada. -----

----- Por último, informo ainda os senhores deputados municipais que no âmbito da atividade desenvolvida pela EMARP, procedemos ao reforço das equipas de limpeza urbana, com especial atenção para o aumento das ações de gestão do controlo e preventivo das ervas daninhas na via pública. De igual forma, foi possível diligenciar junto da Algar o reforço das ações da recolha seletiva dos resíduos em mais vinte e cinco por cento,



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



tudo combinado permitiu solucionar os problemas da limpeza urbana que afetam de forma persistente a imagem turística do concelho, mas sobretudo a qualidade de vida dos nossos concidadãos. Muito obrigado, senhora Presidente. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PSD **Ilídio Bernardo Martins**, para dizer que tem aqui três assuntos distintos para falar. Cidade. Fez no dia 27 de setembro do ano passado, eu apresentei aqui como público, quatro assuntos para resolver e fáceis de resolver. Dos quatro, um apenas foi resolvido, eu tenho tudo fotografado. Já comuniquei à Câmara outras coisas e faz de conta que não é nada. -----

----- Eu, ouvir o senhor Presidente dizer que há dinheiro a montes e a cidade está nesta desgraça, faz-me uma certa confusão, porque com certeza que as pessoas passam na rua como eu e veem o que é esta cidade. Há dias ali numa passeadeira para o continente foi ali um amigo meu atropelado, e eu há poucos dias não fui atropelado porque já sei que aquilo acontece. Está ali um candeeiro, dois candeeiros completamente tapados com as árvores. Não vale nada estar lá aqueles candeeiros. As passeadeiras, está tudo por pintar, portanto se há dinheiro, gostava que me esclarecessem o motivo de isto não ser feito. -----

----- Agora, em questão à saúde. Faz precisamente no dia 13 de outubro que eu fui pai pela terceira vez. Vinha eu de Lagos onde ia passar os fins-de-semana, ia para Portimão. De Portimão fui para Loulé, de Loulé fui para Faro, de Faro o médico estava no cinema. Quem me havia de dizer a mim que cinquenta e um anos depois, estávamos iguais ou piores! Mas isto tem culpados, isto tem culpados, não vou mencionar aqui quem é, mas toda a gente sabe. Portanto, isto é em relação à saúde. -----

----- Em relação à habitação, o estado, as câmaras e os institutos oficiais são os culpados de não haver mais habitação em Portimão. Não sei se sabem, eu fui durante trinta anos construtor e podia no mesmo tempo ter que construir o dobro dos apartamentos. O último projeto e foi por isto que eu desisti de construir levou-me aqui na Câmara quarenta e dois meses. Eu não sei se é má vontade, se o que é ou se não querem. Pois se não querem, pois não há nada a fazer. Estas três entidades ou quatro são as culpadas de não haver habitação no país. Portanto, é o que eu tinha a dizer e gostava que levassem isto em atenção. A cidade, a saúde e a habitação e ver se a gente consegue pôr a nossa cidade como ela já foi, porque é uma tristeza os meus amigos virem de fora e me dizerem assim, «como é que Portimão chegou a esta desgraça»? Eu não estou a dizer isto, eu não quero nada, eu quero ser apenas um cidadão que se interessa pela cidade onde vive, onde escolheu para viver, porque eu não sou natural de Portimão. Portanto, muito obrigado por me terem ouvido e espero que sirva para alguma coisa. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, obrigado, senhor Ilídio, aliás, já tive a honra de o receber no meu gabinete e, portanto, agradeço muito a sua intervenção, e de tudo o que falámos pedi logo para ser tratado e enviei para os serviços. Dar-lhe, o concurso das passeadeiras foi lançado já o procedimento para as empresas para concorrerem para pintarmos



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



as passeadeiras, assim como também outro concurso também pela EMARP por causa dos lugares de estacionamento e nos lugares que têm que ser delimitados. -----

----- Depois, dar-lhe nota também que na avenida que falou temos lá um problema com a iluminação das passeadeiras, está a ser resolvido e que está projetado acho que amanhã, para também a poda das árvores nessa avenida, porque é para daquilo que também já se referiu aqui e, portanto, o senhor Ilídio agradeço sempre e, aliás desde Presidente de Junta que é sempre um homem atento e cuidado com as questões da cidade e, portanto, muito lhe agradeço pela intervenção que fez e vamos tomando as devidas notas, mas queremos também resolver todos esses problemas, que também são os nossos os problemas e também gostávamos que eles fossem solucionados. Portanto, muito obrigado senhor Ilídio. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do PS **José Manuel Figueiredo Santos**, nós gostávamos ao fim ao cabo de nos pronunciarmos sobre alguns aspetos da informação do senhor Presidente, nomeadamente aqueles que achamos que valem a pena que são de alguma maneira centrais nesta informação, desde logo, nós verificamos com alguma satisfação o recrutamento de quadros para a divisão das atividades artísticas e culturais, com quanto Portimão, enfim, deve ser uma cidade promissória em matéria de eventos culturais. Não é de mais salientar a importância dos eventos para as economias locais, quer pelo seu peso no PIB, quer pelo peso no PIB turístico, quer a sua influência nas entradas e saídas de nacionais e estrangeiros e influência nos fluxos turísticos dos acompanhantes. -----

----- Há aspetos que respeitam aos eventos e que têm a ver obviamente com a amplificação ou a ampliação, como queiram, da renda turística local, hotelaria, restauração, a ampliação da rede comercial, portanto comércio e serviços. É interessante observar que inclusive a nível do ensino secundário, há disciplinas de organização de eventos. Não sabemos até se correspondendo um pouco a alguma filosofia local se o governo atual não irá abolir essa disciplina, e dizemos isto porque lamentavelmente achamos que os políticos que habitualmente censuram as festas e os bolos deviam dar mostras de aplicação de algum conhecimento quanto às implicações dos eventos nas economias locais. Na ocasião da realização da noite, o senhor Presidente municipal da Câmara Municipal, sublinhava que o grande objetivo era dinamizar o centro histórico da cidade, mas acrescentava algo que me parece importante, desejável e talvez urgente, que é justamente a de trabalhar com uma universidade para fazer uma avaliação do impacto económico dos eventos, e dizia o senhor Presidente cito, «prestamos contas transparentes, pois não temos nada a esconder e esperamos a maior lisura em conjunto com os promotores». Entendi, urge efetivamente acabar com este discurso demagógico acerca dos eventos culturais numa cidade turística, porque é importante que alguém que seja creditado ou acreditado do ponto de vista científico que o faça e que demonstre à sociedade a importância e a vantagem dos eventos nas economias locais. -----

----- Notamos também que da análise da situação económica e financeira, enfim, ressalta algum regozijo da nossa parte, uma vez que em julho deste ano a Câmara Municipal de Portimão deliberou a intenção de cessação do contrato relativo ao Programa de Ajustamento Municipal, ou PAM no âmbito do FAM, iniciando procedimentos



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



burocráticos para a saída das medidas de recuperação económico-financeira, receita e despesa da implementação obrigatórias constantes do PAM. Portanto, não é demais salientar que este esforço gestor da Câmara Municipal de Portimão, que tem no mínimo oito anos, permite-nos um regozijo que é o de dizer fizemos na altura própria autocrítica, mas hoje saímos fortalecidos porque trabalhamos de forma a suplantar, a suprimir essas dificuldades. É claro que nunca poderemos esquecer que a par dessa situação deficitária há um legado patrimonial, há um museu, há um teatro municipal, há um Arena. Não vou mencionar todos obviamente, mas tão pouco eles entrarão nesse esquecimento, porque não raro o PS ser acusado de gestão danosa. Portanto, nós constatamos relativamente à situação económico-financeira do município que o executivo continua a dar conta de uma política de controle da dívida, da dívida de curto e de médio prazo e isso satisfaz-nos plenamente e exortamos a que assim prossiga, porque está num bom caminho. Mas gostaria também de salientar, a aplicação da taxa turística de Portimão e o desejo de que a propósito desta taxa o executivo consiga envolver *stakeholders*, portanto líderes de opinião e gente que efetivamente, enfim, de certo modo lidera a esfera turística local que possa efetivamente agarrar esta oportunidade, porque o turismo também tem impactos negativos muito sérios e é necessário atender esses aspetos. A taxa turística implementada no segundo semestre rendeu um vírgula dois milhões de euros. É uma importância significativa que não deixa, que não pode deixar de ser canalizada justamente para um investimento no domínio para que Portimão possa efetivamente sair fortalecida de um modelo turístico menos massificado e que possa efetivamente dar um passo para o turismo de qualidade.

----- No domínio da educação, refere o referido relatório e, portanto, mantém, nós estamos a manter justamente a alusão estrita ao que se passa no relatório, observamos o recrutamento de trinta e três assistentes operacionais no que respeita, portanto à gestão. -----

----- Algo se passa que é omissa a nosso ver neste relatório e que tem a ver justamente com os aspetos que dizem respeito à requalificação das escolas secundárias, nomeadamente escolas prioritárias, como são ou como é neste caso a escola secundária Manuel Teixeira Gomes, mas isso seguramente que o executivo dir-nos-á algo a este respeito. -----

----- Em termos de escassez de água e agora voltando ao desporto e à juventude, em termos de escassez de água, o aproveitamento da água do mar pode ser uma solução ecológica e económica, enfim, vale a pena aflorar porquanto a ignorância prevalece e, portanto, também tem que prevalecer alguma humildade neste aspeto, que é o de ponderar a possibilidade, por exemplo, da piscina de Alvor, não é, captar a água do mar, uma vez que assiste ali a proximidade da praia, enfim, nem sequer é uma sugestão, é um levantamento de uma questão que nos parece que a seu tempo é capaz de ter alguma pertinência. -----

----- Relativamente ao Tempo, e aqui a nossa sugestão é de que este relatório possa ser um pouco mais padronizado. E digo isto porquê? Relativo ao Tempo, portanto não será de encaminhar as frequências dos públicos da cultura e as respetivas receitas de bilheteira, por exemplo a par dos encargos com o pessoal e com os níveis de satisfação desses públicos. É que de um modo geral o relatório parece muito descritivo e pouco



explicativo, e eu acho que esse aspeto e é um apontamento que tem a ver tão só e exclusivamente com o desejo de melhorias do relatório e acho que os serviços têm essa possibilidade porque têm pessoas categorizadas para esse efeito. Portanto, não é pedir nada de excecional, porque, por exemplo, nós observamos em determinados setores que colocam reuniões, mas não colocam os problemas, as pessoas atendidas e as resoluções adotadas. Portanto, isto seria muito mais de ordem explicativa, não é? -----

----- A propósito e já agora a propósito das mobilidades, tínhamos também aqui um apontamento interessante a nosso ver obviamente, que era de questionar, por exemplo, o senhor Presidente da Câmara, se a propósito, enfim, do autódromo se não faria muito mais sentido enviar o avião do jardim Gil Eanes como um marco simbólico que fosse mais apropriado para o autódromo, portanto que fosse lá instalado, porque não nos parece rigorosamente nada contextualizado no jardim Gil Eanes aparecer ali um avião sem propósito nem despropósito. Enfim, são pequenas notas que nós diríamos que é possível apontar, porque note-se, por exemplo, vem ao caso a alusão às visitas aos sites entre os quais, portanto a start-up de Portimão, mas nesta start-up de Portimão não se conhece a operatividade, os movimentos criativos, nem os desafios que estão em curso. Conhece-se tão simplesmente essa frequência aos sites. Quer dizer, achamos isto pobre e pouco elucidativo, não é? Portanto, vale dizer então que são pequenos aspetos que interessariam justamente para observar a padronização dos elementos do relatório e que nós aqui deixamos como sugestões de melhoria, portanto sem pretensão de que possam funcionar como propostas. É óbvio que o nosso desejo primeiro e último é sermos o mais esclarecidos possível através justamente da informação do senhor Presidente. Bem e com esta dissertação já longa me fico, agradecendo a atenção de todos para com os aspetos que acabámos de salientar. Muito obrigado, senhora Presidente. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Chega **Mário Nelson de Barradas Espinha**, aproveitando a dissertação do Dr. Figueiredo Santos, quando falou na água das piscinas, eu desejava questionar o executivo, mais propriamente o senhor Presidente de Câmara que aqui há um ano e meio, dois anos, disse-o aqui nesta Assembleia que iria aproveitar as águas da piscina da 25 de Abril, mas anteriormente teria que desqualificar as águas da piscina para rega. Gostaria de saber se esse ato já passou à veracidade ou à execução.

----- Eu agora vou ser um bocadinho extensivo, iria para a página quarenta e quatro dois ponto cinco, em que me fala da divisão de habitação, desenvolvimento social e saúde. Tenho aqui umas perguntinhas, ou umas questões a pôr ao executivo. -----

----- Na habitação, gostaria de ser informado pelo executivo qual a política sobre a regeneração urbana a adotar para revitalizar áreas degradadas e promover a construção de habitações. -----

----- Uma outra pergunta. Qual a estratégia do município na habitação para grupos vulneráveis como os sem-abrigo e refugiados? Outra ainda. Qual o ponto da situação sobre as obras a decorrer, quer estruturais, quer pontuais que possam interferir com a mobilidade local ou concelhos limítrofes, afetando a orgânica da economia local. Outra ainda por agora, e depois me fico. Qual a resolução das ocupações ilegais, como também



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



das casas devolutas pertencentes à Câmara Municipal. Eu encerro esta questão da divisão de habitação, porque depois passarei noutra sequência ao desenvolvimento social e ainda à saúde. Muito obrigada. -----

----- Pediu o uso da palavra, a deputada municipal da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **Marta Patrícia Gonçalves Marques Caetano**, relativamente à informação escrita, tinha aqui algumas questões para colocar ao executivo. Tinha aqui anotado o valor arrecadado para implementação da taxa turística que entrou em vigor no segundo trimestre, já percebi que foi um vírgula dois milhões de euros.

----- Tenho aqui uma questão relacionada a nível de orçamento com a taxa de execução da despesa, já foi aqui abordada essa questão, continuamos com uma taxa de execução de despesa de trinta e quatro vírgula onze por cento. Estamos praticamente no fim do ano, portanto pergunto mais uma vez ao executivo qual é a razão de tão baixo valor de execução do orçamento da despesa, face a um valor orçamentado inicialmente de cento e quarenta milhões de euros. -----

----- A minha segunda questão prende-se com o abrigo temporário que existia na rua Machado Santos. Aqui a informação escrita diz-nos, eu não sei se está aberto, se está fechado, se está aberto, queria perguntar quantas camas é que tem este equipamento, se vai ser lá ou se está prevista a sua mudança para outra localização. -----

----- Queria também perguntar ao município a nível das medidas de eficiência energética a adotar, vi aqui na informação escrita que existem dez unidades para produção para autoconsumos espalhados em vários equipamentos municipais, mas não me apercebi de mais nenhuma medida em execução relativamente à eficiência energética. -----

----- Tenho aqui mais uma questão e uma observação. Relativamente aqui ao plano de formação interno do aeródromo, aparece-nos aqui na informação que os cursos de formação dos funcionários do aeródromo, houve cinco cursos de formação adiados. Queria saber qual o motivo. Os cursos realizados aparecem marcados a verde e depois há uma marcação a amarelo na informação que eu não percebo o que é e queria que o executivo explicasse o que é que está marcado a amarelo no plano de formação interno. -----

----- Tenho aqui mais uma pergunta, é assim, eu vi o deputado Figueiredo Santos falar de eventos, nós aqui também gostamos de eventos, mas gostamos é que seja claro o valor gasto, que seja indicado com clareza aqui na Assembleia Municipal. Gostei das festas que se fizeram, ou da festa, da quantidade de eventos que se fez para assinalar o aniversário da força aérea. Gostaria de saber é qual foi a participação do município nestes eventos. E para já disse. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PAN **Ricardo Nuno do Nascimento Vieira Cândido**, relativamente à informação escrita, tenho aqui diversos pontos, alguns já foram aqui mais ou menos afluídos, nomeadamente em relação ao abrigo temporário que já foi aqui indicado noutras assembleias que o mesmo, havia ideia de manter este abrigo temporário permanente, tem sido algo que temos solicitado e temos aqui indicação que ele se irá manter até dia 31-12-2024, ou seja, até ao final deste ano. O senhor, agora



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



senhor Presidente, na altura ainda Vice-Presidente indicou que o espaço necessitava de obras e indicou que havia abertura por parte da Santa Casa da Misericórdia para a cedência do espaço numa eventual troca. Saber qual é que é o ponto de situação relativamente a essa cedência, se ela se concretiza ou se há ideia do prolongamento desta solução para pessoas em situação de sem-abrigo num outro espaço, se ele já está a ser estudado para não ficar para últimas núpcias. -----

----- Relativamente aos dados no serviço de veterinária, teria algumas questões, mas tendo em conta que não existe nenhum dado, é difícil ter questões e a justificação dada é que não existem dados porque o veterinário se encontrava de férias. É um direito que tem, mas é uma clara demonstração da necessidade de termos mais meios, bem sei que o senhor Presidente vai dizer que está a tentar contratar. -----

----- Relativamente à rota acessível que o senhor Presidente também aqui falou, questionar relativamente à manutenção e aos custos dessa mesma manutenção ao longo do tempo, se está pensada essa manutenção ou se é uma das obras que foi feita, muito bem, concordamos com a mesma e daqui a um ano, se não tiver nenhuma manutenção vai parecer algo fantasma. -----

----- Relativamente às obras públicas que são apresentadas aqui na página oitenta e três e como já foi também indicado pela bancada do PS a necessidade aqui de uma reformulação desta informação, na página oitenta e três não se lê nada. Nem na oitenta e três, nem na oitenta e quatro, nem na oitenta e cinco. Então, questiono relativamente às obras no jardim do mercado, a última informação que tenho e que saiu na comunicação social que as obras foram suspensas, porque devido ao calor não seria a melhor altura para fazer as plantações e sementeiras, acho estranho é que quando a obra iniciou já se sabia que ia calhar nesta altura, mas pronto, questionar qual é que é o ponto de situação da obra, porque por acaso e em virtude da minha atividade profissional, tive a oportunidade de olhar para a obra e não me parece que a obra esteja simplesmente à espera da sementeira, ainda falta muita obra para concluir. Qual é que é o prazo para a conclusão desta obra que é uma obra que tem sido muito divulgada, que os portimonenses têm solicitado, temos aqui trazido muitas vezes a necessidade de espaços verdes. Portanto, questionar quando é que esta obra estará disponível para os portimonenses, tendo em conta que o prazo já terminou. -----

----- Relativamente às obras da envolvente da matriz de Portimão, questionar se não vai haver prolongamento dos trabalhos, tendo em conta os achados arqueológicos que têm sido e se já existem medidas de prevenção para que no futuro verão... -----

----- Um último ponto. Relativamente à marcação dos lugares que o senhor Presidente indicou que foi feito, ou se está a ser feito, já foi aprovada uma moção da Junta de Freguesia para a pintura dos lugares junto do liceu para os lugares para pesados e que continua a ser pintado de branco, as pessoas continuam lá a estacionar porque aquilo é um lugar de grande pressão e a EMARP continua a multar. Para quando essa pintura em amarelo? Disse. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, para dizer que gostava de responder aqui ao senhor deputado Figueiredo Santos. A escola Manuel Teixeira Gomes que é dos projetos que nos é muito querido a todos, porque é do agrupamento de escolas e aquela escola é a que mais obras precisa, portanto o processo do projeto está a ser terminado para que depois o que temos é para o [impercetível 2:27:52], ou seja, no quadro 2030 para ser candidatável. Portanto, temos que terminar o projeto ainda este ano que é para depois conseguirmos candidatar aquela obra.

----- Do avião do largo Gil Eanes, também enquanto não existir outra solução, o avião temos é que recuperar o avião naquele local. Foi isso que foi logo falado com a Força Aérea na altura do aniversário da Força Aérea e, portanto, vamos em colaboração com a Força Aérea recuperar o avião. -----

----- Quanto às águas das piscinas e se calhar respondo logo também ao senhor deputado do Chega, essa situação foi testada. No entanto, com os técnicos da autarquia deslocámo-nos, vou passar a publicidade, deslocámo-nos à piscina do Benfica que é a piscina que melhor aproveitamento de água faz a nível nacional. Estou a ver já alguém aqui a sorrir para mim, mas foi isso mesmo e, portanto, o que vamos querer é mudar os filtros das três piscinas que com isso já não precisamos de fazer a renovação, porque aqueles filtros são os melhores filtros que há a nível nacional e é isso que vamos querer fazer, e assim já não tem aquela renovação dos cinco por cento de água que temos que jogar fora, já é aproveitada, já é reaproveitada novamente toda a água da piscina. -----

----- Depois, falamos também da regeneração urbana. A ARU ainda está em vigor, temos tido algumas pessoas a pedir para ser beneficiadas de tudo o que é que podem usufruir da ARU, mas também concordo que temos que apostar muito mais na reabilitação do centro da cidade e dar, rever todo aquele plano da ARU para que possamos dar outros critérios também para que as pessoas possam recuperar as suas casas e assim conseguirmos dinamizar o centro também da nossa cidade. -----

----- Para os grupos mais vulneráveis, o trabalho tem sido feito sempre pela ação social e com as associações que trabalham também no terreno todos os dias. -----

----- Temos tido alguns problemas, porque outras cidades quando não fazem esse acompanhamento, muitas das vezes são enviados para Portimão, porque Portimão faz esse acompanhamento. Este é o que nos faz, eu vou repetir sempre isto senhora deputada, vou repetir sempre isto, não podemos ser as cidades que dão resposta a suportar todas estas pessoas que depois não têm condições noutras cidades. Isto é uma realidade que acontece e que não devia de acontecer. Devia de haver também abrigos a nível regional que fossem apoiados pela segurança social, para fazermos face ao que temos. -----

----- Nós no abrigo temporário temos vinte e duas camas. Este ano vai continuar aberto todo o tempo com o acordo que fizemos com a Misericórdia. Fizemos melhoramentos no abrigo temporário. No entanto, não chega. Temos que arranjar mais espaço para conseguirmos dar resposta às pessoas que temos na nossa cidade. ----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- As obras e a mobilidade, eu gostava de dizer, se repararem nas obras que a Câmara tem feito, ainda estas da estrada de Alvor, temos tido sempre este cuidado. Os nossos técnicos têm sempre tido o cuidado ou de não fecharem as duas faixas, ou de se tentar arranjar circuitos alternativos e é isso que temos feito. A obra que aconteceu e hoje já foi falado aqui, a obra que está a acontecer da manutenção da ponte nova, a autarquia não foi informada. -----

----- Ocupação ilegal. Todos esses casos que temos tido de ocupações ilegais, os que já estavam lá há mais tempo já foram colocados em tribunal, alguns já ganhámos e os que lá estão que são ocupados ilegalmente temos ido desocupar, porque queremos fazer a manutenção daquelas casas e queremos entregar sobre a listagem e que temos já pessoas que já solicitaram as casas e não é ocuparem ilegalmente para depois lá ficarem. -----

----- Depois, a taxa de execução da despesa, tem razão, eu também gostava de ter muito mais obras lançadas, mas infelizmente o quadro de pessoal não estica, temos que arranjar também para podermos ter muito mais obras e termos muito mais projetos concluídos também para depois podermos lançar. Portanto, não é aquilo que queríamos, mas é aquilo que conseguimos. Já respondi das vinte e duas camas. -----

----- A eficiência energética temos apostado na eficiência energética de todos os edifícios públicos e estamos já a apostar todos os anos, incluindo nas escolas também, vamos continuar, temos também telegestão já das luminárias e foi esse o trabalho que tem sido feito também com os nossos serviços. -----

----- Da Força Aérea, o que ficou só do lado da autarquia e das despesas foi um jantar, foi uma refeição. -

----- Depois, senhor Ricardo Cândido, a falta de recursos humanos no veterinário já lhe tenho dito, felizmente agora temos aqui uns pedidos de mobilidade interna também para irem lá ajudar, já houve uma pessoa que era calceteira e que agora foi também para o veterinário e, portanto, estamos a colmatar estas necessidades. No entanto, não é suficiente, o concurso de veterinário vamos ter que o abrir para ver se há concorrentes, porque só um veterinário não chega. -----

----- As obras na rota acessível temos que criar sempre manutenção. Aliás, nós temos criado sempre, temos que fazer um quadro de manutenção de todos os equipamentos que são municipais, estou-lhe a falar até do passadiço da praia da Rocha, passadiço de Alvor, todas estas obras têm que ter manutenção ao longo do ano, não podem ser deixadas sem manutenção. -----

----- O jardim do mercado a obra vai-se reiniciar amanhã e o prazo são mais dois meses, e da matriz também pensamos que a obra, a obra quando foi projetada era para fechar todo aquele largo. Vamos imaginar o que seria fechar todo o largo da igreja matriz e, portanto, o que temos trabalhado com o empreiteiro, com a empresa que lá está, é não fechar aquela parte. Vai fazendo uma, depois fecha, a rua da Hortinha fechou, depois já abriu, vamos fazendo por lances e, portanto, isto tem levado mais algum tempo, mas penso que a obra, amanhã mesmo tenho uma reunião sobre este assunto com os nossos técnicos para avaliar qual é o andamento daquela



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



obra, porque nos preocupa muito até pelo pó que aquela obra tem causado, naquele local com a passagem das viaturas o pó que tem causado. -----

----- Depois os lugares, nós temos alguns lugares que são pintados que eu também queria que fossem pintados de amarelo, mas o que os técnicos dizem é que a lei não permite e, portanto, se os técnicos dizem eu tenho que respeitar o que os técnicos dizem e por isso não é pintado de amarelo, porque a lei não permite que determinados lugares sejam pintados de amarelo. Tenho dito, senhora Presidente. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, para dizer que começa aqui também pela intervenção do senhor Presidente, começa aqui na página seis, o balcão único municipal, foi registado aqui um acréscimo de reclamações. No mês de junho, cinquenta e três, trinta e três, e depois também vi aqui um acréscimo também na realização de cartas de condução, que passou menos de quarenta e um por cento, menos trinta e dois por cento e em agosto menos oitenta e seis por cento, e também falo aqui de uma situação que fazia muita falta aos nossos munícipes com mais idade que era a ativação da assinatura digital que já vai em seiscentos e trinta e um pedidos. Por isso não consigo compreender porque nas cartas desce tanto e aqui neste da assinatura digital cresce. Deve ser mais ou menos o mesmo tipo de pessoas que procuram este tipo de trabalho. -----

----- Depois, aqui a taxa turística já foi falado, aqui muitas situações que já foram faladas. -----

----- Falo aqui também na página setenta e quatro, o programa de apoio à aquisição de bicicletas do município de Portimão é para quando? Diz que a sua materialização está concluída, aguardamos a validação jurídica, quem é que dá essa validação jurídica? Para quando é que este processo vai para a frente. -----

----- Nas páginas vinte e dois e vinte e três, eu reparei que o município faz aqui várias reuniões, neste momento sete reuniões com o Conselho Geral de agrupamentos das escolas do município, e questiono porque é que não são abordadas as recomendações da oposição nestas reuniões, uma delas tem a ver com a entrada de alunos no pré-escolar e no primeiro ciclo. Novamente chegam a nós vários episódios em que os pais têm a morada e domicílio e trabalho no mesmo perímetro ou área da escola dos seus filhos e os seus filhos são colocados em escolas fora da sua área de residência, tendo que usar a viatura particular para levar os seus filhos. Posto isto, a minha questão levanta um ponto muito pertinente sobre esta gestão, colocação escolar no impacto ambiental e decisões de tomada de posição nas instituições de ensino. -----

----- A sua relação entre as reuniões do Conselho Geral e nos agrupamentos de escolas do município das páginas vinte e dois, vinte e três, é fundamental que as questões como estas sejam incluídas na agência de discussão, pois trata-se de temas que afetam diretamente as famílias da comunidade. Para abordar a situação exposta, seria recomendável que nestas reuniões fossem debatidas uma revisão de critérios de colocação dos alunos, levando à consideração de proximidade entre a residência e o local de trabalho dos encarregados de educação e escola. Este procedimento permitia a alocação mais eficiente e justa, reduzindo a necessidade do transporte particular que acaba por gerar o aumento de veículos na cidade e maiores emissões de CO2. O



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



executivo deve sempre que possível discutir as recomendações da oposição e de outros membros da comunidade, especialmente quando desenvolvem temas de grande relevância social, como a mobilidade sustentável e a redução da pegada ecológica. -----

----- Recomenda-se também nas futuras reuniões que seja feita uma análise detalhada da documentação entregue pelas famílias durante o processo de matrícula e a renovação de matrícula, assegurando que todos os critérios aplicados sejam de acordo com as reais necessidades geográficas das famílias. -----

----- Agora nas páginas vinte e cinco, vinte e seis, está agregado às escolas quatrocentos e setenta e três trabalhadores. A Câmara deliberou em reunião Ordinária a 17-07-2024, aprovação, aprovaram o recrutamento de mais trinta e três. Agora, questiono, se estas trinta e três assistentes operacionais se somam aos quatrocentos e setenta e três trabalhadores e se o envelope financeiro do estado está ajustado a esta despesa. Gostaria de saber também a taxa de absentismo que não estava recomendada. -----

----- Na página oitenta e quatro, projetos e empreitadas. Mais uma vez, o cemitério sem datas, o jardim da praia da Rocha, requalificação de um milhão e quatrocentos mil. Podem-me explicar o projeto, o que é que vão fazer com um milhão e quatrocentos mil no jardim da praia da Rocha? -----

----- Aqui na página cento e um quadro sete, ocorrências mais significativas, temos aqui ocorrências de três quedas de árvores, gostaria de saber o que é que se passou com estas árvores, foi nas ruas João António Marques, António Vicente Castro, praça dos Cooperantes e uma delas fora do concelho na Senhora do Verde. Qual foi o motivo e se essas árvores eram do domínio público. -----

----- Vimos também neste quadro que é muito representativo do que se passa em Portimão, vinte e duas agressões, muitas delas na praia da Rocha. As tentativas de suicídio aumentaram em relação à outra informação da senhora Presidente, aumentou em nove. -----

----- Na página cento e trinta, na EMARP saíram dez trabalhadores. Gostaria de saber porquê, neste momento são quatrocentos e vinte e quatro. -----

----- Outra questão que eu tinha aqui e que vi e que reparei aqui na situação da informação sobre o pavilhão Arena. Nestes três meses não existiu nenhuma procura de nenhuma entidade privada para o uso do pavilhão Arena. Porquê? As entidades privadas usarem o pavilhão poderia alocar uma receita para a sua manutenção. Houve vários eventos, mas privados nem um, e também se fala aqui em obras. Na rua Engenheiro Amaro da Costa foi feita uma intervenção das passadeiras, não é, e depois mais tarde outra vez outra intervenção e mais tarde levámos quase três meses sem alcatrão e apanhar pó e muito desse pó foi infelizmente para a escola onde os miúdos estavam lá a brincar no pavilhão. Porque é que estas obras não são logo concluídas e levou quase três meses apanhámos ali pó e buracos durante a sua conclusão. Para já, fico-me por aqui. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho** **Alambre Bila**, senhora Presidente, eu peço desculpa mas eu ainda agora não respondi por causa da formação do aeródromo e já tenho aqui a resposta, porque foram adiadas pela NAV e como foram adiadas são



reprogramadas agora para novembro, portanto vão fazer agora a formação. Pois, só diz respeito ao mês de agosto, as que estão marcadas a amarelo só diziam respeito ao mês de agosto. Já foram todas feitas, essas já foram feitas. São essas, são essas que foram da AITAS e em inglês. O amarelo está realizado, está. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do PPD/PSD **Carlos Eduardo Gouveia Martins**, para dizer que vai tentar ser simples e conciso em alguns pontos que queria aqui ver abordados e outros apenas dar porventura alguma opinião ou posição, mas acha que todos eles têm questões. O primeiro daquilo e tem um grande enfoque e virá um ponto, mas para lá iremos depois, mas aproveitava já nesta fase da informação escrita do senhor Presidente sobre a cessação do PAM. A nível de mecanismos de acompanhamento financeiro para este pós período que vem, se poderia dar alguma informação sobre isso antes, depois do ponto referido por esta matéria. -----

----- Sobre a taxa turística que aqui temos, venho falar sobre este, de facto, é uma receita muito significativa, ouvi em algumas intervenções falar sobre o turismo e aquilo que esta bancada queria saber é se há um plano detalhado a nível de saber o que de facto vai ser feito de investimento para benefício em perjúrio das coisas naturais que o turismo tem, neste caso o nosso concelho de Portimão, para saber qual será o investimento para fazer face a isso. -----

----- Sobre a execução orçamental da despesa, já foi aqui questionado e dito, mas tenho que deixar esta nota de preocupação que já sei que o senhor Presidente acompanha, mas vou dizê-lo na mesma, porque isto trocando por miúdos, é saber que a Câmara Municipal não gastou o dinheiro, a ver se eu digo isto simples, não gastou o dinheiro que tinha planeado e orçamentado gastar este ano para investimentos. É, portanto o que isto significa, é uma taxa de execução muito baixa e isto faz com que porventura os projetos continuem atrasados alguns, outros nem se iniciem e ao final do dia isto tem impacto numa menor qualidade de vida que era expetável com o orçamento que tinham planeado fazer executar. Em suma, é isto o desenho da baixa ou muito baixa execução orçamental da despesa que o município tem e que é preocupante e que, portanto tem que salientar, sabendo já de antemão que o senhor Presidente concorda. -----

----- Sobre as infraestruturas, as obras e o investimento público, eu ouvi com atenção e oiço e atenção que dou mérito ao executivo, agora e de há algum tempo fazem sempre um levantamento por várias obras e permitam-me dizer isto, mas é com respeito político. Parece-me que é muita parra e pouca uva porque vou dizer o seguinte. Eu ouvi pelo menos seis vezes fase de projeto, e ouvi isto estudo de projeto quatro, ouvi cerca de vinte tópicos ou se quisermos dizer. Eu perguntava quantos estão mesmo em finalização destes que elencou e que trouxe a esta sessão e se não estão em processo de finalização, quantos destes muitos têm uma data concreta para terminar. Sei as limitações e tudo o que disse, fases do projeto sabemos todos, mas se calhar politicamente esses poderiam não ser ditos aqui porque são coisas que não sabemos quando vão terminar e porque se espremermos em suma vamos constatar se responder que são muito poucos aqueles que efetivamente andaram e os que vão ser finalizados. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Ouvi aqui a bancada do Partido Socialista falar sobre eventos e dar uma nota pessoal. Sou muito favorável ao retorno económico que grandes eventos trazem e à forma com que promovem os concelhos quando bem feitos e bem aplicados, Portimão durante muito tempo sobre executivo Socialista, teve uma política de atração de grandes eventos, trouxe um grande retorno e uma grande visibilidade ao concelho, continuou a fazer, aproveitando para felicitar em grandes eventos, que o município também tem uma quota-parte não tão grande porventura como politicamente fez, mas sobre a continuidade do MotoGP, mas naturalmente do governo, das autoridades de turismo, houve um grande esforço para manter e lá está um grande evento que é muito importante para o concelho e que acredito que seja suprapartidário, a alegria de todos em manter no concelho, mas cá está um exemplo de um grande evento e aquilo que eu queria dizer sobre isto é que de facto e ouvindo a bancada do Partido Socialista, vou porventura apontar a crítica política que às vezes nem é partidária e as pessoas confundem muito isto que se ouve nas ruas sobre os eventos, que é, os eventos têm que ter um retorno financeiro, um investimento associado desse retorno financeiro e a melhoria da qualidade de vida dos portimonenses, e eu então faço em três subtópicos sobre os eventos, sabendo e salientam-se importantes o seguinte. Há uma falta não é de transparência legal ou jurídica sobre os eventos, mas processual de sabermos onde o dinheiro do retorno é efetivamente investido. Nunca vi nenhum documento sobre isto. -----

----- O segundo é os dados concretos sobre o impacto financeiro de cada grande evento que trazemos. Era importante termos consciência, porque senão permitam-me, eu também já incorri nesse erro, mas o PS é useiro e vezeiro nisto que é, traz um grande retorno, eu nunca vi um número de retorno, digam-me um, como aquele célebre comentador desportivo, diga-me um, digam-me um! Um evento, um dado concreto económico-financeiro que demonstrem o retorno quantificado e especificado e com esse retorno, usando aquilo que disse, qual foi a estratégia de investimento e onde houve melhoria aqui. Este é o segundo ponto. E o terceiro que açambarca um pouco nisto, é a clareza do reinvestimento e que traga a melhoria de qualidade de vida um bocado na lógica da taxa turística, que nos traga uma melhoria a nós portimonenses. Só dar esta nota. Todos nós, PSD acredito todos os partidos, gostamos de ter bons eventos, ver Portimão bem falado, ver milhares de pessoas a virem à nossa terra, que não entremos na demagogia barata de dizer que não. Pelo menos eu enquanto Social Democrata gosto, o senhor Presidente sabe que gosto. Agora, pedia-lhes estes três pontos que esses, sim, são importantes para quem é executivo. Eu pelo menos se fosse executivo, e já colaborei com alguns, tinha um grande caderno a demonstrar ali perto da zona de Lisboa qual era o retorno, onde, em que bares, em que freguesias. Já falámos de 2017/2016, em Portimão espero que chegue entretanto. E para já, porque ainda quero guardar tempo que eu sei que o senhor Presidente vai responder, enfim, há um ponto que eu estranho muito da informação escrita ninguém falar, que é, saúde e educação, permitam-me, mais uma vez isto é político não partidário. Hoje em dia o Partido Socialista já voltou naturalmente a estar em manifestações à porta do hospital, já era sabido, era normal acontecer, sabemos como é que funciona, mas a grande questão aqui é, nós este tema falamos todos, o PSD também, quando vêm munícipes, quando falam, quando há



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



manifestações, todos falamos, todos erramos, mas no caso do executivo há um erro muito grande que eu queria aqui questionar. Houve um despacho uma delegação de competências nestas duas matérias importantes no concelho, e eu faço perguntas simples. A nível local de concertação social nestas duas áreas, temos até um Concelho Municipal de Educação e um Conselho Municipal de Saúde, e eu pergunto, fácil, já reuniram? Já falaram com estas entidades que inclusive eu estive enquanto representante do PSD há uns anos, nestas comissões para reunir e para saber quais as necessidades e as ambições dos profissionais de saúde e dos professores e assistentes em Portimão nestes dois setores? Era a pergunta que fazia, sabendo que não é só quando as pessoas vêm aqui protestar que devemos atuar e responder e estamos a fazer tudo. Era uma pergunta simples, neste tema a Câmara e o executivo tem muito mais responsabilidades do que aquelas que às vezes faz parecer crer, e no ponto da informação escrita, permitam-me a minha estranheza, não se falar de educação e saúde de forma concreta faz-me um bocado de espécie. Para já, disse, senhora Presidente. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Ricardo Jorge da Silva Viana**, que principiou por cumprimentar todos os presentes, e referir que é uma pergunta muito simples. Aqui na folha cento e dezasseis, no planeamento de emergência no âmbito das medidas de autoproteção nos edifícios municipais, refere-se que houve uma rejeição liminar do plano de segurança da escola EB da Bemposta, da escola da Bemposta. O ano letivo, eu sei que esta informação eventualmente pode ser de agosto, o ano letivo começou, começou com o plano de emergência rejeitado, ou foram feitas obras em tempo do ano letivo ter começado? É essa a pergunta que eu fazia. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Jorge Melo**, eu verifico que na divisão da educação não há qualquer menção à escola primária do Alto Alfarrobal, ou antiga escola de hotelaria, pois não sei se o nome já está definido ou não. -----

----- Finalmente foram iniciadas as prometidas obras de construção ou remodelação do recreio das crianças. No entanto, pergunto por que razão está a ser construída uma autêntica caixa de areia no lugar num espaço seguro para correr e brincar. Digo caixa de areia por estar a ser preenchida toda a área com areia e brita, e tendo em conta a quantidade de gatos que lá passeiam na volta, gatos da zona do Alto do Alfarrobal, certamente se tornará uma zona sanitária animal, onde estarão depois as crianças a brincar com segurança numa caixa de areia e brita. Será a brita e a areia adequado para crianças? Eu peço desculpa se estou enganado, mas a única coisa que lá se vê é somente isto. Em lugar de se pôr o espaço mais limpo e mais apropriado para crianças, não me parece de todo que areia e brita seja para o efeito. Além disso, um pequeno espaço nessa mesma escola que as crianças tinham para poder, por exemplo, saltar à corda em segurança, foi colocada uma floreira a ocupar esse mesmo espaço, pouco espaço que as crianças têm. Que sentido faz uma floreira nessa escola para crianças do primeiro e segundo ano, quando elas precisam é de espaço para correr, brincar, saltar em segurança. É mais importante ter uma floreira em detrimento da liberdade das crianças? E pergunto ao executivo se tem previsto prover um espaço de recreio fechado nessa escola para época de chuva e de frio, porque eles somente



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



têm um espaço exterior. O espaço interior que eles têm disponível neste momento é um corredor e uma sala de aulas. Se chover, nada mais têm que um corredor e uma sala de aulas para poder brincar na altura do recreio. Havendo nessa mesma escola salas vazias podem ser utilizadas para o efeito, inclusivamente para atividades físicas e desportivas que neste momento eles não conseguem ter nessa mesma escola. -----

----- Por último, existe uma dificuldade muito grande por parte dos pais em termos de horário por não ser possível deixar as crianças no horário senão das nove às quinze horas, isto para quem não tem atividade de ATL provida pelo Sorrir, penso eu. Há muitos pais que entram às oito e há muitos pais que saem às dezoito horas, e esta escola não tem a possibilidade de receber as crianças destes pais senão no horário das nove às quinze. Irá haver mais pessoal recrutado para essa escola para permitir alargar o horário de recebimento das crianças? Disse, obrigado. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, para o senhor deputado Pedro Mota, dizer-lhe que a aquisição de bicicletas é como diz aí, está no departamento jurídico, aguarda avaliação, depois serão dadas novas... sim, sim. -----

----- Depois, do jardim da fortaleza, posso apresentar o projeto portanto, e, depois quando estiver o jardim que já foi lançado o concurso, porque isto é daquelas obras como o senhor deputado Carlos Martins disse já foi lançado para concurso e dizer que temos seis projetos a serem finalizados e que têm que ser finalizados até, dos vinte projetos que temos, seis têm que ser finalizados já até ao final do ano. -----

----- Quedas de árvores, senhor deputado, pois as quedas de árvores não lhe sei agora dizer qual é o diagnóstico porque é que caiu cada árvore. Também faz vento e, portanto, não sei, agora se estão aí é porque caíram em espaço público de certeza. Se foram os nossos serviços que foram lá, é porque vivem em espaço público. -----

----- Dos trabalhadores que saíram também da EMARP, pois se as pessoas, alguns querem sair e se arranjam trabalhos noutro lado melhor remunerados, estou a fazer, por exemplo, condutores de pesados que conheço alguns que já têm saído, depois não podemos fazer nada, é abrir novo concurso para... felizmente têm aparecido concorrentes. -----

----- O senhor deputado Carlos Martins falou também depois do PAM, o que queremos é que depois se for aprovado nesse ponto, nesta reunião, mandar novamente para a comissão e o mais depressa possível para que possamos assinar o acordo para sairmos do PAM, que acho que é isso que todos desejamos também, até para depois já podermos negociar os impostos já nesta Assembleia e com o executivo também nas reuniões que vamos ter com todos os partidos e aí vamos querer, mas tem que estar negociado já, portanto depois desta reunião e que se for aprovado como eu julgo que sim, será depois enviado para a comissão e, portanto, não me perguntem depois a data, se a comissão vai ser rápida ou não para dar o parecer para deixar de estar então no PAM. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Falou também na taxa turística e no investimento. É ambição deste executivo, a taxa turística tem que ser também para investimento no espaço público, e já disse que queremos que para o jardim dos ingleses, para mim sempre foi o jardim da fortaleza, vai ser um investimento também que queremos fazer com a taxa turística. Estamos a fazer o levantamento de toda a fortaleza, mas o jardim já lançámos o concurso, queremos que seja aplicado o valor da taxa turística. Se houver a mais, vamos arranjar outro projeto também para que seja alocada a verba da taxa turística. Tem que ser gasta no espaço público, é isto que vamos querer fazer, é o tal jardim dos ingleses que para mim nunca foi jardim dos ingleses, sempre o conheci como jardim da fortaleza, mas é o jardim dos ingleses. -----

----- Depois, nas questões de educação passo aqui para a minha colega também, mas, no entanto, gostava de dizer, a escola do Alto Alfarrobal eu concordo também, porque acho que aquela caixa que ficou na parte da frente ali devia de ser a relva, mas dizem que por causa da drenagem da água não podia levar relva ali na frente e então vai ser colocada a relva na parte de trás, e as raízes e, portanto, foi esse o que... eu também concordo com o senhor deputado e com alguns pais também porque acho que aquela zona devia de ser a zona melhor para as crianças brincarem e, portanto, se não tinha drenagem, íamos ter que criar, estamos a terminar o projeto do Alto do Alfarrobal e estamos neste momento também a ver se aquilo se nos faz uma proposta para podermos adquirir o edifício, em vez de ser alugado gostávamos de adquirir aquele edifício. É isso que estamos a trabalhar também, mas o projeto estamos a terminar. -----

----- Depois, também já foi falado na escola que temos uma sala polivalente e onde as crianças podem brincar porque aquela escola até, felizmente, aquelas três salas têm lá uma boa sala polivalente onde as crianças podem brincar lá no primeiro piso. Passaria às questões então da educação para a senhora Vice-Presidente, sendo que do plano para o Ricardo Viana, vou perguntar e vou enviar a resposta porquê, qual foi a razão de ter vindo chumbado e agora como é que já está, qual é a situação. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a senhora Vice-Presidente da Câmara Municipal **Teresa Filipa dos Santos Mendes**, relativamente às questões colocadas na educação, Conselho Geral. Os conselhos gerais a ordem de trabalho não somos nós que definimos, o Conselho Geral é até um Presidente, que normalmente é um professor nem sequer é o diretor, nós estamos lá, enquanto membros do Conselho Geral existe um representante da autarquia, no caso são duas técnicas, mas onde são levantadas várias questões e certamente essa questão do pré-escolar e as vagas do pré-escolar em cada um dos agrupamentos na ordem de trabalhos devem ser discutidas. No entanto, não somos nós que fazemos a ordem de trabalhos, a não ser que queiramos que o assunto seja discutido e aí há uma indicação à técnica para ser discutido esse ponto, mas não somos nós que fazemos a ordem. -----

----- A colocação no pré-escolar. Os critérios do pré-escolar, da colocação no pré-escolar e nos outros níveis de ensino não são definidas também pela Câmara, são definidos pelo Ministério da Educação, existe um despacho próprio com regras próprias para o país inteiro, ou seja, não existe para cada país, para cada cidade,



para cada freguesia uma regra para a colocação, a matrícula das crianças e jovens é feita numa plataforma, a listagem é gerida pelas diferentes delegações regionais em conjunto com os agrupamentos escolares, a autarquia depois numa altura que é anterior às matrículas, normalmente pelo mês de março é chamada à mesa para, tendo em conta a previsão de inscrições porque nós temos, vamos imaginar os meninos que vão para o primeiro ciclo terminam o pré-escolar, sabemos que têm cinco anos, sabemos quantas crianças vão entrar, sabemos à partida quantos alunos, existem já previsões, quantos alunos vão para o décimo, quantos alunos vão para cada ano escolar, é feita uma rede escolar, e aí é quando a autarquia é chamada, que é quando nós depois, quando verificámos que as salas existentes não são suficientes e arranjámos soluções em cada concelho para colocar, para conseguir acomodar todas as crianças na escolaridade obrigatória. No entanto, não dizemos em altura nenhuma em que escola é que as crianças e jovens são colocados. Claro que o ideal seria cada criança e jovem ficar à porta de casa, nem sempre é possível e na nossa cidade não tem sido possível, embora na nossa cidade a deslocação entre cada uma das escolas, entre a escola vamos imaginar de ponta a ponta, entre o Pontal e as Vendas que são as escolas mais separadas, vamos pensar aqui num núcleo duro da cidade não demoram mais de quinze minutos de carro. Levam uma hora a fazer sete quilómetros. Ah! numa hora de ponta, mas são quinze minutos, não estamos a falar numa hora de ponta, é uma questão de sair um bocadinho mais cedo. Sai um bocadinho mais cedo e consegue chegar a horas. Por isso, não somos nós que fazemos essas colocações e as crianças ficam na escola possível dentro das cinco prioridades. -----

----- Relativamente a outras questões, saúde e educação. Hoje o Conselho Municipal de Educação e o Conselho Local de Saúde, o da Educação reúne com regularidade, tem representantes de todos, pessoal não docente, pessoal docente, de pais, da rede pública, rede privada, onde são discutidos todos os temas que são chamados à mesa, todos os concelheiros têm oportunidade de ver o tema que acham necessário ou que pensam que é necessário discutir de o trazer à mesa e todos esses temas são discutidos. -----

No caso da Saúde, o conselho local não reúne pelo menos há oito meses, neste momento estamos a aguardar indicação de três nomes senão não temos quórum, que até à data, a área da saúde não nos conseguiu indicar quem é que vem em representação para podermos reunir o Conselho Local de Saúde, mas até há oito meses que foi a última vez que reuniu, reunimos com a regularidade necessária para debatermos os diferentes temas, até foi feito, está a falar relativamente aos profissionais de saúde, foi feita uma Assembleia específica para essa questão, não é propriamente a competência do Conselho Local de Saúde, como sabe o Conselho Local de Saúde tem competências muito específicas e essa não é uma das competências, embora possa debater, possa dar indicações, mas não é uma competência do Conselho Local de Saúde, assim como o Conselho Municipal de Educação que também tem competências muito próprias e que certamente também as conhece. Penso que respondi a todas as questões. -----

----- Há uma questão relativamente ao Alto do Alfarrobal. O Alto do Alfarrobal vai passar a ter CAF, que é a componente antes da escola e posterior, e os meninos não saem às três e meia, porque eles têm AEC, como



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



tal, estão até às cinco pelo menos que é quando acontece as AEC, mas existe, vai existir a possibilidade, estivemos em reunião com a Educar a Sorrir, nunca sei se é educar se é ensinar, mas pronto, ou é educar, ou é ensinar, é Ensinar, porque no princípio era educar e então eu faço sempre confusão, agora é ensinar, e vamos ter a possibilidade juntamente com o agrupamento de escolas para termos a CAF, que é a Componente de Apoio à Família, no sentido de os pais poderem se houver alunos suficientes inscritos, tem que haver um mínimo de quinze para podermos alargar o horário para os pais poderem ter essa possibilidade. Disse, senhora Presidente.

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, para dizer que vai falar menos tempo que o senhor deputado Figueiredo Santos, até porque a hora está mais adiantada já, tinha aqui três ou quatro questões que queria ver esclarecidas. Falou-se aqui da questão das ciclovias e agora falo aqui também na questão dos serviços de bicicletas que já foi aqui abordado, uma vez que há aqui um procedimento para reparar, fazer manutenção e pintura da ciclovia da praia da Rocha e na zona ribeirinha, mas a questão que tinha era, enfim, se calhar antes de comprar as bicicletas e de criar o serviço de bicicletas, convinha criar uma verdadeira rede de ciclovias no concelho e começando pela freguesia de Portimão. É isso que está no PAMUS, se não me falha a memória e aqui isso não vi. Portanto, não vejo aqui um procedimento para criar essa rede. Portanto, começa-se por comprar as bicicletas e arranjar os abrigos para as bicicletas, mas ciclovias só temos aquela que está a ser objeto de manutenção, ou que irá ser objeto de manutenção. Portanto, a questão é para quando essa rede de ciclovias. -----

----- Segunda questão. O viaduto que vai desembocar ali na rotunda do parque de feiras, sempre se mantém a previsão de abertura ao trânsito final do ano, princípio do próximo? E em caso afirmativo, se já há uma alternativa pensada para onde é que o trânsito irá fluir em direção à rua Infante D. Henrique ou à rua de São José, não sei, teria sido falada na comissão uma outra alternativa que estariam a ponderar, queria saber como é que está essa questão. -----

----- Terceira questão. A partir de ontem, já é ontem que já é dia 1 de outubro, a ligação aérea entre Portimão e Bragança foi interrompida pelas razões que são conhecidas, e a pergunta muito concreta era o que é que o executivo está a pensar fazer em relação a este assunto, se vai fazer alguma pressão, se vai tomar alguma iniciativa, porque parece-nos, salvo melhor opinião, parece-nos que é de todo o interesse para o concelho manter esta ligação ativa e, portanto, foi com alguma preocupação que vimos essa notícia que já não é nova, mas que, enfim, que quando vem e é reiterada assume sempre contornos de maior preocupação. ----

----- Outra questão que tinha aqui era obras na praia do Vau. Eu no outro dia constatei que aquela zona, portanto quem passa da rotunda em direção ao Vale de França, quer do lado direito, quer do lado esquerdo, tem lá tapumes e estão a ser feitas obras quer de um lado, quer de outro, e eu perguntava concretamente que operações urbanísticas estão a ser ali feitas quer de um lado, quer de outro, se estão licenciadas ou não, e quando é que foram emitidas as licenças, já agora, porque falou-se aqui há uns meses de uma série de projetos



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



para aquela zona, enfim, um hotel de um grupo famoso internacional de restauração e hotelaria, entre outras coisas, e daquilo que eu sei, mas posso estar mal informado, não terá sido aprovada qualquer licença para esse empreendimento. Constatei no outro dia que realmente havia ali os tapumes e estão ali a desenvolver obras, portanto que sabemos exatamente o que é que está ali em causa. E para já era só. Disse. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Vítor Manuel Campos Couto**, para dizer que é uma questão muito rápida, ainda está ligada às questões de medidas de autoproteção nos estabelecimentos escolares. Já sabemos que na escola da Bemposta foi reprovado ou rejeitado linearmente o plano que havia, e eu questiono uma coisa, e o espaço Raiz? E a antiga escola hoteleira onde temos crianças de tenra idade. Por acaso não é obrigatório para o funcionamento de um estabelecimento escolar essas medidas estarem aprovadas? Gostava de saber a resposta por parte do executivo. -----

----- Só mais uma coisa. Peço desculpa, já agora. Sei que num destes espaços que eu acabei de referir, inclusivamente no recreio das crianças tem barcos, está lá um barco com um atrelado e umas coisas assim que já pediram para retirar por causa do perigo que é para as crianças e que não foi retirado porque dizem que o espaço é da entidade que está lá. Eu gostava de saber que medidas de segurança é que estão implementadas nesses espaços, e se não é obrigatório a existência desses planos. Muito obrigado. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, senhor deputado, mas concretizou o local? É que não concretizou. Ah ok! Disse num desses espaços e eu pelo menos não percebi. Olhe, eu não sei, eu por acaso não sei. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Jorge Melo**, para dizer que volta aqui a reforçar a pergunta porque ele teve uma resposta generalizada e acabou por não ter resposta direta. Na escola do Alto do Alfarrobal vão manter a floreira e roubar um bocado de espaço livre às crianças? Faz sentido aquela floreira? -----

----- Segunda pergunta, que garantias dão na segurança e higiene das crianças a brincar na areia e na brita onde os gatos vão fazer as suas necessidades? Certamente que vão. -----

----- A sala polivalente para quando? Os custos das AEC vão ser comparticipados pela Câmara, vão ser gratuitos para quem tem escalão? Obrigado. -----

----- Pediu o uso da palavra, a líder da bancada da CDU (PCP/PEV) **Maria de Lurdes Sousa Vales Melo Nogueira**, mais uma vez estamos aqui perante um documento meramente administrativo que explana aqui a atividade da Câmara, administrativo elaborado da forma que já nos habituaram os seus técnicos, que eu desde já aproveito para saudar. Todos assistimos no dia 24 de abril ao lançamento da primeira pedra do projeto municipal de construção dos duzentos e vinte e sete fogos de habitação a custos controlados. Gostaria, no entanto é de saber, hoje se nos deslocamos ao local, deparamo-nos com três lotes de terreno vedados com avisos de construção sem qualquer vestígio de atividade do início da obra. Gostaríamos de saber o porquê de ainda não terem começado a construir. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- No dia 15 de fevereiro de 2024 foi dito nesta Assembleia pela anterior Presidente de Câmara, que iria ao mercado adquirir casas. Gostaria de perguntar se a Câmara fez alguma aquisição de imóveis no mercado e também gostaria aqui de perguntar se a Câmara está a exercer o direito de preferência facultado na lei para exercer o direito da aquisição de imóveis. -----

----- Também gostaria aqui de perguntar se há registo, se a Câmara possui registos de imóveis dentro do concelho de Portimão que sejam propriedade do estado ou de institutos públicos. -----

----- Também aqui queríamos questionar a Câmara de qual a razão do empreiteiro da obra de remodelação da estrada de Alvor não ter criado acessos para a entrada nas habitações, colocando em risco a segurança das pessoas. -----

----- Venho uma vez mais, falar da rota acessível de Portimão e da sua reabilitação. Consideramos e já dissemos isso que o que foi ali feito, foi uma intervenção artística que até merecia outra visibilidade e que devido aos artistas envolvidos deveria ter outro tipo de suporte. O que acontece ali é que nesta obra de reabilitação da rota acessível não se cumprem os critérios estabelecidos na lei, o próprio decreto-lei 163/2006 de 8 de agosto, enumera quais são as normas técnicas para melhoria da acessibilidade. Eu gostaria de perguntar se na restante reabilitação vão continuar, não com uma reabilitação, mas com uma intervenção artística nestas rotas tão essenciais para a mobilidade das pessoas que têm, capacidade reduzida, não é capacidade, que têm mobilidade reduzida. -----

----- Outra questão que também aqui gostaríamos de levantar era de saber quem é o responsável pela medicina no trabalho dos trabalhadores da Câmara Municipal de Portimão. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Natalino António Gomes Alves**, para dizer que a questão que ele queria era uma dúvida e uma notícia que ocorreu que ele viu, e queria perguntar ao senhor Presidente se é verdade ou se é mentira. Se é verdade, aliás, se vai executar ou não esta obra que é o Polidesportivo na Quinta do Amparo. Estão previstos no orçamento cinco milhões de euros, têm garagem para cinquenta e cinco viaturas e é previsível que se junte quinhentas pessoas naquele espaço. Eu pergunto ao senhor Presidente se algum estudo foi feito para aquela zona para albergar, digamos assim esta população que irá provavelmente ao recinto ver. Eu pergunto se isto é verdade, se é mentira, se o senhor Presidente acha que o contexto é bom numa zona, e eu sei porque vivi sessenta e sete anos naquela zona e conheço perfeitamente o que era e o que é agora e as dificuldades que as pessoas têm ali, quanto mais fazemos um polidesportivo naquela zona. Portanto, eu tenho dúvidas e por isso pergunto ao senhor Presidente se é verdade ou não, e se isto já está em concurso como alguém me disse e o vídeo que vi da Câmara. Obrigado. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, respondendo já ao senhor deputado Natalino, se viu um vídeo da Câmara é porque a obra já está em concurso, já está e, portanto, o que vamos querer também é fazer, por trás do Cedi Praia vamos fazer também aquele parque de estacionamento, temos que aumentar ali o número de lugares de estacionamento,



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



todo aquele terreno pertence à autarquia e vamos querer fazer também parques de estacionamento naquele local. -----

----- Ao senhor deputado João Caetano, o viaduto está a ser finalizado um estudo de trânsito para aquela zona com algumas soluções a nos serem apresentadas. Portanto, ainda não nos foi dada finalização da obra, temos de falar também com o empreiteiro que está a fazer a obra, mas temos estado em articulação com os nossos técnicos para ver quando é que a obra vai ser apresentada e temos também este estudo de trânsito que está a ser feito para aquela zona. -----

----- Depois, falou, as medidas de autoproteção de todos os edifícios públicos estão a ser feitas e depois queremos fazer também simulacros, e é por isso que eu vou ver o ponto de situação da escola da Bemposta, porque queremos que todos os edifícios públicos tenham as medidas de autoproteção que já deviam de ter e vamos também querer finalizar e depois pô-las em prática até com simulacros também que achamos de extrema importância. Planos de emergência todos têm. Eu queria que todos os planos já estivessem feitos, foi por isso que já foi lançado e já foi dado a quem está a fazer os planos de todos os edifícios municipais. É isso que queremos. Agora, tenho que aguardar que estejam feitos para estarem todos, e eu gosto muito e acho que é muito interessante sempre, os simulacros é de extrema importância. -----

----- Obras de custos controlados, a senhora deputada falou, já começou, já se iniciou na semana passada, é a informação que tenho e, portanto, os custos controlados já se iniciaram na passada semana. -----

----- A aquisição de habitação que a minha antecessora tinha trazido aqui foi enviado para o IRU, e o IRU ainda não aprovou a aquisição de habitação e por isso é que também ainda não trouxemos para que fosse aprovado. -----

----- A remodelação da estrada de Alvor senhora deputada, não tenho qualquer reclamação. Portanto, da estrada de Alvor que falou, não tenho qualquer reclamação. As obras causam sempre transtorno, mas não tenho nenhuma reclamação. -----

----- Da medicina no trabalho, temos uma engenheira responsável pela segurança no trabalho, já pediu vários orçamentos para a medicina no trabalho, neste momento chegou um orçamento do médico e, portanto, estamos a analisar. Médicos com formação em medicina no trabalho não existem em Portimão, mas vamos ter que fazer porque queremos e não podemos fazer com empresas, temos que ter um médico. Tenho dito, senhora Presidente. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer ao senhor Presidente que o senhor deputado João Caetano diz que faltam duas questões que não foram respondidas. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, para dizer que ia passar ao seu colega José Cardoso. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Ficou com o uso da palavra, o senhor vereador da Câmara Municipal **José Pedro Cardoso**, para dizer é das ciclovias e do Vau, não é? -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, não, não, esqueci-me, e falta ainda da ligação aérea que tem de ser respondido. A ligação aérea solicitei para que o operador nos dissesse se havia alguma intenção, ou algum membro do governo já tinha entrado em contacto para renovar ou para abrir concurso. Não há, portanto amanhã vamos fazer um ofício para o governo a manifestar o nosso desagrado e para saber qual é o ponto de situação e porque é que não abriram concurso. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor vereador da Câmara Municipal **José Pedro Cardoso**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que relativamente à obra da praia do Vau, aquela operação urbanística serve como loteamento porque está em fase de licenciamento. Contudo, ela já tem licença de escavação, demolição e escavação, e essa é a única intervenção que está em curso, essa está licenciada, portanto da parte da edificação ainda está em fase de licenciamento e, portanto, essa não pode recorrer. Do lado esquerdo onde está a ser feita a escavação, exatamente. Do lado esquerdo em direção ao mar. Portanto, é a única que está em licença de escavação, penso eu e é onde estão a ser feitas as escavações. O lado direito não tem ainda nada aprovado. Está vedado, é um terreno particular que está vedado como é óbvio. -----

----- Relativamente à questão das ciclovias, o PMUS prevê obviamente a criação de uma rede de ciclovias, nós estamos também a fazer um procedimento de requalificação das ciclovias existentes. Obviamente que uma operação de bicicletas ou uma operação de mobilidade suave não prevê que toda uma rede de ciclovias do município esteja criada previamente à implementação, até porque hoje há cidadãos que têm as suas próprias bicicletas e os seus próprios meios de mobilidade suave, e acho que há uma política de mobilidade em curso que prevê que essa integração seja feita também gradualmente, porque também não se conseguem construir ciclovias de um dia para o outro e há muitas zonas no município como já foi amplamente discutido aqui, ou muitas vias onde não se conseguem construir estruturas segregadas de mobilidade e onde a mobilidade vai ter que ser partilhada e a mobilidade partilhada os estudos dizem que será feito na via pública que é onde é mais seguro, do que muitas vezes no passeio. -----

----- Relativamente à rota acessível, há aqui duas intervenções previstas na rota acessível. A intervenção artística, ela está concluída, foi feita e vai ter a devida visibilidade porque as intervenções artísticas vão ser apresentadas numa iniciativa que será feita e dinamizada por nós com a entidade promotora e os artistas que foram os autores das obras, exatamente para explicar e dar visibilidade aos projetos artísticos que estão ali. Obviamente que aquela rota vai ter que ter manutenção como o senhor Presidente já disse, todo o resto da rota acessível existente no município está hoje em concurso para ser requalificada e pintada com uma cor que dê outra visibilidade àquela infraestrutura que é a cor azul e, portanto, vai ser também mantida nesses termos e



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



com a cor adequada para ser diferenciada da cor das ciclovias, porque de facto não há uma ciclovia, é uma via de mobilidade reduzida e precisa de ser sinalizada como tal. Obrigado. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Jorge Melo**, para dizer que só quer perguntar ao executivo se vai responder às últimas três perguntas que ele fez. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, senhor Presidente, o senhor deputado disse que não foram respondidas as questões que colocou. Já agora esclareça, é a questão... -----

----- Interveio o deputado municipal da bancada do Chega **Jorge Melo**, para dizer que podem parecer banais, mas são pertinentes. A floreira, a higiene no recreio, sala polivalente para quando e se as AEC vão ter participação para os pais. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, para dizer que a sala polivalente já está, senhor deputado. A sala polivalente já lá está, é só uma questão da escola a utilizar, portanto não tem qualquer problema. Dessa floreira que está a falar, vamos analisar e vou ver com os serviços porque é que essa floreira lá está e o que é que causa... Não, mas eu já sei onde é que está a falar, é quando se entra do lado esquerdo, já estou mesmo a visualizar onde é que ela está. Portanto, vou mandar ver com os serviços porque é que a floreira está ali e se não pode sair a floreira. Está bem? É tudo. -----

----- Dos gatos eu não lhe posso garantir que os gatos não entram lá para dentro. -----

----- Interveio o deputado da bancada do Chega **Jorge Melo**, para dizer que os gatos vão entrar, não vai haver nunca garantias de segurança e higiene. Pronto, isso é outra questão. -----

----- Não, em termos de AEC há muitos pais que têm dificuldades financeiras e alguns nem comportam a possibilidade de poder pagar as AEC, porque as AEC são pagas. Se para esses pais vai haver a possibilidade de participação ou não. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a senhora Vice-Presidente da Câmara Municipal **Teresa Filipa dos Santos Mendes**, para dizer que não percebeu bem a pergunta porque estava tudo a falar ao mesmo tempo, mas pensa que sabe o que é que estava a dizer. AEC não há lugar a pagamento, as AEC ninguém paga. A CAF, que é o que deve estar a falar, que é como se fosse um ATL que é das cinco às sete e de manhã das oito às oito e meia, porque a hora de almoço ninguém paga é gratuita, essa tem lugar a um pagamento, mas é um pagamento que também tem, a questão dos escalões eu agora não lhe sei dizer, não tenho aqui em memória, mas sei que não ultrapassa os trinta euros por mês, sei que não ultrapassa este valor. É um valor baixo sem a redução. Se tiver redução é menos, mas agora não lhe sei dizer qual é o valor, mas posso depois enviar para o líder de bancada, mas está no nosso regulamento, está na nossa página. Ai sabe? Ah! Ok. É de acordo com os escalões. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer que é de acordo com os escalões. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Ficou com o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Jorge Melo**, eu digo apenas isto, porque os horários deviam de ser alargados pelo serviço, não por uma entidade privada. As crianças deviam de ter acesso a poder entrar mais cedo na escola, por causa que os pais trabalham às oito não têm onde deixar as crianças. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a senhora Vice-Presidente da Câmara Municipal **Teresa Filipa dos Santos Mendes**, ah! Está a falar às oito e meia. Não, não, esse não tem lugar a pagamento, eu estou a falar na CAF após as cinco horas, não é o que me está a falar? -----

----- Ficou com o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Jorge Melo**, a mesma que é à tarde é de manhã também e a de manhã tem um pagamento, o pai tem que pagar de manhã e este horário não deveria ser assegurado pela Câmara Municipal e não por uma empresa privada? -----

----- Ficou com o uso da palavra, a senhora Vice-Presidente da Câmara Municipal **Teresa Filipa dos Santos Mendes**, para dizer que existe um período antes do funcionamento que normalmente existe uma funcionária que faz esse acompanhamento mais cedo. Mas se quiser atividades dirigidas, essas sim são comparticipadas, mas está no regulamento. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, ó senhora Presidente, estava aqui a dar a volta às perguntas todas, falta ainda ao Bloco de Esquerda, são mais os trinta e oito assistentes operacionais que falou, mais. Vem, vem depois sim, sim, vem depois. Agora já terminou o tempo. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer que pensa que terminaram os trabalhos, a maioria das questões foram devidamente esclarecidas, algumas outras poderão ser esclarecidas pessoalmente. Agradeço, até porque já atingimos o limite do horário e ver-nos-emos no dia 2 de outubro para a continuação desta Assembleia. -----

-----Não havendo mais intervenções e esgotado o tempo regimental previsto para esta sessão, quando eram zero horas e quarenta minutos, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro** deu por concluída a 1ª reunião desta 4ª Sessão Ordinária de dois mil e vinte e quatro, realizada no dia trinta de setembro de dois mil e vinte e quatro, e desde logo ficou agendada a continuação dos trabalhos para o dia dois de outubro, no mesmo horário e local.-----

-----**2ª Reunião da 4ª Sessão Ordinária de 2024 – 1º Mandato 2021-2025**-----

-----**Reunião de 02 de outubro de 2024**-----

-----Aos dois dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e quatro, em cumprimento da convocatória emanada, nos termos da Lei número setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro, reuniu a Assembleia Municipal de Portimão em Sessão Ordinária, no Salão Nobre dos Paços do Município, sito na freguesia e concelho de Portimão, sob a Presidência da sua Presidente, Excelentíssima Senhora **Isabel Andrez**



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



Guerreiro, coadjuvada por **Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café**, e **Sheila Gassin Tomé**, respetivamente secretários da Mesa.-----

NOMES DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO	FORÇA POLÍTICA
Isabel Cristina Andrez Guerreiro Bica	Partido Socialista
Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café	Partido Socialista
Marina de Carvalho Costa Sanches Esteves	Partido Socialista
José Manuel Figueiredo Santos	Partido Socialista
José Júlio de Jesus Ferreira	Partido Socialista
Sheila Gassin Tomé	Partido Socialista
Ana Sofia de Oliveira Vicente da Conceição	Partido Socialista
Rui Miguel da Silva Algarve	Partido Socialista
Andreia Filipa Muchacho de Sousa	Partido Socialista
Cristiano Malha Gregório	Partido Socialista
José Luís Mateus Barbudo	Partido Socialista
Paulo Jorge Domingos dos Santos Riscado	Partido Socialista
Maria da Luz Cabeça Garrancho Santana Nunes Presidente da Junta de Freguesia de Portimão	Partido Socialista
Francisco Manuel Vicente Correia Presidente da Junta de Freguesia de Alvor	Partido Socialista
José Vitorino da Silva Nunes Presidente da Junta Freguesia da Mexilhoeira Grande	Partido Socialista
Américo da Conceição Leonor Mateus	Partido Social Democrata
Vítor Manuel Campos Couto	Partido Social Democrata
Ricardo Jorge Silva Viana	Partido Social Democrata
Bruno Miguel Lourenço Candeias	Partido Social Democrata
Eduardo Jorge Jesus Gonçalves	Partido Social Democrata
Mário Nelson de Barradas Espinha	CHEGA
Jorge Daniel Alves Carneiro de Melo	CHEGA
Rui Alberto Pires	CHEGA
Pedro Miguel Sousa da Mota	Bloco de Esquerda



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



Marilu Veiga Correia Batista Santana	Bloco de Esquerda
João Pedro Gonçalves Marques Caetano	Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS-PP/Nós Cidadãos/Aliança)
Marta Patrícia Gonçalves Marques Caetano	Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS-PP/Nós Cidadãos/Aliança)
Maria de Lurdes de Sousa Vales Melo Nogueira	CDU (PCP/PEV)
Ricardo Nuno da Conceição Cândido	PAN

-----Não esteve presente, a seguinte deputada municipal: -----

NOMES DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO	Força Política
Ângela Cristina Sintra Ramos Venâncio Quadros	Independente

-----De acordo com o artigo 16º do Regimento da Assembleia Municipal, apresentou pedido de justificação de falta, a senhora deputada municipal Independente Ângela Cristina Sintra Ramos Venâncio Quadros, o qual se anexa a esta ata, dela fazendo parte, para a seguinte reunião: -----

2ª Reunião da 4ª Sessão Ordinária de 2023	Data: 02 de outubro de 2024
---	-----------------------------

-----Apresentaram pedido de substituição, que foi apreciado e aceite pelo Plenário da Assembleia Municipal nos termos do artigo 78º e 79º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, o qual, *a contrario*, se mantém em vigor por força do disposto na alínea d) do n.º1 do artigo 3º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, os seguintes Membros Municipais: -----

FORÇA POLÍTICA	NOMES DOS MEMBROS	PERÍODO DE SUBSTITUIÇÃO	DATA INÍCIO/FIM	NOME DO MEMBRO SUBSTITUTO
CHEGA	Paulo Jorge Nascimento Canha	1 dia	02/10/2024	Jorge Daniel Alves de Melo
PSD	Natalino António Gomes Alves	1 dia	02/10/2024	Ricardo Jorge da Silva Viana
PSD	Carlos Gouveia Martins	1 dia	02/10/2024	Bruno Lourenço Candeias
CHEGA	Patricia Alexandra Gonçalves Ferro	1 dia	02/10/2024	Rodrigo Jorge Tomé Jeremias
CHEGA	Rodrigo Jorge Tomé Jeremias	1 dia	02/10/2024	Anabela Nunes Chaves



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



CHEGA	Anabela Nunes Chaves	1 dia	02/10/2024	Rui Alberto Pires
PS	Joaquim Paulino Duarte	1 dia	02/10/2024	José Luis Mateus Barbudo
PSD	Raquel Gonçalves Bernardino	1 dia	02/10/2024	Maria Augusta Rodrigues
PSD	Maria Augusta Rodrigues	1 dia	02/10/2024	Filipa Maria António Marques
PSD	Filipa Maria António Marques	1 dia	02/10/2024	Rui Filipe Duarte Norte
PSD	Rui Filipe Duarte Norte	1 dia	02/10/2024	Susete Rocha Santos
PSD	Susete Rocha Santos	1 dia	02/10/2024	Miguel Afonso Pereira
PSD	Miguel Afonso Pereira	1 dia	02/10/2024	Rita Sofia de Barros Reis
PSD	Rita Sofia de Barros Reis	1 dia	02/10/2024	Eduardo Jesus Gonçalves
PS	Pedro Jorge Marques Moreira	1 dia	02/10/2024	Alzira Maria Maças Calha
PS	Alzira Maria Maças Calha	1 dia	02/10/2024	João Pedro Marreiros Rosa
PS	João Pedro Marreiros Rosa	1 dia	02/10/2024	Paulo Jorge Riscado
PAN	Daniela Marlene da Conceição Duarte	1 dia	02/10/2024	Ricardo Nuno do Nascimento Vieira da Conceição Cândido
BE	Marco Paulo Rodrigues Gonçalves Pereira	1 dia	02/10/2024	Marilu Veiga Correia Batista Santana

-----A Câmara Municipal de Portimão esteve representada pelos seguintes elementos do Executivo: -----

NOMES	CARGO/FORÇA POLÍTICA
Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila	Presidente – Partido Socialista
Teresa Filipa dos Santos Mendes	Vice-Presidente – Partido Socialista
José Pedro Henrique Cardoso	Vereador – Partido Socialista
Sandra Pereira	Vereadora – Partido Socialista
Eduardo Catarino	Vereador – Partido Socialista
Rui Miguel da Silva André	Vereador – Partido Social Democrata
Ana Maria Chapeleira Fazenda	Vereadora – Partido Social Democrata
Pedro Humberto Castelo Terras Xavier	Vereador - CHEGA



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



-----Por Parte do Executivo da Câmara Municipal de Portimão não esteve presente: -----

Luís Manuel de Carvalho Carito	Vereador – Coligação “Portimão Mais Feliz” (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança)
--------------------------------	---

-----Quando eram vinte e uma horas e sete minutos, constatada a existência de quórum, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, declarou aberta a **2ª reunião da 4ª Sessão Ordinária de 2024**, cumprimentando todos os presentes e referindo que têm hoje três assuntos para discutir e deliberar, tendo sido a carta social municipal de Portimão, portanto não irão discuti-la porque foi a pedido do senhor Presidente retirada. Portanto, virá noutra próxima Assembleia Municipal. -----

-----Em seguida, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro**, informou que seguia para apreciação o ponto 4) da ordem de trabalhos, o ponto **4-a)** Discussão e votação do Contrato de Cessação do Programa de Ajustamento Municipal (PAM), do Município de Portimão, nos termos da Proposta – **Deliberação de Câmara nº667/24**, declarando abertas as inscrições para quem pretendesse usar da palavra. -----

-----Ficou com o uso da palavra, o senhor Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que como é do conhecimento de todas vossas excelências, o Plano de Ajustamento Municipal do município de Portimão entrou em vigor em outubro de 2016, depois do visto do tribunal de contas, com um prazo de vinte e sete anos, prevendo uma assistência financeira por parte do Fundo de Apoio Municipal através do empréstimo até ao montante de cerca de cento e quarenta e dois milhões de euros, com o objetivo de amortizar as respetivas dívidas de natureza financeira. -----

----- As medidas desenvolvidas e o prazo estabelecido no programa aprovado, reconhecidamente duras e com particular impacto para o município e os seus munícipes, visavam sobretudo acomodar o elevado volume da dívida financeira num cronograma de pagamento sustentável para o município, isto é, sem hipotecar a capacidade de assegurar as prestações de serviços à população. Medidas de reequilíbrio orçamental para otimizar da receita com inegável impacto a vários níveis. Na gestão da própria autarquia, com a obrigatoriedade da redução do quadro de pessoal, limitações nos processos de aquisição, redução de encargos com fornecimentos e serviços externos, na impossibilidade da realização de investimentos, entre outros, mas igualmente na vida dos portimonenses, nomeadamente como obrigatoriamente a fixação da taxa máxima de impostos, cujas receitas revertem para o município, IRS, IMI e derrama, e a revogação de benefícios fiscais e isenção de taxas ou mesmo na redução dos apoios sociais às instituições sem fins lucrativos e ao movimento associativo local. Era, portanto um imperativo que a implementação do Programa de Ajustamento Municipal decorresse sem falhas. -----

----- Ao estrito cumprimento das metas fixadas num rigoroso programa de recuperação e autonomia financeira no montante superior a cento e quarenta milhões de euros. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- É por isso com especial regozijo que hoje, dia 2 de outubro de 2024, oito anos volvidos desde a celebração do acordo, antecipadamente em dezoito anos a um prazo no término previsto, que submetemos à aprovação desta Câmara, a presente proposta da cessação do Programa de Ajustamento Municipal de Portimão. Fazemo-lo, ultrapassando todas as expetativas, sobretudo considerando que neste período temporal tivemos de enfrentar efeitos de uma grave crise económico-financeira e sobretudo uma pandemia à escala mundial, que exigiu um enorme esforço de bens e recursos no apoio à população e às empresas locais. Fazemo-lo conseguindo otimizar as receitas, reduzindo os encargos, garantindo o equilíbrio e a sustentabilidade das contas e simultaneamente melhorando as funções básicas do município. Modernizando e apetrechando operacionalmente os serviços e com equipamentos e infraestruturas públicas ímpares na região. Fazemo-lo concluindo-se o último exercício com um saldo de execução orçamental na ordem dos cinquenta e três ponto oito milhões de euros e um resultado líquido de trinta ponto um milhões de euros, conseguindo uma redução do endividamento no município de cinquenta milhões de euros e a eliminação do excesso de dívida total face ao limite de endividamento pelo oitavo ano consecutivo. -----

----- Fazemo-lo também sem esquecer a necessidade de apoiar as famílias e a economia local de forma gradual, sustentada e mantendo o equilíbrio das contas do município, através da implementação de medidas com a redução da taxa de IMI, reforçando o apoio às instituições sociais na ordem dos dois ponto cinco milhões de euros em 2022, isto é, com um aumento de trinta e nove por cento, aumentando a oferta da rede escolar, garantindo o fornecimento das refeições grátis e dos livros de exercício aos alunos da rede pública do ensino até ao nono ano de escolaridade, entre outras. -----

----- Fazemo-lo tendo consciência que só conseguimos chegar a este desfecho graças à persistência dos quadros dirigentes e técnicos desta casa, dos munícipes, do movimento associativo, das empresas e permitam-me, em particularmente da anterior Presidente de Câmara Isilda Gomes, que liderou todo este processo com determinação e uma habilidade negociável assinalável. A todos presto a minha sincera homenagem e deixo um agradecimento público pela capacidade de mobilização por nunca desistirem, provando que é possível sair de um plano de ajustamento com esta exigência, mas sobretudo fazendo-o sair ainda mais forte. -----

----- Este esforço e resultados alcançados foram, aliás plenamente reconhecidos pela Comissão de Acompanhamento e pela direção executiva do Fundo de Apoio Municipal, salientando que o município de Portimão corrigiu de forma sustentável duradoura a situação de endividamento excessivo e propondo em consequência disto a aprovação urgente da cessação do Programa de Ajustamento, o que constitui uma prova de confiança no município e a confiança que nos encontramos num ponto de viragem para Portimão e para os portimonenses. É pois hora de uma vez por todas encerrarmos este capítulo difícil da história do município e de todos juntos com confiança, ambição redobrada, trabalharmos na prossecução daquilo que são as verdadeiras aspirações dos portimonenses. Uma cidade mais inclusiva, amiga do ambiente, segura, com melhores acessibilidades e mobilidade eficiente, mais habitação, mais saúde, mais cultura e melhor educação,



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



mais espaços de lazer e pensando para o convívio social e sobretudo melhores serviços públicos. Muito obrigado, senhora Presidente, estou à disposição. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que este ponto da ordem de trabalhos, portanto a revogação aqui do contrato de assistência do nomeado PAM, o programa de assistência financeira, realmente peca por tardio do seu ponto de vista. Nós como já repetidamente dissemos aqui ao longo de várias discussões, nomeadamente quando há prestações de contas e quando há orçamentos, entendemos que o desempenho financeiro que tem existido por parte da autarquia, impunha do nosso ponto de vista que esta medida que está aqui em cima da mesa hoje já tivesse sido tomada há muito mais tempo. Por um lado, haviam condições económicas para isso e financeiras como vossas excelências sabiam e sabem, e foi só por opção vossa e da anterior Presidente de Câmara que não está cá hoje para discutir isto porque já não está em funções obviamente, que não foi antecipada esta medida, porque existiam condições financeiras para tal, e se o tivesse sido feito como era justo que tivesse ocorrido, ela teria comportado necessariamente um alívio substancial dos impostos sobre as famílias e as empresas do concelho, coisa que em princípio só acontecerá no próximo ano económico que por acaso é ano de eleições autárquicas, mas isso é uma coincidência, portanto como todos nós sabemos acontece regularmente, mas são coincidências que acontecem, ou seja, em ano de eleições autárquicas existirem baixas de impostos, nomeadamente de impostos municipais ou alívio de carga fiscal e, portanto, nós entendemos que esta medida peca por tardia e, portanto, a questão que colocamos agora senhor Presidente é, qual é o cronograma que se segue, porque os prazos salvo melhor opinião, mas vossa excelência dirá aqui à Assembleia e é isso que eu peço, para termos um orçamento aprovado a tempo com as tais medidas de alívio que todos queremos, e os senhores por maioria de razão também devem querer, tem que haver aqui um correr muito veloz, porque senão os prazos vão ser muito apertados e, portanto, deixava para já essa questão. Muito obrigado. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Chega **Mário Nelson de Barradas Espinha**, que principiou por cumprimentar todos os presentes, e explicar que sobre esta deliberação ele tem a dizer o seguinte. A cessação do Programa de Ajustamento Municipal PAN no município de Portimão pode ser vista como uma medida necessária, mas dependendo da perspetiva, pode-se argumentar que chega tardiamente. O PAM foi implementado para ajudar municípios em dificuldades financeiras e reestruturar a sua dívida, implementando medidas de austeridade. Para estabilizar as suas finanças em Portimão, o programa foi necessário devido à dívida acumulada e descomensurada por desvarios em anos anteriores. A cessação do programa pode ser vista como uma confirmação de que o município está finalmente a recuperar de um défice financeiro. Se o município já apresentava sinais de recuperação há algum tempo, alguns podem argumentar e bem que o programa poderia e deveria ter terminado antes. No entanto, o timing dos programas de



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



ajustamento, como o de Portimão, dependia da capacidade de cumprimento das metas estabelecidas e da sustentabilidade a longo prazo das finanças locais. -----

----- A decisão de encerrar o programa só é tomada quando se verifica que as finanças municipais estão sobejamente estáveis. Portanto, embora alguns possam achar que o ato peca por tardio, a cessação geralmente ocorre quando as condições económicas e financeiras estão controladas, independentemente da perceção do público sobre a demora. -----

----- O Partido Chega em 2022/2023, apresentou propostas para pagamento parcial da dívida do FAM e saída antecipada do Programa de Ajustamento Municipal. Contudo, o Partido Socialista votou contrariamente, penalizando por mais tempo os munícipes com impostos, à semelhança do anterior governo de António Costa. O prolongamento da decisão ao ato, fruto da má gestão do Partido Socialista sem norte e não conseguindo governar sem causticar os portimonenses com mais impostos. Faço recordar que o último relatório socioeconómico do município de Portimão é deveras elucidativo das carências sociais. -----

----- A bancada municipal do Partido Chega vota favoravelmente a cessação do programa de ajustamento, para que o mais célere possível os portimonenses possam sentir o desagravamento nos seus impostos. Disse.

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do PS **José Manuel Figueiredo Santos**, que iniciou por cumprimentar todos os presentes, e referir que será compreensível que o PS se regozije com este momento. É um regozijo sincero, é um regozijo profundo, é um regozijo justificado. Parece ter chegado aquele dia limpo e claro que a oposição nunca acreditou que seria possível. O PS é vencedor dos impactos negativos com o excesso de despesas que ele próprio criou. É um facto, mas é um facto que merece ser evidenciado, porque é reconfortante para o bem-estar da população ser o próprio PS a quem dois atos eleitorais sucessivos ditaram a confiança que seria ele de facto o partido confiável para proceder ao saneamento financeiro da autarquia que o está a fazer. E eu digo que o está a fazer porque apenas iremos sair não do endividamento, mas tão só do endividamento excessivo. Já aqui abordámos a proposta do simulador, que vissem, que analisassem a nível do mercado as vantagens ou não da manutenção no FAM, até ao dia em que, enfim, foi procedido de pelo menos duas liquidações parciais da dívida, duas amortizações, e dirá a oposição, porque sempre o fará, que foi tardio. O PS tem uma conceção diferente da oposição neste domínio, enfim, já o explicitou e entendo mesmo que não podia ousar avançar com uma ação política que redundasse na falta do princípio da prudência. Quem está ao leme de uma autarquia, tem essa responsabilidade redobrada do uso do princípio da prudência. Não foi intencional, não foi por, digamos por uma gestão autárquica que efetivamente fosse alheia, digamos à posição da oposição que é respeitada, que é respeitada, mas que por parte do PS significaria efetivamente um mau uso do princípio da prudência. De maneira que este dia é um dia de conforto, sobretudo porque em oito anos fez-se de facto um trabalho ciclópico, um trabalho gigantesco que sempre foi minorizado pela oposição como sendo digamos o resultado do aumento significativo de impostos descurando ou periferizando os méritos de uma gestão que eram seus, que são seus e, portanto, não foi tão só e apenas o aumento de



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



impostos, mas também o mérito que nós reconhecemos a estes executivos do Partido Socialista e não por serem do Partido Socialista, sê-lo-iam de outro partido qualquer, porque obviamente os dados empíricos demonstram à sociedade que se fez um esforço, cujo não foi tão só e apenas o povo portimonense, foi também a autarquia no seu todo, e a autarquia no seu todo envolveu um esforço dos trabalhadores também e este esforço do trabalho e dos trabalhadores também pode e deve ser aqui assinalado. Há um mérito autárquico que nós não podemos negligenciar nem podemos esconder, não podemos omitir. Portanto, senhor Presidente, o PS só pode congratular-se, enfim, com esta posição do executivo e sensibilizá-lo a que prossiga com determinação esta política de saneamento financeiro da autarquia. Disse, muito obrigado senhora Presidente.

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, eu agradeço as palavras que foram ditas aqui de todos. Na realidade, este foi um trabalho conjunto, agora também lembro que na realidade o que o executivo foi, atuou, foi com muita prudência e foi isso que fez, e quase em resposta já ao senhor deputado João Caetano, essa prudência levou-nos a que hoje estamos aqui com os prazos realmente como disse muito apertados, porque para já, para falarmos já com todos os partidos por causa dos impostos e as reuniões que vamos ter, temos que ter também, já que a Comissão do FAM se tenha reunido e nos tenha dado uma resposta e, portanto, é por isso que eu até vou já pedir à senhora Presidente o mais rápido possível a ata depois desta reunião, posso retirar, para podermos enviar logo para a comissão, que os relatórios já estão todos feitos, para que depois possamos encurtar o espaço até para as reuniões que há até com os partidos na preparação do próximo orçamento e, portanto, aquilo que fomos e que o executivo foi, foi muito prudente, nas contas e lembro também que em todo este percurso apanhámos o Covid, e se as contas do município não estivessem da maneira que estavam, só nesta altura foram gastos à volta de sete milhões para apoio às empresas, às famílias e a tudo quanto colaboramos. Portanto, neste momento é tudo o que tenho para dizer. Obrigada, senhora Presidente. -----

----- Pede o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, que principiou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que quando se discute um vírgula dois milhões da taxa turística que mais pagou o município com os juros da dívida num ano. Mais uma vez, honramos os portugueses que nos visitaram, mais uma vez são os portugueses a pagar estas taxas. -----

----- Consideramos que a revogação do FAM é o fim do garrote financeiro do município, que chegou tarde. Também os juros de zero noventa e cinco dava jeito, e os impostos à taxa máxima. -----

----- Exige-se também uma reflexão cuidadosa que impulsionou o aumento da despesa também, já vimos na informação do senhor Presidente que aumentou a despesa e diminuiu a receita com a baixa de IMT, e mesmo assim com uma baixa de execução do orçamento a trinta e sete por cento. A dívida total que reporta, conforme a informação do senhor Presidente, ainda se situa nos noventa e dois milhões. É um fator crucial a levar em consideração. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- O município continuará com uma carga significativa de obrigações financeiras e os mais onze milhões dos processos judiciais em curso. Ainda estamos à espera desses onze milhões, ter em conta, não obstante da prometida baixa de impostos com a cessação do FAM. Agora, vamos verificar a mexida dos impostos intocáveis no FAM PAM, os cinco por cento da participação variável do IRS e da derrama. Vamos lá ver se nesta vez vamos mexer nestes impostos. Estes realmente, o do IRS é que mexe nas carteiras dos que contribuem aqui para a cidade no IRS. -----

----- Agradecemos também aos munícipes de Portimão que contribuíram com as taxas ao máximo para conseguirmos este resultado. Tenho dito. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Vítor Manuel Campos Couto**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer para lhe permitirem começar esta intervenção expressando desde já a posição favorável da bancada do Partido Social Democrata em relação à aprovação desta proposta. Esta cessação marca o fim de um ciclo marcado por fortes restrições financeiras impostas ao município de Portimão resultantes da má gestão financeira que culminou na adesão ao Fundo de Apoio Municipal em 2016. -----

----- O PS veio hoje aqui dar conta da sua satisfação efusiva de ter salvo Portimão, mas pasme-se salvou Portimão dos devaneios da sua gestão passada. É preciso recordar disso. Pois para o PSD este é um momento agri-doce. Por um lado, estamos todos satisfeitos por ter o município recuperado parte da sua autonomia, uma vez que a cessação do PAM implica que Portimão não se encontra em situação de rutura financeira, mas, por outro lado, é impossível não reconhecer que esta recuperação deveria ter ocorrido muito mais cedo, e as oportunidades de alívio fiscal e de investimento que se apresentaram ao longo dos últimos anos foram negligenciadas numa postura a nosso ver que não foi benéfica para os nossos munícipes. Desde 2016, quando o município foi forçado a recorrer ao FAM, devido à situação de insolvência técnica em que se encontrava, os portimonenses pagaram um preço muito elevado. Todos os impostos municipais foram aumentados ao máximo legal, e assistimos a uma sobrecarga fiscal que sobrecarregou as famílias, as empresas, os investidores, enquanto o executivo municipal falhava sucessivamente na redução da dívida e na gestão eficiente das suas finanças. -----

----- A adesão ao PAM foi uma medida de emergência para evitar a completa fluência financeira do município após anos de gestão despesista e irresponsável por parte do Partido Socialista. -----

----- É importante recordar que ao longo dos últimos anos, a receita de IMT, IMI, aumentaram significativamente para mais do dobro daquilo que era cobrado em 2013, com variações muito acima daquelas que eram as previsões iniciais. Ora, isto leva-nos a perguntar como é que é possível que com receitas tão substanciais durante anos a fio não tenha sido priorizada a amortização da dívida ao FAM. Por que razão os portimonenses continuaram a pagar a fatura deste endividamento de forma tão pesada? A bancada do PSD alertou de forma contínua e responsável que o executivo tinha a obrigação de utilizar parte destas receitas



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



extraordinárias para amortizar a dívida e desta forma, permitir a saída antecipada do Programa de Ajustamento Municipal. Isso teria permitido um alívio fiscal há muito esperado pelos portimonenses. -----

----- Com as receitas em impostos arrecadados por esta Câmara Municipal não há justificação para que a dívida ao FAM tenha permanecido tão elevada durante tanto tempo. -----

----- Senhoras e senhores membros desta Assembleia Municipal, o que hoje estamos aqui a votar é algo que deveria ter acontecido muito mais cedo, caso tivessem sido tomadas as decisões corretas. -----

----- A Câmara Municipal teve a oportunidade de com estas receitas extraordinárias abater significativamente a dívida e devolver parte dos sacrifícios, porque foi disso que se tratou, sacrifícios dos portimonenses em forma de uma menor carga fiscal e não o fez. No entanto, optou por uma gestão que ao invés de aliviar os contribuintes, preferiu manter uma postura de sobrecarga fiscal, alimentando uma máquina administrativa pesada e uma execução orçamental frequentemente abaixo das expetativas, como demonstra a taxa de execução das grandes opções do plano em 2023 que ficou em quarenta e quatro e meio por cento. -----

----- Em termos simples, significa que os portimonenses foram honorados com impostos e taxas elevadas, e esses recursos não foram aplicados na melhoria da qualidade de vida da nossa comunidade como seria expetável. Ainda assim, reconhecemos que a cessação do PAM é um passo positivo. Ela simboliza o fim de um capítulo de restrições financeiras e a esperança devolvida aos portimonenses para que com o futuro possa trazer uma maior autonomia financeira e decisões mais assertivas no que respeita ao alívio fiscal dos portimonenses. Contudo, este também é um momento de refletir sobre os erros passados para que não sejam repetidos. -----

----- Se tivéssemos saído do programa de ajustamento mais cedo como o PSD tem vindo a defender há vários anos, estaríamos hoje numa posição muito mais favorável. -----

----- Os munícipes teriam sentido esse alívio nas suas carteiras, o que teria sido fundamental sobretudo em períodos de dificuldades económicas como aquele que atravessamos. -----

----- Com as receitas extraordinárias obtidas, poderíamos ter sido mais ambiciosos no investimento em habitação, na mobilidade, na criação para atrair e fixar empresas e jovens. -----

----- Senhoras e senhores deputados, este é o momento de virar a página, mas é também um momento de pedir mais responsabilidade ao executivo municipal. Porque é a eles que caberá daqui para a frente, pelo menos até 2025, gerir um município que já não está sujeito a restrições do FAM e por isso tem agora todas as condições para baixar a carga fiscal e investir verdadeiramente no desenvolvimento do município. -----

----- Concluindo, esta não é só uma oportunidade para corrigir erros passados, é uma oportunidade para construirmos juntos um futuro melhor para Portimão. Um futuro em que os interesses dos portimonenses estejam sempre em primeiro lugar, prometendo o PSD estar atento na defesa dos interesses dos portimonenses para que não se repitam os erros que temos assistido. Muito obrigado. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PAN **Ricardo Nuno do Nascimento Vieira Cândido**, que principiou por cumprimentar todos os presentes, e dizer desde logo que concordam com esta deliberação de liquidação do FAM, permitindo a redução dos custos financeiros com juros extra para as contas do município, com a diminuição ou a possibilidade de diminuição de impostos municipais e com a liberdade, ou maior liberdade de contratação pública para os locais onde têm elevada carência. -----

----- A única questão que me leva aqui a ter alguma dúvida é relativamente à posição do Partido Socialista que há meses atrás nesta mesma sala aquando da discussão do orçamento, indicou claramente que não era o momento de fazermos a liquidação deste empréstimo, tendo em conta que era muito mais compensatório como foi falado também há pouco as taxas de juros que eram apresentadas e, portanto, o princípio da prudência nessa altura era de não fazer a liquidação. Neste momento, os juros não estão assim tão mais graves, o princípio da prudência seria mais ou menos o mesmo, mas aparentemente o princípio da prudência foi alterado. Não podemos esquecer e não querer enaltecer uma gestão que possa ter sido muito boa e concordamos, pelo menos da minha parte concordo que a gestão foi bem feita, daí que se consegue dezoito anos, pelo menos dezoito anos antes fazer a liquidação, mas colocar esse mérito dessa gestão à frente de todo o esforço que foi feito pelos portimonenses, que através dos impostos ao máximo e através da especulação imobiliária que tem sido feita no nosso município que se revê nos valores de IMT arrecadados que permitem também esta liquidação, sofreram tudo isto. Portanto, eu acho que em primeiro lugar, dar o mérito aos portimonenses de todos os sacrifícios que foram feitos, em segundo lugar, dar o mérito a todos os portimonenses dos sacrifícios que foram feitos, em terceiro lugar, dar o mérito a todos os portimonenses dos sacrifícios que foram feitos e depois dizer que os executivos fizeram um bom trabalho com aquilo que tinham em mãos e conseguiram, neste caso dezoito anos antes liquidar. Disse. -----

----- Pediu o uso da palavra, a deputada municipal da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **Marta Patrícia Gonçalves Marques Caetano**, tal como penso que ficou depreendido pela intervenção do meu colega de bancada, vamos acompanhar e votar favoravelmente este ponto da ordem de trabalhos. Deixar aqui algumas notas, pois de facto se saíssemos e tivéssemos liquidado o empréstimo seria dia de festa. Infelizmente não, portanto o empréstimo continua em vigor, vamos sair da situação de endividamento excessivo. -----

----- Só deixar aqui uma nota. De facto, as oposições que muitas vezes quem está do lado de cá diz as coisas, mas diz também com alguma razão de ciência, porque também lemos e também já conseguimos mais ou menos sentir aqui o pulso a certas situações e por diversas vezes dissemos que já seria possível alguma amortização e chegarmos ao dia em que estamos a chegar hoje. Portanto, quando o deputado Figueiredo Santos diz que a oposição acreditou que nunca seria possível, não, não, nós acreditamos, nós acreditamos, nós acreditamos, até acreditámos que era mais cedo exatamente. Desculpe, não reconhecemos é a totalidade do mérito ao executivo. Aliás, a totalidade do mérito deve-se aos portimonenses, como já disseram aqui as



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



outras bancadas, porque os portimonenses é que estiveram nos últimos oito anos a pagar impostos e taxas ao valor máximo, que permitiu estarmos aqui a votar isto hoje. Disse. -----

----- Pediu o uso da palavra, a líder da bancada da CDU (PCP/PEV) **Maria de Lurdes Sousa Vales Melo Nogueira**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que tinham aqui uma questão a levantar e pensa que poderá ser respondida, é se a cessação deste programa do PAM, se cessam todas as obrigações contratuais entre o estado e a autarquia. Pronto e depois de responder a essa pergunta, ainda queria fazer uma pequenina intervenção. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Américo da Conceição Leonor Mateus**, que iniciou por cumprimentar todos os presentes, e explicar que é uma pequena intervenção, porque aquilo que é, o que vai ser a votação e os porquês da votação já foi apresentado pelo colega Vítor, mas queria aqui na sequência do diálogo construtivo com o deputado Figueiredo, tentar desconstruir aqui duas ou três coisas que ficando no ar, parece que a oposição é um conjunto de pessoas que não sabe o que anda a fazer. Portanto, a deputada Marta também já aflorou isso, portanto de uma forma simples é assim. O deputado José Figueiredo fez aqui um exercício de antecipação dos argumentos da oposição. Estamos a fazer política como se diz, mas antecipou alguns, não antecipou todos. -----

----- Relativamente à questão do tempo com que foi feita esta cessação, o PSD apresentou sempre de forma coerente, com base na sua análise dos dados apresentados pela Câmara Municipal, aquilo que era a sua interpretação política do que faria se fosse executivo e da recomendação como ele deve fazer na oposição, de que seria tempo de fazer esta cessação mais cedo para benefício dos portugueses. Não o fez do ar, não o fez só para dizer que sim, fez com análise em dados que foram apresentados pela Câmara Municipal que apresentavam superávits e que pensamos que teria sido na altura mais justificável. Portanto, não é por uma birra, é por razões coerentes. -----

----- Depois, desconstruir aqui duas coisas que é, que este resultado feito pela Câmara Municipal é sempre minorizado pela oposição, e eu gostaria de falar em minorização que o PS pelo menos desde que eu aqui estou, sempre minorizou e conseguiu minorizar, o senhor desculpe, a má gestão que causou este auxílio e este pedido de auxílio. Portanto, não é só dizer que a situação aconteceu é porque é que aconteceu, mas foi dois loucos, três loucos, quatro loucos que fizeram isto? Ou é uma falta constante de visão sobre o que é a cidade e o que é que deve ser uma cidade que faz com que se tomem decisões que depois têm o peso que tiveram. Ao falar em minorizar, também não devem minorizar e escarpelizar porque é que chegámos aqui. Chegámos aqui por alguma razão e não fomos nós, penso eu que tivemos nada a ver com esse pacto. Portanto, porque é que chegámos a esta situação e, portanto, não minorizar isso com o discurso de sabemos que fizemos mal, mas fizemos mal o quê, o que é que falhou? Eu diria que falhou constantemente uma visão do que é que é esta cidade e o que é que esta cidade deve ser que ainda falta e que agora com esta cessação esperemos que haja a capacidade e acreditamos que há a capacidade de podermos finalmente ter uma visão



para a cidade. Supostamente o PS consegue sempre minorizar, sublimizar a utilização da gestão dos ciclos eleitorais nas suas tomadas de decisão, e neste caso esta gestão dessa subliminar gestão de ciclos eleitorais chama-se prudência. Portanto, debaixo criativamente da palavra prudência, andamos mais dois anos até chegar ao ano eleitoral para boas notícias para os portimonenses. Também é uma análise que respeitavelmente podemos fazer e fazemos e, portanto, cremos que, quando se fala em minorização do que a oposição faz, também não vemos minorizar aquilo que são as decisões e os timings políticos utilizados pelo PS na sua gestão eleitoral. Portanto, era só isto. Disse, muito obrigado. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do PS **José Manuel Figueiredo Santos**, para dizer que naturalmente aqui no quadro da sua intervenção e com o devido respeito pelo PSD e, enfim, pela pessoa que o representou neste quadro argumentativo, quem muito respeita e admira, deve dizer o seguinte. É necessário nestes casos nós termos uma memória da nossa história e dizer com isto que de facto nós vivemos períodos de cultura de endividamento, se é que outro nome se pode chamar, é bem possível que sim, mas que afetaram o tecido municipal nacional. Quer o PSD, quer o PS por força de serem as forças políticas ou por conta de serem as forças políticas mais esclarecidas a nível nacional, têm, quer um partido, quer outro, têm uma quota-parte de responsabilidade neste domínio. Portanto, nós não nos podemos isentar de culpas da mesma forma que vós também não. Aliás, eu tive a preocupação de introduzir estas notas argumentativas com uma observação autocrítica, dizendo que foi o PS que produziu a dívida, mas produziu a dívida de um determinado contexto histórico obviamente. -----

----- É claro que nós tivemos a preocupação de trabalhar os novos rumos que não foram apenas verborreia política, foram execução prática de uma política de saneamento financeiro que tem vindo passo a passo a dar os seus frutos. Podemos ser muito populistas e agradecer tudo à população, sim senhor fez sacrifícios, obviamente que sim, mas não desdenhemos dos primados de uma gestão que esteve presente, que foi uma gestão rigorosa e que pode e deve continuar a ser e nós temos todos, penso eu, a obrigação de incentivar os executivos que aqui estiverem, sejam eles do PS, do PSD, sejam de quem for, de efetivamente promoverem uma gestão o mais rigorosa possível dos dinheiros públicos. São os nossos dinheiros, não são os dinheiros dos portimonenses, os portimonenses começam desde logo aqui e agora, porque nós também pagamos, ou os senhores digamos que por serem do PSD estão isentos? Não sei, suponho que não, suponho que não! Portanto, vamos lá ver. A prudência na gestão tem a ver com uma tentativa de antecipação pessimista do futuro, e pessimista porquê? Porque é evidente que nós não controlamos o futuro e esse não controle supõe que nós devamos admitir circunstâncias mais ou menos funestas na nossa vida em sociedade, como as temos presentes atualmente, por exemplo, não é? Admitindo que não somos distópicos, mas também não somos utópicos, a verdade é que hoje vivemos novamente um período entre a civilização e barbárie, coisa que era impensável na Europa há uns meses a esta parte, há uns anos, eu diria há dois, três anos a esta parte. -----



----- Portanto, a prudência radica na avaliação que se faz, poder-se-á dizer mais ou menos pessimista dessa antecipação do futuro, e é óbvio que quem tem estas responsabilidades tem que as medir, não é, com a finalidade eu diria calculista de levar a fim de ciclo os investimentos no seu todo, embora óbvio que todas as forças políticas tendam um pouco a fazer isso, porque estão em final de mandato e a democracia tem este problema, a democracia é cíclica, é muito difícil nós hoje conseguirmos a nível governamental, reparem nisto, um planeamento que vá além de um ciclo político, que o desejável seria que isso efetivamente não acontecesse. Então, temos que admitir que de facto a democracia liberal também tem os seus problemas que não são inerentes ao PS, nem ao PSD, não é? São próprios dos próprios ciclos de poder. Portanto, nós não minimizamos a oposição em matéria argumentativa, a oposição tem sido importantíssima justamente porque tem atuado criticamente no âmbito da dívida e bem, e bem, e o PS não tem feito orelhas moucas e tem efetivamente corroborado ou colaborado com a oposição, no sentido de promover aquilo que eu há pouco designei de amortizações, foram pelo menos duas amortizações que fez. Portanto, não ficou digamos insensível à crítica da oposição. Portanto, neste domínio, eu penso que a reflexão que fizemos não foi uma reflexão subliminar, enfim, ou tentando minimizar os argumentos da oposição, foi digamos argumentando com vista a promover a ideia de que quem está do lado de cá, o executivo, tem uma visão talvez eu diria com uma responsabilidade acrescida, não é, que lhe dita essa prudência. Portanto, e, essa prudência não tem subtilezas ou outras estratégias digamos ocultas. Não, verdadeiramente foi isto que nós pretendemos ditar enquanto bancada do PS relativamente a esta política do executivo ao longo destes oito anos. Disse, muito obrigada senhora Presidente. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, senhora Presidente, basta ler a sua convocatória, que diz «discussão e votação do contrato de cessação do Programa de Ajustamento Municipal PAM», como tal com o FAM, temos que continuar, que a dívida continua ainda, a parte da dívida continua e vamos ter que continuar a amortizá-la e pagá-la todos os anos. Tenho dito, senhora Presidente. -----

----- Pediu o uso da palavra, a líder da bancada da CDU (PCP/PEV) **Maria de Lurdes Sousa Vales Melo Nogueira**, como já foi manifestado pelas diversas bancadas aqui presentes, também no nosso entendimento esta cessação já devia de ter ocorrido há mais tempo. Aliás, nós até vamos mais longe, para nós, este programa nem nunca deveria ter existido e iremos acompanhar esta proposta com o nosso voto favorável. -

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Vítor Manuel Campos Couto**, é assim, apesar deste excelente exercício de retórica trazido aqui pelo deputado José Figueiredo, somos obrigados outra vez a desmontar um bocado aquilo que são as suas palavras. Se no início começou por dizer que foi por prudência que não se antecipou, amortizou antecipadamente a dívida ao PAM, agora vêm-se desculpar com a conjuntura nacional que se vivia à época para Portimão ter sido obrigado a recorrer ao tal financiamento, mas eu também quero recordar que dos trezentos e oito concelhos, municípios portugueses,



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



só dezanove é que recorreram, ou seja, seis por cento. Portanto, esse argumento cai por terra, só seis por cento deles é que foram obrigados e foram obrigados por culpa de políticas imprudentes, aí é que deviam ter tido a prudência nessa altura, a prudência chegou já muito atrasada neste caso. E quanto à outra questão, é assim, isto quem paga uma crise são sempre os contribuintes, não é os órgãos, não são os responsáveis pela crise que provocaram a crise, e neste caso quem pagou foi os portimonenses, porque se olharmos para os orçamentos desta Câmara a despesa continua sempre a subir. Foi pago foi com as receitas que mais que duplicaram ao longo destes últimos anos e é que permitiram este alívio fiscal. Não foi a gestão, não foi a gestão municipal. Porque senão a receita tinha-se mantido, tinha havido ali um maior ajustamento. Não, a receita continuou sempre a evoluir, não houve melhorias de gestão. -----

----- Depois, também, recordava-me aqui há um bocado um companheiro que também era importante dizer-se que não foram só as receitas «legais», Portimão até inclusivamente recorreu a uma taxa da Proteção Civil que depois foi declarada inconstitucional e nem sequer assim devolveu o dinheiro a quem pagou o que não devia ter pago. É isto que nós não queremos ver repetidos no futuro, é isso que vamos tentar evitar. Muito obrigado. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada Coligação “Portimão Mais Feliz” (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, para terminar o tempo que temos ainda, é só para deixar claro que vamos acompanhar aqui esta proposta, vamos votar favoravelmente como é evidente, mas não antes sem dizer o seguinte. Falou-se aqui em prudência, ou seja, o senhor deputado Figueiredo Santos assumiu claramente que existiam condições para que esta medida tivesse sido já adotada há bastante tempo, implicitamente assumiu, assumiu, e ó senhor deputado, eu queria que fizesse aqui um exercício rápido comigo. Imagine só se em nome do princípio do arrojo e do atrevimento e desoneração dos cofres, ou melhor, das famílias e das empresas do concelho, se tivéssemos aqui antecipado esta medida, revogando nomeadamente a derrama, o que é que isto podia trazer competitividade e atratividade do concelho para novas empresas virem para aqui, nomeadamente empresas que dão lucro. Portanto, é este exercício que se calhar poderiam ter feito, eventualmente no passado não o fizeram e se o tivessem feito com a tal capacidade de planeamento que o senhor invoca, mas que realmente vê-se pouco aqui em Portimão da parte deste executivo, se calhar estaríamos a aprovar esta medida há pelo menos dois ou três anos a esta parte, e infelizmente não foi assim, mas mais vale tarde que nunca. Disse. -----

-----Não havendo mais intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro**, submeteu à votação o **Ponto 4-a)** – Discussão e votação do Contrato de Cessação do Programa de Ajustamento Municipal (PAM), do Município de Portimão, nos termos da Proposta – **Deliberação de Câmara nº667/24, tendo sido obtido o seguinte resultado:** -----

VOTAÇÕES	PS	PPD/ PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU (PCP/ PEV)	PAN	DEPUTADA INDEPENDENTE	TOTAL
----------	----	-------------	-------	-------------------------	----	----------------------	-----	--------------------------	-------



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



VOTOS A FAVOR	15	5	3	2	2	1	1	-	29
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	0	0	0	-	0
VOTOS CONTRA	0	0	0	0	0	0	0	-	0

(*) Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/ Nós Cidadãos/Aliança) -----

-----Foi aprovado, **por unanimidade**, o Contrato de Cessação do Programa de Ajustamento Municipal (PAM), do Município de Portimão, nos termos da Proposta – **Deliberação de Câmara nº667/24**. -----

Não esteve presente a Senhora Deputada Independente, Ângela Quadros. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer que acha que estão todos de parabéns, muito obrigada. Eu não estou a valorizar isso, isso é uma discussão que foi feita pelas bancadas, eu estou a valorizar para o município, apenas e só, é uma opinião minha e é uma declaração minha, apenas e só. -----

-----Em seguida, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro**, informou que se seguia para debate, **o Ponto 4-b)** – Discussão e votação da Carta Social Municipal de Portimão, nos termos da Proposta – **Deliberação de Câmara nº 552/24**, declarando abertas as inscrições para quem pretendesse usar da palavra. -----

----- **Ponto 4-b) –Foi retirado pela proponente Câmara Municipal**. -----

-----Em seguida, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro**, informou que se seguia para debate, **o Ponto 4-c** – Discussão e votação da Revogação do Plano do Pormenor do Barranco do Rodrigo, nos termos da Proposta – **Deliberação de Câmara nº 572/24**, declarando abertas as inscrições para quem pretendesse usar da palavra. -----

-----Ficou com o uso da palavra, o senhor Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, este nosso pedido vem no sentido do que já tem sido falado nesta Assembleia, que é revogar um plano que já vem desde 2008, para definitivamente do que temos feito e do que temos falado com a CCDR e com a Universidade do Algarve podermos fazer um plano com o campus para Portimão, com um verdadeiro parque urbano também para a nossa cidade e com a piscina municipal. Portanto, é isto que pretendemos com esta revogação, é de uma vez por todas revogarmos um plano que já vem do ano 2008 e como estão recordados tentámos que fosse viabilizado lá mais alguma coisa, não foi produtivo tudo aquilo que se fez e o que se aprovou até nesta Assembleia e, portanto, neste momento dado os prazos também que temos para fazer um novo plano e para ser apresentado à CCDR e é isto então que pretendemos, é com a maior urgência possível para marcar Portimão com um campus universitário, com o parque urbano e com a piscina municipal. Tenho dito, senhora Presidente. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, bom, este ponto é mais um que peca por tardio,



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



esta proposta de deliberação. Pois é senhor Presidente, está a encolher os ombros, é verdade e aqui até mais do que no ponto anterior é um exemplo paradigmático, vamos dizer da incompetência de sucessivos executivos desta autarquia. Vamos dizer incompetência, porque o plano como foi aqui dito foi aprovado em 2008, não teve qualquer execução até aos dias de hoje e foi preciso o ano passado, há pouco mais de um ano o PS aprovar aqui nesta Assembleia uma hasta pública que teve dois avisos que ficaram desertos, já o plano estava desaquadíssimo da realidade urbanística, social e económica do concelho, já nessa altura estava, há um ano atrás, ainda assim os senhores aprovaram aqui nesta Assembleia uma hasta pública que teve dois avisos, ficaram os dois desertos. E agora, quer dizer, não sei o que é que havia mais de alternativas para ressuscitar o defunto, o defunto neste caso o plano, que já estava defunto o ano passado e os senhores tiveram, faz lembrar aquelas situações em que infelizmente a pessoa já faleceu há bastante tempo, mas continuam a fazer manobras de reanimação sabendo que a pessoa já faleceu, foi o que fizeram aqui há um ano com este plano, tentaram reanimá-lo sabendo que não era possível. É verdade senhora deputada, é verdade, é verdade que foi e a realidade mostra-o. -----

----- Agora, há aqui uma questão senhor Presidente, daquilo que disse ainda agora, portanto não há dúvidas nenhuma para nós que esta proposta tem que ser aprovada e já o devia ter sido há bastante tempo, porque o plano que está em vigor e já estava o ano passado está completamente desfasado da evolução que houve nestes anos todos em termos urbanísticos, ambientais, económicos, sociais do concelho, e o plano manifestamente não serve os interesses das populações e o interesse público do ponto de vista do ordenamento do território. -----

----- Agora, a questão que se coloca neste momento é, e o senhor Presidente disse na sua intervenção, é saber se é o local exato ou não, ou o local adequado, ou não para ter um campus universitário, e há aqui uma questão que já vem da presidência da Dra. Isilda Gomes e que tem que ser posta em cima da mesa. Os senhores apresentam um campus universitário ali como um facto consumado. Já estabeleceram contactos com a Universidade do Algarve, já falaram com não sei quem, com a CCDR, etc., etc. e eu pergunto, que estudos é que foram feitos que indiquem aquele local ideal para ter um campus universitário, aquele espaço ali, que implicações é que isso vai ter ali em termos de, por exemplo, ordenamento de trânsito instalar ali um campus universitário, nas dinâmicas territoriais naquela zona da cidade, no desenvolvimento que eventualmente outro tipo de projetos poderia ali implicar que não o campus universitário. Isto tudo foi ponderado, foi feita nomeadamente uma discussão pública sobre isso nesta cidade? É que se foi, eu não assisti nem me dei conta disso, senhor Presidente. Os senhores apresentam os factos consumados e não é de agora, já é de há muito tempo a esta parte. Os senhores imaginam um projeto qualquer com bondade e com boa fé como é evidente, mas não cuidam de planear, de pôr à discussão, de ouvir outras opiniões e de eventualmente dizerem assim, bom, talvez não seja a melhor solução, talvez haja outras visões e outras propostas se calhar mais interessantes.-----



----- A questão nesta altura é que, apresentam o facto consumado que é um campus universitário naquele terreno, e eu temo que eventualmente não seja, não estou a dizer que estou contra, estou a dizer que temo que eventualmente não seja o melhor local para fazer o campus universitário e uma obra destas que não é uma obra nem para dez, nem para quinze anos e é uma obra estruturante e é demasiado importante para o concelho para ser feita sem ser planeada e pensada, não merece uma decisão deste tipo e, portanto, nós estamos de acordo com um parque urbano como deve de ser naquela zona. Aliás, eu não sei se foi, não vou dizer que fui o primeiro, fui das primeiras pessoas a defender isso em 2005 aqui nesta Assembleia no público, quando se falou na engenharia financeira para aprovar aquele projeto do complexo desportivo que era para ser feito ali. Eu no público fiz uma intervenção, era o Presidente da Assembleia vejam bem, o Dr. Luís Carito, lembro-me perfeitamente, e eu disse que além da parte desportiva que estava prevista, o estádio, era junho de 2005 senhor Presidente, junho de 2005, não lhe digo o dia que não sei de cor, mas vá ver as atas. Além do estádio, da piscina e do pavilhão que era o que estava previsto para aquela zona, o resto em lugar da zona residencial e comercial que estava lá previsto, ainda está neste plano que vamos revogar agora, devia ser uma zona verde, e entender uma forma de financiar esse projeto na altura passava pela emissão de obrigações municipais, títulos de dívida municipal que estão previstos na lei e já foram feitos em muitos sítios. Agora, temos que parar para pensar se realmente é um sítio ideal para fazer um campus universitário, e esse desafio nós lançamo-lo aqui para que seja feito um debate sério nesta cidade sem pressões, porque eventualmente se calhar há outros sítios com mais capacidade até e mais bem preparados para receber um equipamento destes. Disse. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, o BE tem todo o interesse que exista um campus universitário em Portimão com residências universitárias, mas como já foi dito aqui várias vezes pelo Bloco de Esquerda, se calhar ficava melhor junto ao Rasmalho, se calhar junto à Mexilhoeira Grande, para criar ali uma dinâmica para a cidade do que propriamente dentro da cidade, como já foi dito aqui e não vou estar-me a repetir, criar problemas com o trânsito e outros mais. Acho que desenvolver outra parte da cidade menos populacional é de vantagem, eu falo na Mexilhoeira Grande porque acho que tem toda a dinâmica para conseguir haver lá uma universidade. -----

----- O plano do Barranco do Rodrigo encontra-se descontextualizado no tempo e no espaço, desatualizado às reais necessidades do concelho. Visto que desde 2008 o plano não sofreu qualquer materialização do terreno, e já respondeu ao que eu ia perguntar, se vai existir um novo plano, se vai ser uma proposta mais dinâmica, qual era a proposta dinâmica do executivo, tendo em conta o PDM. Já me respondeu, e mais uma vez vai de encontro ao Bloco de Esquerda na última votação que houve sobre este plano. O BE mais uma vez pede que venha um parque verde sustentável, criar um espaço que beneficie o ambiente quanto à comunidade local e do concelho, e mais, não sei se o lote, acho que era o cento e sessenta e sete destinado para a universidade se tem área para conseguir albergar um campus universitário e as suas residências. Tenho dito. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Vítor Manuel Campos Couto**, o tema em discussão esta noite desde há algum tempo tem gerado um considerável debate entre todos os que se preocupam com o futuro de Portimão e mais concretamente com o desenvolvimento da zona do Barranco do Rodrigo. -----

----- Em primeiro lugar, permitam-me começar por sublinhar que a posição do PSD relativamente a este tema não é de agora. Na verdade, desde há mais de um ano, aquando da discussão da hasta pública para a alienação do ativo imobiliário do município neste local, já defendíamos com toda a clareza a necessidade de reavaliar e revogar este plano por razões que hoje infelizmente se confirmam. -----

----- Recordo que nessa altura expressámos as nossas dúvidas à precipitação com que este executivo quis avançar com uma hasta pública sem garantia previamente dos estudos necessários, nomeadamente um estudo de impacto ambiental, definição da capacidade construtiva, as alterações do uso dos solos para aquela zona. Não compreendíamos então e hoje, olhando para o que se sucedeu, continuamos sem perceber qual a razão de tanta pressa para avançar com a alienação de um ativo que claramente carecia de uma visão estratégica adequada e ponderada. -----

----- Senhoras e senhores deputados, é importante realçar que esta situação não nos surpreende. Na altura, a hasta pública ficou deserta duas vezes, o que demonstra que a nossa preocupação era mais do que legítima. A precipitação do executivo Socialista em tentar realizar um encaixe financeiro rápido sem ter em conta os reais interesses do município, levou a este fracasso. -----

----- Se tivessem sido acautelados todos os pressupostos legais e estratégicos, talvez tivéssemos hoje a debater o sucesso de um projeto que pudesse trazer benefícios reais para Portimão e não a discutir a revogação de um plano desatualizado e inoperante. -----

----- O plano pormenor para o Barranco do Rodrigo, aprovado há dezasseis anos, nunca sofreu qualquer materialização no terreno. Não houve ao longo deste tempo qualquer esforço concreto por parte do executivo em avançar com a sua operacionalização. Pelo contrário, o plano permaneceu obsoleto, incapaz de responder às necessidades do desenvolvimento da cidade ou de atrair investimento. É uma constatação inegável, o plano está desajustado à realidade atual e aos paradigmas do desenvolvimento que o mercado hoje exige, e aqui chegamos a um ponto em que devemos fazer uma escolha responsável. -----

----- A proposta de revogação do plano pormenor do Barranco do Rodrigo que hoje analisamos, baseia-se numa fraca atratividade do projeto, na sua operacionalidade face às mudanças territoriais, sociais, ambientais e políticas que ocorreram desde a sua aprovação em 2008. Em boa verdade, desde então o contexto mudou profundamente e o que se aplicava há dezasseis anos já não é viável nos dias de hoje. -----

----- Naquela ocasião, a 7 de agosto de 2023, nesta mesma sala, fizemos eco das preocupações que os portimonenses nos tinham manifestado. Dissemos claramente que este projeto carecia de ser mais uma



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



iniciativa que favorecia quem procura Portimão como uma segunda habitação, ou como um mero destino turístico em detrimento de quem vive ou de quem trabalha nesta cidade. Permitam-me ser claros. -----

----- O PSD aprova esta revogação, apoiámo-la, porque é necessária e porque hoje já o já havíamos defendido há muito tempo. Infelizmente, o que vemos hoje é um executivo municipal que preferiu ignorar esses alertas que fizemos, avançou de forma precipitada com a hasta pública, sem as garantias que já referimos. -----

----- O município de Portimão não pode continuar a defender planos ultrapassados que não contribuem para o seu desenvolvimento. Contudo, o que nos preocupa verdadeiramente é a inércia deste executivo em aprender com os seus erros. Esta revogação surge tardiamente, quando poderia ter sido levada a cabo há muito tempo, poupando-nos a todos o desperdício de tempo de oportunidades. -----

----- O que nos entristece ainda mais é perceber que esta falta de visão estratégica não se restringe somente ao plano pormenor do Barranco do Rodrigo. A gestão autárquica que temos presenciado nos últimos anos tem sido marcada por uma falta de planeamento e de capacidade para concretizar os projetos que realmente beneficiariam os portimonenses. Vemos obras serem anunciadas com pompa e circunstância, mas que depois ficam por executar ou que se arrastam no tempo. Os investimentos previstos não avançam, a população continua a sentir na pele a ausência de respostas concretas aos seus problemas. No entanto, este não é o final de linha. -----

----- A revogação deste plano abre-nos agora uma nova oportunidade. Uma oportunidade de repensar com seriedade e com profundidade o que queremos para o futuro do Barranco do Rodrigo e da cidade de Portimão, e é aqui que mais uma vez devemos sublinhar a importância de uma visão a longo prazo que se foque no desenvolvimento sustentável e que responda verdadeiramente às necessidades dos nossos concidadãos. Permitam-me ser claro, não basta revogar o plano pormenor, tem de se fazer mais, tem de se fazer melhor.

----- Este executivo tem a obrigação de ouvir as forças políticas representadas nesta Assembleia, de envolver os técnicos competentes e de trabalhar lado a lado com os cidadãos de Portimão, para definir uma estratégia de desenvolvimento que seja realmente inclusiva e sustentável. -----

----- A revogação deste plano é um exemplo paradigmático do que não se deve governar. Governar implica prever, planejar, executar. Não basta aprovar planos ou anunciar obras, é preciso concretizá-las. -----

----- O que temos visto por parte deste executivo Socialista é precisamente o contrário. É na ação, planeamento e as promessas por cumprir. -----

----- Ao longo dos últimos anos, o Partido Social Democrata tem defendido que a Câmara Municipal de Portimão deveria assumir um papel mais proativo na promoção do desenvolvimento urbanístico do concelho, mas infelizmente nem sequer conseguimos rever um PDM. -----

----- No caso do Barranco do Rodrigo, temos uma visão clara de como este projeto poderia ter sido desenvolvido caso tivessem sido seguidas as nossas sugestões. Sempre defendemos que em vez de apressar uma hasta pública mal planeada, a Câmara devia de ter tomado a iniciativa de preparar este terreno de forma



adequada, promovendo os estudos de viabilidade e os impactos necessários, realizando as infraestruturas previamente. Ao facto, ao fazê-lo, poderíamos ter garantido a valorização justa deste espaço, criando lotes para a habitação a preços acessíveis, de forma a atrair e a fixar residentes permanentes, ao invés de procurar promover a especulação imobiliária que tanto prejudica a nossa cidade e que tanto dificulta o acesso à habitação dos portimonenses. -----

----- Esta é uma questão de justiça social, senhoras e senhores. Os jovens de Portimão precisam de habitação, as famílias que aqui vivem e trabalham têm direito a ter acesso a casas a preços justos e não podemos continuar a permitir que os interesses de grandes investidores sobreponham-se às necessidades da população local. ---

----- Concluindo, o PSD votará favoravelmente à revogação do plano pormenor do Barranco do Rodrigo, mas não deixaremos de expressar a nossa crítica à forma como este processo foi gerido. Não podemos continuar a permitir que o município de Portimão seja gerido com base em soluções de curto prazo, sem visão estratégica e sem planeamento a longo prazo. Os portimonenses merecem mais. Merecem uma governação que pense neles e que pense no futuro e que concretize acima de tudo as suas promessas, e é por isso que continuaremos aqui vigilantes, firmes a defender os interesses da nossa terra e a lutar por uma gestão autárquica que esteja verdadeiramente ao serviço dos nossos concidadãos. Muito obrigado. -----

----- Pediu o uso da palavra, a líder da bancada da CDU (PCP/PEV) **Maria de Lurdes Sousa Vales Melo Nogueira**, gostaríamos aqui de fazer uma pergunta. Porque é que a Câmara optou pela revogação deste plano e não pela sua alteração? Será por se mais fácil alienar sem plano de promenor? É uma pergunta que deixo aqui. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Chega **Mário Nelson de Barradas Espinha**, para dizer que passará a objetar sobre esta deliberação. A primeira revogação, em 6 de março de 2024, deveu-se à sua desatualização. Dá-se agora a segunda ao plano pormenor do Barranco do Rodrigo em virtude do primeiro plano pormenor objetivar, detalhar e regular o desenvolvimento de uma área específica em Portimão. Esse plano visava regular o uso do solo, ordenamento urbano e preservação de áreas ecológicas. No entanto, houve uma mudança de direção, levando à sua revogação. Esta decisão reflete a necessidade de reavaliar o desenvolvimento dessa área à luz dos novos objetivos e desafios ambientais e urbanísticos. -----

----- Entre os fatores considerados, estão as implicações para áreas de proteção ecológica e a reorganização dos espaços urbanos. Este tipo de revogação geralmente está relacionado a alterações nas diretrizes municipais ou na política de gestão de território. -----

----- A área do Barranco do Rodrigo em Portimão, cuja revogação do plano pormenor está sendo analisada e discutida, é uma zona de potencial significado para diversos tipos de desenvolvimento. Uma implementação e diálogo nesse terreno podia combinar vários fatores como: -----

- - Desenvolvimento sustentável; -----
- - Habitação de baixa densidade; -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



- - Turismo de natureza; -----
- - Infraestruturas de mobilidade; -----
- - Área pedagógica (campus universitário); -----
- - Piscina olímpica. -----

----- O campus universitário e a piscina olímpica estão a ser repensados. Estes projetos fazem parte de uma estratégia municipal que busca revitalizar a zona após a revogação do antigo plano que previa a construção de um complexo comercial. Esta transformação deverá beneficiar Portimão não apenas em termos educacionais superiores, mas também como um polo desportivo e de inovação para a região. -----

----- A bancada municipal do Partido Chega vota a favor a presente revogação. Tenho dito. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do PS **José Manuel Figueiredo Santos**, como me introduzir nesta matéria? Eu prometo não polemizar, não é esse efetivamente, não é essa a minha preocupação. Raramente vale a pena fazer um pequeno lanço, mas um pequeno lanço muito sintético em termos históricos e ver que a Universidade do Algarve se implantou em Portimão em 1992 nas instalações da ex-Junta de Freguesia de Portimão, portanto na igreja do Colégio. Depois disso, mudou-se por força do entusiasmo académico e, portanto, da aceitação académica que teve em Portimão, mudou-se, o polo de Portimão mudou-se para o antigo matador municipal no largo da estação, enfim, poderão observar as infraestruturas ou a falta delas que obviamente pesaram de facto e pesam nas dificuldades do incremento da universidade em Portimão. -----

----- Hoje o que se pretende efetivamente não é um polo, mas um campus universitário. Eu devo dizer que não tenho interesses corporativos na universidade, já não sou professor e consequentemente sinto-me perfeitamente liberto para abordar esta matéria nos termos em que o faço. -----

----- Na verdade, urge pensar e como foi dito e bem, que esta é uma matéria estruturante para a cidade de Portimão. E a matéria estruturante para a cidade de Portimão e daí que o PS obviamente dê como bem-vinda esta iniciativa, porque é necessário ter presente o papel crucial que uma universidade desempenha no desenvolvimento económico das cidades e das regiões onde se inscreve, onde se insere. -----

----- As universidades constituem âncoras de atração da animação do mercado local de consumo, da habitação e não é seguramente no Rasmalho, não é, que nós podemos, enfim, pensar que até porque há iniciativas tão similares em cidades de província que ganharam uma pujança grande. Olhe posso falar na Covilhã como exemplo paradigmático, não é, que tem milhares de alunos e que efetivamente constituiu um polo centralíssimo no desenvolvimento da cidade, com a crise dos lanifícios, tudo mais, etc., etc. e, portanto, é necessário pensar no âmbito dos serviços prestados às pessoas, porque os estudantes também carecem de serviços, não é, portanto não é seguramente do Rasmalho que vão ter os serviços, e então, é necessário pensar que, no fundo, estamos perante a possibilidade de formação de uma força de trabalho adequada, portanto às necessidades locais e ao apoio, portanto às indústrias e aos empresários, isso é fundamental. -----



----- Portanto, não é negligenciável hoje que o crescimento local, enfim, deva ter em consideração que a ciência e a tecnologia, nomeadamente, encontram-se distribuídas desigualmente pelo território. Portanto, eu diria que é aliciante pensar em políticas assentes no domínio das transferências tecnológicas, enfim, e que tenham, portanto com a estratégia de desenvolvimento regional. E que se Portimão quer ser de facto uma subcapital, ela deve incrementar a sociedade de conhecimento dentro de si. Temos visto que quer a universidade pública, quer a universidade privada, e eu não deixo de citar isto, têm conhecido de facto um élan de desenvolvimento e têm tido, têm dado os seus contributos à cidade, são absolutamente inestimáveis. ----- Bem, eu nesse sentido suponho que de um modo geral as forças políticas fazem um bom entendimento da aceitação da ideia, enfim, neste domínio. -----

----- Já um outro, que é o que tem a ver com a história da localização, e a história da localização pressupôs efetivamente o quê? Pressupôs o lançamento ao mercado, enfim, para ver se minimizavam encargos, etc. por aí fora e se se desenvolvia o mercado ali, enfim, em termos locais, ou seja, não houve efetivamente a perceção das mudanças paradigmáticas do mercado e ainda se terá pensado porventura de uma forma tanto clássica, mas nós não temos, vamos dizer, nós não temos prurido nenhum em aceitar que só erra quem faz, só erra quem age e, portanto, não tendo sido aqui um erro, foi digamos uma iniciativa que não vingou, não é, podia ter vingado, porque nós não somos adivinhos do mercado, não fazemos práticas adivinhatórias, não é? Bem, mas tendo caído, o executivo da Câmara optou e muito bem por trazer a esta Assembleia a revogação do plano pormenor. -----

----- Esta iniciativa não contemplou um referendo, porque houve inclusivamente quem procurasse referendar, criar aqui um certo referendo, eu não sei se isso seria ou não, enfim, mais célere em termos de se dizer, bem, é uma iniciativa que vem tardia. Não vou entrar em pormenores quanto a isso, o que digo é isto. -----

----- Há conjunturas que são favoráveis, que são desejáveis porque a aceitação de uma universidade aqui tem que ter no mínimo a parceria da universidade. E a universidade é uma instituição complexa e é pressuposto que é o momento indicado, é o momento ajustado para que esta iniciativa o possa vingar e, portanto, também temos que aproveitar as oportunidades da conjuntura académica para impulsionar estes investimentos. Vamos dizer, «ah, mas há que ter cuidado com o planeamento, há que ter cuidado com a modelação viária que isto vai sofrer, exigência de transportes, etc. e tudo mais». É óbvio que sim, esses aspetos devem ser tidos em conta necessariamente. Agora, se nós aqui ao nível da bancada estivéssemos perante a necessidade imperativa de arrancar com esta iniciativa, naturalmente que ponderaríamos e faríamos uma análise custos benefícios, e deveríamos entender, seguramente todos entenderão mesmo que interiormente o aceitem e exteriormente, enfim, não o manifestem, que os benefícios são incomensuravelmente superiores aos prejuízos que isso possa, ou digamos algum constrangimento que isso possa ter, até porque a anterior proposta de investimento situava-se também nas 4 Estradas, portanto não muito longe dali e o eixo seria idêntico, não haveria... ó senhor deputado, desculpe lá é que atrapalha-me no meu pensamento, eu fico tão atrapalhado quando o senhor me



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



comenta, eu agradeço, agradeço que me comente, que me tenha como referência ao nível dos seus comentários, agradeço imenso, mas deixe-me por favor concluir a explicitação do meu pensamento, o senhor é livre para o fazer da mesma maneira que eu, e é esta a circunstância que dita e eu suponho e estou intimamente satisfeito enquanto político, não já enquanto professor, mas enquanto político, estou intimamente satisfeito que seja da aceitação geral esta ideia do executivo de efetivamente revogar este plano com a finalidade que ele tem, que é a da implantação de um campus universitário, não é de um polo é de um campus universitário em Portimão. Portanto, não tenho quaisquer dúvidas quanto à aceitação plena que este investimento terá para a cidade, suponho que não haverá dúvidas algumas a esse respeito, e que a cidade irá abraçar, porque está consciente com certeza também de que se constitui um centro de desenvolvimento ímpar para a mesma. Disse senhora Presidente, muito obrigado. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PAN **Ricardo Nuno do Nascimento Vieira Cândido**, para dizer que irão acompanhar obviamente esta proposta da revogação do plano pormenor, já muito aqui foi dito tendo em conta que o plano atual estava completamente desajustado e tal como fizeram no passado quando foi para a alienação do terreno tendo em conta os benefícios para a população e aquilo que são os anseios da população, nomeadamente ao que concerne a espaços verdes e a terem um verdadeiro parque urbano na cidade, torna-se imperativo que as medidas que são necessárias tomar que sejam tomadas e o mais rapidamente possível. -----

----- Aquando dessa discussão da alienação desse mesmo terreno para a implementação desse mesmo parque e também do campus universitário, penso que na altura foi indicado que a única coisa que seria feita seria mesmo o parque verde, a parte habitacional que seria vendida e o campus universitário. Agora, entretanto depois surgiu a ideia da piscina, novamente agora aqui é referido a piscina, ok, parece-nos bem, mas relativamente à piscina temos apenas uma indicação a fazer, é que não sejam cometidos os erros que foram feitos no passado e que seja uma piscina que seja olímpica como já foi aqui também anteriormente dito por outra força política e que possamos, já que vamos fazer um investimento de uma piscina municipal que ela seja olímpica para dotar os atletas que temos na cidade que têm que se deslocar a outros municípios para poderem treinar e também como forma de poder atrair outro tipo de turismo mais qualificado, turismo desportivo como já têm sido pelo menos alguns passos dados nesse sentido, mas que seja tomada essa nota para garantir que tendo em conta o volume do investimento a ser feito que seja garantido que tenhamos essas condições. Disse.

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Américo da Conceição Leonor Mateus**, para dizer que vai gerir bem o tempo e vai ser em si curto. O tema hoje é a cessação, portanto eu não vou fazer exageros fora desse tema, mas como foi trazido aqui à baila a educação, como calculam eu não podia deixar de estar sentado, pronto. Não podia deixar de estar sentado porquê? Porque primeiro não acredito em homens divinos e, portanto, o senhor José Apolinário tem muitas valias, mas não é ele que sabe o que é que é o futuro do Algarve e de Portimão e nesse sentido, gostava de conseguir que a Câmara pudesse ter a atitude



de ouvir mais e fazer mais estudos sobre um conjunto de situações. O deputado José Figueiredo falou na universidade da UBI, como eu sei que é académico e tenho grande respeito por essa componente, todo o tecido universitário expande-se para fora da malha da cidade urbana. Ponto! Isto é ponto! Porquê? Porque o ID é a expansão, mesmo aquelas mais tradicionais que têm no centro da cidade os seus antigos edifícios, tudo o que falamos de edifícios são fora do centro da cidade, bem fora do centro da cidade. Ali não vamos chamar àquilo fora do centro da cidade, o mapa quando se olha para ali, aquilo pode vir e a ser era um novo centro da cidade de Portimão, mas é bem fora do centro da cidade de Portimão e não é a universidade que faz o novo centro a ágora de uma cidade, não é a universidade. Portanto, o alerta é para se pensar, se fazer estudos, verificar e perceber, até por uma razão. Será que é feito um estudo e diz que um dos cursos estratégicos para Portimão é desporto. A piscina não chega, portanto é preciso peculiar num campus universitário infraestruturas para um curso de desporto, ponto. Nós não sabemos o que é que é preciso. Portanto, estar já a pensar e bem, eu percebo o que estão a dizer e percebo perfeitamente e compreendo, mas estar já a pensar que vai ser um campus, uma piscina e um parque, ainda nem sabemos que cursos é que vão lá ter e isso tem que ser, eu já disse isso aqui, não vou repetir, isso há-de haver uma sessão de educação que todos nós falaremos. O que é que é estratégico especificamente, que cursos é que vão fazer o desenvolvimento sustentável de Portimão, e enquanto isso não houver e não for da cabeça do senhor Apolinário, com todo o respeito pelo Dr. Apolinário, isso tem que ser feito de outra forma, tem que ser feito de uma forma que a Câmara merece e consegue com certeza fazer, que é reunir o melhor que há em Portugal e fora, para perceber um investimento que é estratégico para a cidade. Sem este campus universitário, não há desenvolvimento sem ser no turismo, o turismo a torneira está fechada.

----- Ainda tenho uns segundos só para deixar uns números. Gosto de partilhar com esta Assembleia que o papel da nossa universidade privada neste momento para o território já são mais de mil e trezentos alunos, eu não posso dizer mais que ainda está em crescer. Lembro-me que há quatro anos, cinco anos, quando vim éramos trezentos e cinquenta. Portanto, tudo isto tem que ser posto em equação e tudo o que nós todos fazemos para trazer conhecimento para este território. Portanto, por favor, não se fixem em dogmas, não se fixem em soluções de gentes iluminadas e têm aqui a oportunidade de mudar Portimão. É isto que eu queria trazer e há formas de o fazer e sei que vocês irão tentar fazer pelo melhor, mas não ponham já... Disse. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, visão estratégica. A visão estratégica não é fazer um polo, um polo não, um campus universitário dentro de Portimão. A visão estratégica, quando falo na Mexilhoeira Grande, já não digo no Rasmalho porque é em termos de graçola, mas quando falam em Mexilhoeira Grande, então falam aqui do polo tecnológico, da start-up do autódromo e depois querem aqui na cidade. Mexilhoeira Grande, têm a biodiversidade da quinta da Rocha, têm uma linha férrea que vai ser eletrificada que tem lá uma estação de comboios para os alunos que se quiserem deslocar, têm o rio, têm a parte, se quiserem praticar em termos agrícolas têm lá também a parte muito terreno para cultivarem, têm o autódromo, têm o acesso da via do Infante e podem ter uma escola agrícola como diz



aqui a minha camarada e bem. Visão estratégica é isto. Eu acho que deviam de pensar e um estudo, isto aqui é simplesmente uma visão estratégica que nós estamos a dar aqui *off the record*, mas aqui a questão estratégica dentro de Portimão já há muita coisa. Tenho dito. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, para dizer que não estava a pensar em intervir mais, mas a intervenção do senhor deputado Figueiredo Santos suscitou-lhe aqui algumas questões. Senhor deputado, eu só queria dizer que o senhor falou creio que dez minutos mais ou menos e grande parte da sua intervenção foi a defender a bondade e a necessidade de um campus universitário em Portimão, que é uma coisa que nem está minimamente aqui em causa que ninguém está contra, ninguém põe em questão e, portanto, seria desnecessário estar aqui a elogiar e estar aqui a justificar, mas da sua argumentação que eu ouvi com atenção, não houve um argumento que fosse que eu tivesse ouvido que justifique o campus universitário naquele sítio, e foi exatamente isso que eu referi na minha intervenção anterior. Eu não disse que era contra que fosse ali, disse que foi imposta aquela localização, não se sabe bem por quem e porquê, eu ouvi isso aqui uma primeira vez da boca da Dra. Isilda Gomes, não se sabe bem porquê, não sei se foi uma ideia dela, se foi alguém que lhe apresentou a ideia, não faço ideia. E a questão é, encarou-se essa ideia como uma ideia predefinida, acabada, como um dogma quase, uma coisa intocável para se vir discutir, e o que eu disse foi exatamente o contrário, porque vamos lá ver uma coisa. Planear uma cidade, ordenar uma cidade não é aprioristicamente dizer, «isto tem que ser aqui, ali e assim», de uma forma esquemática a régua e esquadro, isto não é ordenar. Isto são exercícios, enfim, temerários de quem ou não percebe nada do ordenamento, ou então está a atirar para uma planta, equipamentos ou arruamentos ou o que o senhor quiser. O ordenamento do território não se faz assim manifestamente e depois há outra questão aqui que o senhor disse que não é exatamente isso. Nós não estamos aqui a revogar um plano para instalar um campus universitário, estamos a revogar um plano porque de acordo com os fundamentos que estão na lei, não houve execução desse plano e ele está completamente desfasado da realidade que levou à sua aprovação. A realidade do ponto de vista urbanístico, económico, social, ambiental, que é isso que está na lei que fundamenta a revogação e, portanto, quer dizer, se o executivo não está preparado para fazer este debate, o tal referendo que o senhor falou que nós propusemos no ano passado, era se calhar a altura ideal, a oportunidade ideal para fazer esse debate. Lá está, são visões da democracia que os senhores não têm, porque os senhores têm medo dessa discussão, nós não temos, nós não temos. O referendo local que aqui nunca se fez nenhum, nos outros países é uma coisa banal, faz-se por coisas de lana-caprina quase, aqui parece que há medo de discutir na praça pública estas questões, de ouvir especialistas, de apresentar projetos alternativos, que é assim que se fazem as coisas nos países desenvolvidos, discute-se até à exaustão se for preciso, ponderam-se soluções alternativas, outras localizações, outras ideias, a questão dos cursos que o Américo aqui falou que é fundamental também e, portanto, nós não estamos necessariamente contra aquela localização. Achamos senhor deputado, e nisso



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



estamos de acordo consigo, é que é uma opção demasiado importante para o futuro de Portimão para ser imposta uma localização, seja aquela, seja outra qualquer. É só isto e, portanto, nós queremos e vamos tentar que esse debate seja feito. Disse. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do PS **José Manuel Figueiredo Santos**, eu tinha prometido de facto não entrar, digamos em polémica nesta matéria, uma vez que supostamente, portanto o imperativo que conduziu o executivo a esta demanda neste procedimento foi claro. O senhor Presidente da Câmara falou justamente na universidade como propósito subjacente a este procedimento, e é óbvio que me parece que todos nós temos consciência de que a Câmara ou os executivos camarários anteriores já podiam ter colaborado no sentido de afinarem um plano de desenvolvimento municipal, um PDM. Portanto, eu sei muito bem senhor deputado que isto está em falha e é essa circunstância e essa circunstância do PDM em falha que dita aqui opções singulares, e esta singularidade opcional não é ditada por uma obrigatoriedade, é uma escolha e a ação política é isso mesmo, é feita de escolhas, escolhas que têm ou não o seu mérito e é óbvio que eu estou absolutamente convicto e esta bancada também de que esta questão é absolutamente meritória e que a localização como acabei de referir é neste caso em concreto uma questão que não é de todo em todo central, até porque referi os antecedentes territoriais nesta matéria e conseqüentemente, portanto não se vê que à partida se queira tomar aquele local como um centro citadino, não é, porque de facto não faz muito sentido que o seja, ou seja, numa universidade é necessário que nos balizemos de facto, porque quando se fala nas cidades em geral, generalizando, ou estamos a falar em grandes metrópoles, ou estamos a falar de cidades província, isto é diferente, as coisas mudam. Eu sei que o senhor Américo Mateus é um homem do marketing territorial que nós ainda vemos do ponto de vista académico ainda vemos ter as nossas discussões, mas pronto. Portanto, eu não procurei dar caneladas verbais a ninguém, nem ensinar coisíssima nenhuma, nem dizer que esta opção que é uma vaca sagrada. Agora, que o tempo urge, que a conjuntura académica e foi nisso que eu falei, também é conducente que haja expressão deste território para este uso, até porque se porventura o senhor Presidente da Câmara e agora peço desculpa, não irei falar obviamente nem poderei fazê-lo em nome do senhor Presidente da Câmara, mas eu deduzo na minha fraca inteligência porque não tenho pretexto da grande, da hiperlucidez, mas eu deduzo da minha fraca inteligência que se o senhor Presidente da Câmara aflora esta possibilidade, é porque certo já encarou com a instituição universidade e por certo que assim só a universidade acedeu a este lance, porque para dançar o tango, não é, como se diz? Para dançar o tango é absolutamente necessário que haja dois parceiros. Portanto, é necessário também perceber que há oportunidades e notem, eu estive até há muito pouco tempo no seio do ambiente académico, sei muito bem talvez melhor que alguns senhores que aqui fora, não é, se pronunciam sobre esta matéria. Portanto, é necessário que tenhamos em conta a razoabilidade, porque o ótimo é inimigo do bom, não se queira a este pretexto dizer bem, isto já devia de ter acontecido, mas entretanto ah! Mas vamos fazer mais estudos, vamos fazer mais e mais e mais. Mas como vamos fazer mais estudos? No seio de quê, do PDM? Porque se há que ter digamos uma perspetiva estruturante da cidade, venha



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



esse PDM então. Portanto, é necessário muitas vezes termos estes aspetos em conta, perceber que quem, no fundo, é apologista disso não é por questões ideológicas ou de outro tipo, é porque acha digamos consensualmente que estas propostas fazem sentido. Não quer dizer que sejam vacas sagradas, mas fazem sentido, há uma disponibilidade territorial em termos do município, naturalmente que sim. Agora, se vai ter piscina, se não vai ter piscina, se isto pressupõe digamos uma atualização curricular prévia, os propósitos curriculares do ensino ali, claro que sim, tudo isto tem que ser conjugado, aliás, nós já falámos nisto na antecâmara desta discussão. Naturalmente que o executivo não é um executivo novato, inexperiente, tem estes aspetos todos em conta em termos negociais e, portanto, nós estamos a falar aqui de um quadro negocial que antecede necessariamente uma proposta. Portanto, não é que isto seja algo imperativo e impositivo, portanto que não haja excesso de linguagem desta matéria. -----

----- Estamos a falar efetivamente de uma questão estruturante para a cidade, e é nisso que nós fazemos residir a nossa argumentação mais capital, porque as galinhas não põem ovos todos os anos, têm um período, depois deixam de pôr, não é? E, portanto, é necessário aproveitar, é necessário aproveitar determinados fluxos políticos e, portanto, e é isso que nós estamos a fazer certamente um apelo, não é propriamente um apelo, mas, portanto é, para dizer que afinal temos ponderados vários aspetos que não só a questão territorial em si mesmo, não é? Portanto, são questões complexas como devem calcular e não vamos dirimir aqui questões complexas, do que se trata afinal tão só é de pôr cobro a este plano, que no fundo é um plano que está inativo, até pelas circunstâncias de que as forças do mercado não aderiram à sua ativação. Pronto, está tudo dito. Muito obrigado, senhora Presidente. -----

----- Pediu o uso da palavra, a líder da bancada da CDU (PCP/PEV) **Maria de Lurdes Sousa Vales Melo Nogueira**, defendemos que este solo deve-se manter na esfera do domínio público para defesa do interesse público. Claro que não somos contra a construção de um campus universitário. Porém, temos muitas dúvidas que esse campus vá realmente nascer, desde logo até porque já houve tantas promessas, não era um campus, era um polo no terreno da Bemposta que em anteriores assembleias fizemos a pergunta que ainda não foi respondida, desconhecemos se esse terreno já foi revertido para o município, porque foi abandonado esse projeto pela própria universidade, ainda não nos responderam, não sabemos isso. Portanto, não é estar contra a criação de um campus universitário, nem sabemos se este campus vai estar refletido também no futuro PDM que nunca mais sai e, portanto, é por causa de todas essas dúvidas que nós iremos abstermo-nos neste ponto. Muito obrigado. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, a senhora deputada estava a falar em alienar, ninguém falou aqui em alienar nada. A única cedência que vai haver é na parte da construção do campus, mas isto será uma coisa que ainda há-de vir no novo plano que ainda há-de vir, há-de estar em discussão pública, portanto tudo isso que vamos falar. Tudo o resto é para estar no domínio do município, portanto ninguém quer alienar nada daquele terreno. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



Pediu o uso da palavra, a líder da bancada da CDU (PCP/PEV) **Maria de Lurdes Sousa Vales Melo Nogueira**, eu quando fiz esta intervenção, perguntei se era mais fácil alienar não havendo plano e revogando este plano. Não estou a dizer que é intenção de alienar, a pergunta foi feita nesse sentido. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, em trinta segundos era só para dizer ao senhor deputado Figueiredo Santos, senhor deputado Figueiredo Santos, aquilo que o senhor agora na última intervenção fez mais uma vez, foi não dar um argumento palpável para que o campus tenha que ser naquele terreno. E aquilo que o senhor aqui defendeu e invocando nomeadamente, vejam bem, invocando nomeadamente a falta de revisão do PDM de Portimão, vejam bem, foi aquilo que o senhor invocou, o senhor aqui apresentou-nos um caso paradigmático daquilo que os senhores defendem que se chama ordenamento casuístico, porque uma forma completamente inopinada sem estudos, aproveitando uma oportunidade da universidade que o senhor invocou aqui também colocar ali um campus universitário, chama-se a isto ordenamento casuístico, ou se quiser numa linguagem mais pomposa *à la carte*, que é antítese daquilo que deve ser o ordenamento do território bem feito. Disse. -----

-----Não havendo mais intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro**, submeteu à votação o **Ponto 4-c)** – Discussão e votação da Revogação do Plano do Pormenor do Barranco do Rodrigo, nos termos da Proposta – **Deliberação de Câmara nº 572/24, tendo sido obtido o seguinte resultado:** -----

VOTAÇÕES	PS	PPD/ PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU (PCP/ PEV)	PAN	DEPUTADA INDEPENDENTE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	15	5	3	2	2	0	1	-	28
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	0	1	0	-	1
VOTOS CONTRA	0	0	0	0	0	0	0	-	0

(*) Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/ Nós Cidadãos/Aliança) -----

-----Foi aprovada, **por maioria**, a Revogação do Plano do Pormenor do Barranco do Rodrigo, nos termos da Proposta – **Deliberação de Câmara nº 572/24**. -----

-----Não esteve presente a Senhora Deputada Independente, Ângela Quadros. -----

-----Em seguida, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro**, informou que se seguia para debate, o **Ponto 4-d)** – Discussão e votação da abertura do procedimento concursal para ocupação de Um posto de trabalho em regime de contrato de trabalho por tempo indeterminado para a carreira e categoria de Técnico Superior na área de atividade de Engenharia Geográfica, nos termos da Proposta – **Deliberação de Câmara nº 690/24**, declarando abertas as inscrições para quem pretendesse usar da palavra. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



-----Ficou com o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, é uma pergunta muito rápida, senhora Presidente. A dúvida é, a contratação deste técnico, do engenheiro geográfico, não é, geógrafo é especificamente para Proteção Civil? É isso? E qual é, já agora, que explicassem qual é a necessidade neste serviço de ter um técnico com esta formação. Era só isso. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, essencialmente é para avaliação de riscos, senhor deputado. Quer no risco de tsunami, quer no risco de incêndios ou catástrofes, é isto que este técnico vai fazer e por muita falta que faz já para conseguirmos, até por o nosso projeto que temos da rede por causa do tsunami e também dos incêndios rurais também é ele que vai fazer, faz a avaliação de riscos. Tenho dito, senhora Presidente. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Chega **Mário Nelson de Barradas Espinha**, sobre esta deliberação, eu diria que a abertura de um procedente concursal para posto de trabalho de engenharia geográfica na Proteção Civil do município de Portimão, seguirá as diretrizes estabelecidas pela administração pública portuguesa no âmbito do preenchimento de vagas para funções técnicas especializadas. -----

----- A função de um engenheiro geográfico na Proteção Civil é fundamental para melhorar a capacidade de resposta e mitigar os impactos de desastres naturais e outras emergências, proporcionando um apoio técnico essencial para uma gestão eficaz do território e dos riscos associados. -----

----- Considerando que o município de Portimão tem assumido uma tendência significativa de decréscimo no seu pessoal e cumpridos todos os considerandos exigíveis, a bancada do Partido Chega acompanha a deliberação. Tenho dito. -----

-----Não havendo mais intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro**, submeteu à votação o **Ponto 4-d)** – Discussão e votação da abertura do procedimento concursal para ocupação de Um posto de trabalho em regime de contrato de trabalho por tempo indeterminado para a carreira e categoria de Técnico Superior na área de atividade de Engenharia Geográfica, nos termos da Proposta – **Deliberação de Câmara nº 690/24, tendo sido obtido o seguinte resultado:** -----

VOTAÇÕES	PS	PPD/ PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU (PCP/ PEV)	PAN	DEPUTADA INDEPENDENTE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	15	5	3	2	2	1	1	-	29
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	0	0	0	-	0
VOTOS CONTRA	0	0	0	0	0	0	0	-	0

(*) Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/ Nós Cidadãos/Aliança) -----

-----Foi aprovada, **por unanimidade** a abertura do procedimento concursal para ocupação de Um posto de trabalho em regime de contrato de trabalho por tempo indeterminado para a carreira e categoria de Técnico



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



Superior na área de atividade de Engenharia Geográfica, nos termos da Proposta – **Deliberação de Câmara nº 690/24.** -----

-----Não esteve presente a Senhora Deputada Independente, Ângela Quadros. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Américo Leonor da Conceição**

Mateus, gostava só de fazer em viva voz o convite a todos os deputados municipais, para a semana no âmbito de um projeto europeu que é liderado pela Câmara Municipal de Portimão connosco, com a universidade e o grupo de investigação que represento, nós temos uma conferência internacional onde vão cá estar nos dias 8, 9, 10 e 11, vão cá estar catorze especialistas internacionais das áreas do biodesign, das cidades circulares, da transição verde, do futuro especulativo, dos biofuturos especulativos e está-me a faltar um. Nós vamos ter mesmo aqui, porque aceitaram o convite, dentro do âmbito do projeto vamos ter mesmo aqui, todas as manhãs existem pelo menos três *kean out speaks* destas pessoas que estão cá fisicamente e também vão estar pessoas do REIA que é a agência europeia para a biodiversidade e para a transição verde e para a economia circular. Portanto, as manhãs com estes convidados são abertas a toda a gente, eu sei que temos aqui pessoas de áreas e partidos que defendem estas coisas, portanto há dois anos conseguimos fazer uma grande conferência, este ano ainda é maior e depois durante a parte da tarde vamos ter a apresentação de setenta e cinco artigos revistos por pares de muitas universidades do mundo que vêm cá apresentar os seus contributos para a ciência destas áreas e ao fim do dia vão ter quatro workshops de inovação social, de biodesign com, portanto são quatro workshops com, aquilo que consideramos são os quatro melhores especialistas, laboratórios de especialistas de mão na massa para aprenderem a fazer coisas. Portanto, agradeço o tempo que a senhora Presidente me deu, não é que esteja a falar em nome do município, mas estou a falar em nome do projeto e, portanto, não queria que a Assembleia Municipal não ficasse oficialmente convidada para, isto é no museu de Portimão e os *kean out speakers* começam todos às nove e meia da manhã pelo menos até à uma da tarde que é aquilo que eu penso que é de mais interesse. Reiterar... vamos fazer isso, amanhã está no e-mail, porque é só, um programa destes com setenta e cinco preponentes de artigos só conseguimos fechar hoje, está a equipa a acabar de fechar o programa. Não, vou fazer isso, a senhora Presidente se me permitir através de si, envie o programa. -----

----- Já passei a mensagem que queria passar e, ah! Faltava uma coisa que é, por ser verdade e por eu ter que fazer estas coisas quando a minha consciência assim o diz, quero deixar nesta Assembleia o agradecimento aos técnicos da Câmara que têm apoiado nesta organização que é muito difícil, vão cá estar mais de cento e cinquenta pessoas. Portanto, há aqui dois técnicos que eu não vou nomear os nomes por respeito, mas que sem eles isto não teria mesmo acontecido. Obrigado. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, muito obrigada pelo convite, vou tentar estar presente. Agradecer também a sua emoção, nós hoje tratámos de dois assuntos muito importantes e nesse aspeto eu secundo todas as declarações que foram feitas do senhor Presidente e de todos os senhores deputados e os funcionários foram importantíssimos durante a crise que nós



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



vivemos nesta casa e, portanto, também na elaboração dos planos, também na revogação dos planos e também na elaboração das conferências e se há município que se orgulha de organização de eventos com grande qualidade é o município de Portimão em termos organizativos e essa é uma tradição que temos e que é difícil não organizarmos, porque sempre que nós organizamos as pessoas querem voltar e, portanto, boa noite a todos. -----

----- Não havendo mais intervenções e terminada a ordem de trabalhos prevista para esta reunião, quando eram vinte e três horas, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro**, deu por concluída a 2ª reunião da 4ª Sessão Ordinária de dois mil e vinte e quatro, realizada no dia dois de outubro, e para constar se lavrou a presente ata, que tem como suporte a transcrição dos registos fonográficos efetuados da gravação, de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião, de acordo com o artigo setenta e um do Regimento.-----

-----De acordo com o instituído no número 6 do artigo 49º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, bem como o número 11º do artigo 40º do Regimento da Assembleia Municipal de Portimão, relativamente às questões formuladas pelos cidadãos, **não foi rececionada resposta** por parte da Câmara Municipal. -----

-----E eu, Telma Maria Nunes Matias _____ Assistente Técnica, a prestar serviço no Gabinete da Assembleia Municipal Portimão a elaborei e assino, bem como os elementos componentes da Mesa da Assembleia Municipal de Portimão: -----

A Presidente da Mesa da Assembleia Municipal

(Isabel Andrez Guerreiro)

1º Secretário da Mesa da Assembleia Municipal

(Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café)

2ª Secretária da Mesa da Assembleia Municipal



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



(Sheila Gassin Tomé)